

# igfss

## RELATÓRIO E CONTAS DE 2013



SEGURANÇA SOCIAL



## **FICHA TÉCNICA**

Título

### **RELATÓRIO E CONTAS 2013**

Autor/Editor

INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.

Av. Manuel da Maia, n.º 58

1049-002 Lisboa

Tel: 21 843 33 00

Fax: 21 843 37 20

Email: [igfss@seg-social.pt](mailto:igfss@seg-social.pt)

**Conceção Técnica**

**DIREÇÃO DE CONTABILIDADE**

Data de Edição

**28 maio de 2014**



## ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO .....	8
2.	ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS .....	9
3.	ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS .....	11
4.	ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS .....	20
5.	INTRODUÇÃO.....	23
6.	CONDICIONANTES DA ATIVIDADE .....	26
7.	FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO DE 2013 .....	28
7.1	Contribuintes .....	28
7.1.1	Alienação do Património Imobiliário do IGFSS.IP .....	37
7.2	Transferências para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social .....	37
7.3	Acompanhamento dos protocolos .....	38
8.	ANÁLISE AO BALANÇO .....	51
8.1	Ativo .....	51
8.2	Fundos Próprios e Passivo .....	65
9.	ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	75
10.	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2013/2011 .....	81
11.	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2013/2011 .....	100

**Anexos:**

I	Balanço	VIII	Mapa de Orçamento – Despesa
II	Demonstração de Resultados	IX	Mapa de Orçamento – Receita
III	Controlo Orçamental – Despesa	X	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
IV	Controlo Orçamental – Receita	XI	Anexo às Demonstrações Financeiras do POCISSSS
V	Mapa dos Fluxos de Caixa	XII	Balancete – antes do apuramento
VI	Mapa dos Desc. e Retenções no Exercício	XIII	Balancete – após apuramento
VII	Mapa de Entrega de Descontos e Retenções	XIV	Ata de Aprovação das Contas

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura orgânica do IGFSS.IP.....	11
Figura 2 – Organigrama nominal do IGFSS.IP .....	12
Figura 3 – Recuperação de dívidas em processo executivo .....	27

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – N.º trabalhadores por sexo, segundo modalidade de grupo/Cargo/carreira.....	14
Gráfico 2 – N.º trabalhadores por escalão etário e género.....	15
Gráfico 3 – N.º trabalhadores por nível de escolaridade e género .....	16
Gráfico 4 – Encargos com o Pessoal .....	18
Gráfico 5 – Ações de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo e duração .....	19
Gráfico 6 – Recuperação anual de dívida à Segurança Social.....	28
Gráfico 7 – Impacto da Medida Excepcional na cobrança total de 2013 .....	29
Gráfico 8 – Recuperação anual de dívida por tipo de pagamento .....	30
Gráfico 9 – Taxa de cobrança da carteira de dívida líquida activa .....	33
Gráfico 10 – Carteira de dívida líquida activa (em milhões de euros).....	33
Gráfico 11 – Fundo de garantia de Alimento a Menores .....	46
Gráfico 12 – Valor cobrado e registado de DUC's na aplicação GT .....	48
Gráfico 13 – Receita de Contribuições no biénio 2013/2012 .....	105
Gráfico 14 – Evolução da Receita de Contribuições no período de 2001 a 2013.....	106

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – N.º de trabalhadores por sexo, segundo a modalidade de grupo/cargo/carreira .....	13
Quadro 2 – Distribuição do número de efetivos segundo o escalão etário .....	15
Quadro 3 – Distribuição dos trabalhadores de acordo com a escolaridade e género	16
Quadro 4 – Encargos com o pessoal no ano de 2013 .....	17
Quadro 5 – N.º de ações de formação ocorridas em 2013 .....	18
Quadro 6 – Distribuição da receita por natureza do devedor .....	30
Quadro 7 – Regularização extraordinária de grandes devedores .....	31
Quadro 8 – Resultados de cobrança por SPE .....	32
Quadro 9 – Receita de Contribuições – Análise evolutiva de 2011 a 2013 .....	34
Quadro 10 – Declaração de Remunerações .....	35
Quadro 11 – Recebimento de Contribuições .....	35
Quadro 12 – Dações no Triénio 2013/2011 .....	36
Quadro 13 – Provisões de Contribuições .....	37
Quadro 14 – Valor recebido referente à alienação de Património .....	37
Quadro 15 – Valores transferidos para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social .....	38
Quadro 16 – Receita arrecadada pelos prestadores de serviços financeiros com os quais o IGFSS.IP tem celebrados contratos .....	42
Quadro 17 – Pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos ao abrigo de novos contratos .....	44
Quadro 18 – Cobrança de Contribuições na aplicação GT .....	45
Quadro 19 – Abastecimentos Financeiros .....	49
Quadro 20 – Devolução de Disponibilidades e Benefícios em Prescrição .....	50
Quadro 21 – Pagamento de prestações sociais – Tesouraria Única .....	50
Quadro 22 – Pagamento de Tesouraria Única - CNP .....	50
Quadro 23 – Balanço - Ativo .....	51
Quadro 24 – Balanço – Imobilizado .....	53



Quadro 25 – Balanço - Amortizações do Exercício .....	54
Quadro 26 – Balanço - Ações e Títulos da Dívida Pública.....	56
Quadro 27 – Balanço - Dívidas de Terceiros .....	57
Quadro 28 – Balanço MLP – Conta 218 – MLP .....	58
Quadro 29 – Balanço - Outros Devedores MLP .....	58
Quadro 30 – Balanço - Dívidas de Terceiros a Curto Prazo .....	61
Quadro 31 – Balanço – Desagregação das dívidas de cobrança duvidosa .....	62
Quadro 32 – Balanço – Desagregação dos Acréscimos e Diferimentos .....	63
Quadro 33 – Balanço - Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos.....	64
Quadro 34 – Balanço - Fundos Próprios e Passivo.....	65
Quadro 35 – Balanço – Reservas .....	66
Quadro 36 – Balanço - Fundos Especiais .....	67
Quadro 37 – Balanço - Resultados Transitados .....	68
Quadro 38 – Balanço - Passivo.....	69
Quadro 39 – Balanço - Dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos .....	70
Quadro 40 – Balanço - Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos .....	73
Quadro 41 – Demonstração de Resultados .....	75
Quadro 42 – Demonstração de Resultados - Síntese dos Resultados do Ano 2013 ...	76
Quadro 43 – Demonstração de Resultados – Resultados Operacionais .....	77
Quadro 44 – Demonstração de Resultados - Resultados Extraordinários .....	79
Quadro 45 – Demonstração de Resultados – Transferências de Capital Concedidas.	80
Quadro 46 – Evolução da Despesa por classificação económica no triénio 2013/2011 .....	82
Quadro 47 – Comparação dos Encargos de Administração – Despesas com Pessoal – no biénio 2013/2012.....	84
Quadro 48 – Comparação dos Encargos de Administração – Fornecimentos e Serviços Externos – no biénio 2013/2012.....	85
Quadro 49 – Comparação dos Encargos de Administração – Juros e outros encargos – no biénio 2013/2012.....	88
Quadro 50 – Comparação dos Encargos de Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras no biénio 2013/2012 .....	89

Quadro 51 – Transferências correntes para o INATEL.....	89
Quadro 52 – Transferências correntes para a Administração Central .....	90
Quadro 53 – Transferências correntes no âmbito da Administração .....	92
Quadro 54 – Comparação dos Encargos – Subsistema de Ação Social – no biénio 2013/2012.....	94
Quadro 55 – Comparação dos Encargos de Administração – Transferências de Capital – no biénio 2013/2012.....	98
Quadro 56 – Receita da SCML no biénio 2013/2012.....	101
Quadro 57 – Receita da SCML no biénio 2013/2012 – distribuição por alíneas .....	103
Quadro 58 – Taxas, Multas e Penalidades no biénio 2013/2012 .....	107
Quadro 59 – Receita de Coimas da ACT.....	108
Quadro 60 – Receita de Rendimentos da Propriedade no biénio 2013/2012 .....	109
Quadro 61 – Receita de Transferências Correntes no biénio 2013/2012 .....	112
Quadro 62 – Receita de Transferências do MSESS.....	114
Quadro 63 – Receita de Transferências do MSESS e do MFAP no biénio 2013/2012 .....	116
Quadro 64 – Reembolso das pensões pagas a desalojados das ex-colónias.....	119
Quadro 65 – Transferências da Caixa Geral de Aposentações – Rádio Marconi.....	120
Quadro 66 – Receita das Transferências Outras ISS’s e RA’s no biénio 2013/2012..	121
Quadro 67 – Transferências de excedentes das Regiões Autónomas.....	122
Quadro 68 – Receita das Transferências UE/FSE no biénio 2013/2012 .....	122
Quadro 69 – Distribuição da receita obtida em reposições não abatidas aos pagamentos .....	127
Quadro 70 – Devolução de Saldo de Gerência .....	128
Quadro 71 – Receitas Correntes / Capital por classificação económica no triénio 2013/2011.....	130

## 1. APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS.IP), criado em 1977 pelo Decreto Regulamentar n.º 24 de 1 de abril, sob a tutela do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, é um Instituto Público com autonomia administrativa e financeira, personalidade jurídica e património próprio, com a missão da gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no Orçamento da Segurança Social, exercendo as suas atribuições nas áreas do planeamento, orçamento e conta, gestão do património imobiliário, gestão financeira e da gestão da dívida para todo o sistema de Segurança Social.

O IGFSS.IP é dotado com instrumentos e meios que lhe possibilitam uma gestão com autonomia, flexibilidade e capacidade de resposta às exigências decorrentes de um moderno sistema unificado de Segurança Social.

Organizado numa estrutura central, o IGFSS.IP dispõe de serviços distritais para a área da dívida, as Secções de Processo Executivo e Tributário.

## 2. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

### CONSELHO DIRETIVO

#### Presidente

**Rui Filipe de Moura Gomes**, licenciado em Economia, nomeado pelo Despacho do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 13481/2012, de 9 de outubro, publicado no Diário da República n.º 200 – 2ª Série, de 16 de outubro.

#### Vice-Presidente

**Nuno Miguel Simões Venes**, licenciado em Economia, mestre em Economia Monetária e Financeira e doutorado em Economia, nomeado pelo Despacho do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 13481/2012, de 9 de outubro, publicado no Diário da República n.º 200 – 2ª Série, de 16 de outubro.

#### Vogais

**Rui Manuel de Freitas Corrêa de Mello**, licenciado em Direito, nomeado pelo Despacho do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 13481/2012, de 9 de outubro, publicado no Diário da República n.º 200 – 2ª Série, de 16 de outubro.

**Beatriz Justina Sepúlveda da Fonseca Imperatori**, licenciada em Economia, nomeada pelo Despacho do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 13481/2012, de 9 de outubro, publicado no Diário da República n.º 200 – 2ª Série, de 16 de outubro.

## CONSELHO GERAL

Designado pelo Despacho n.º 6721/2004 (2.ª série), de 17 de março, publicado no Diário da República – II Série, n.º 79, de 2 de abril de 2004.

## FISCAL ÚNICO

O Estatuto Orgânico do IGFSS.IP (Decreto-Lei n.º 84/2012, de 30 de março), estabelece o Fiscal Único como órgão do instituto, remetendo, para as suas competências e nomeação, o previsto na lei-quadro dos institutos públicos. A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, foi designada por um período de cinco anos como Fiscal Único do IGFSS.IP através do Despacho n.º 5650/2013, de 18 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 83 - de 30 de abril de 2013

### 3. ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS



**Figura 1 – Estrutura orgânica do IGFSS.IP**

Eram os seguintes os órgãos de direção das unidades orgânicas, e respetivas estruturas intermédias (até ao nível da Direção de Serviços), à data de 31.12.2013:

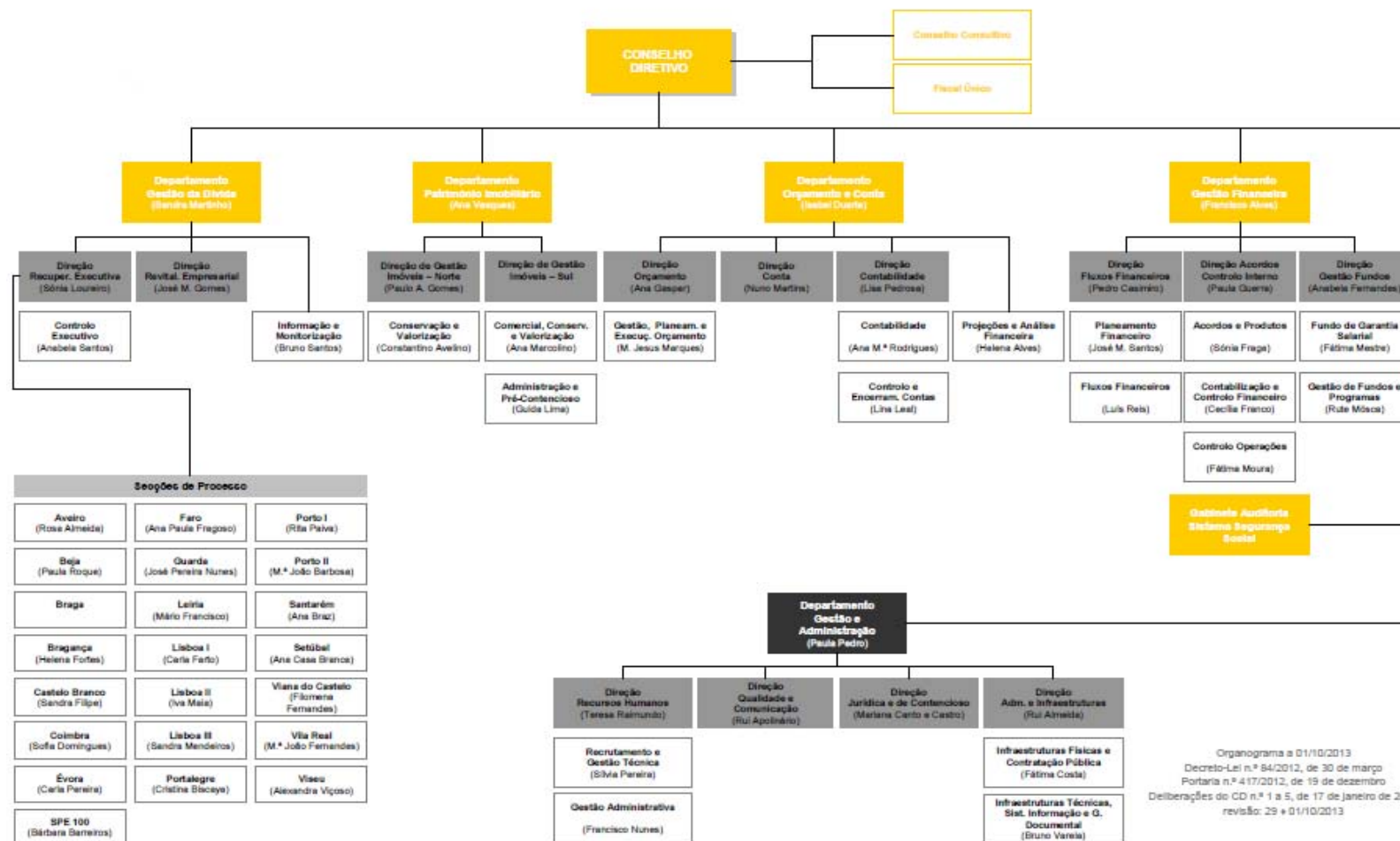


Figura 2 – Organograma nominal do IGFSS.IP

Em 31.12.2013, o IGFSS contava com **366 trabalhadores**, dos quais **102 do sexo masculino e 264 do sexo feminino**. De acordo com os dados apurados na tabela anexa, constata-se que a taxa de emprego feminina foi de **72 %** e a masculina de **28 %**. A taxa de emprego de chefias diretas é de **17 %** e do grupo de pessoal – técnico superior **52 %**.

Refira-se ainda que, no universo dos 366 trabalhadores, não estão incluídos os trabalhadores com ausências ao serviço superiores a seis meses.

**Instituição: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social**

**Ano: 2013**

#### Efetivos por grupos de pessoal segundo a relação jurídica

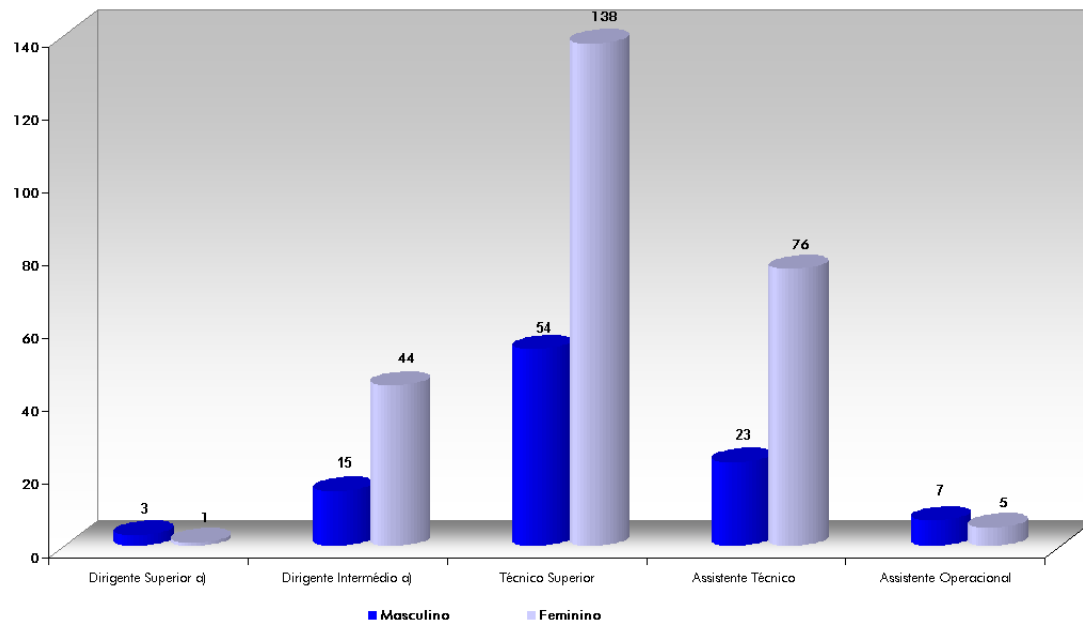
Grupo / cargo / carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LVCR		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F
Dirigente Superior a)															3	1									3	1	4
Dirigente Intermédio a)															15	44									15	44	59
Técnico Superior									54	138															54	138	192
Assistente Técnico									23	76															23	76	99
Assistente Operacional									7	5															7	5	12
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>84</b>	<b>219</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>45</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>102</b>	<b>264</b>	<b>366</b>	

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro)

#### Quadro 1 – Nº de trabalhadores por sexo, segundo a modalidade de grupo/cargo/carreira

Comparativamente com o total de efetivos de 2012, constatamos que o quadro do IGFSS.IP sofreu um decréscimo de **11 colaboradores**, sendo o valor de referência de 2012 – **377 colaboradores**.





**Gráfico 1 – N.º trabalhadores por sexo, segundo modalidade de grupo/Cargo/carreira**

#### ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO

Considerando a distribuição de efetivos por escalão etário, verificou-se que no sexo feminino a faixa etária dos 35 aos 39 anos registou um maior índice de trabalhadoras (71). E no sexo masculino a faixa etária, com maior índice de trabalhadores, situou-se nos 35 aos 39 anos, com 20 colaboradores.

Da contagem dos trabalhadores por escalão etário, identificou-se que a idade média dos trabalhadores femininos foi de 46 anos, enquanto que no efetivo masculino, este valor situou-se nos 48 anos.

Para o total de efetivos, em 31.12.2013 a idade média, situou-se nos 46 anos.

Grupo / cargo / carreira / Escalão etário e género	Menos de 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		70 e mais		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Dirigente Superior o)									1			1			1		1									3	1
Dirigente Intermédio o)									6	15	3	22		3	1		2	3	3	1						15	44	59
Técnico Superior					1	4	6	13	53	14	35	14	22	5	8	1	8	3	5							54	138	192
Assistente Técnico					1	2		3	1	9	2	8	4	14	7	20	8	18		2						23	76	99
Assistente Operacional														3	4	4		1								7	5	12
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>71</b>	<b>18</b>	<b>67</b>	<b>16</b>	<b>33</b>	<b>14</b>	<b>22</b>	<b>15</b>	<b>35</b>	<b>14</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>102</b>	<b>264</b>	<b>366</b>	

Quadro 2 – Distribuição do número de efetivos segundo o escalão etário

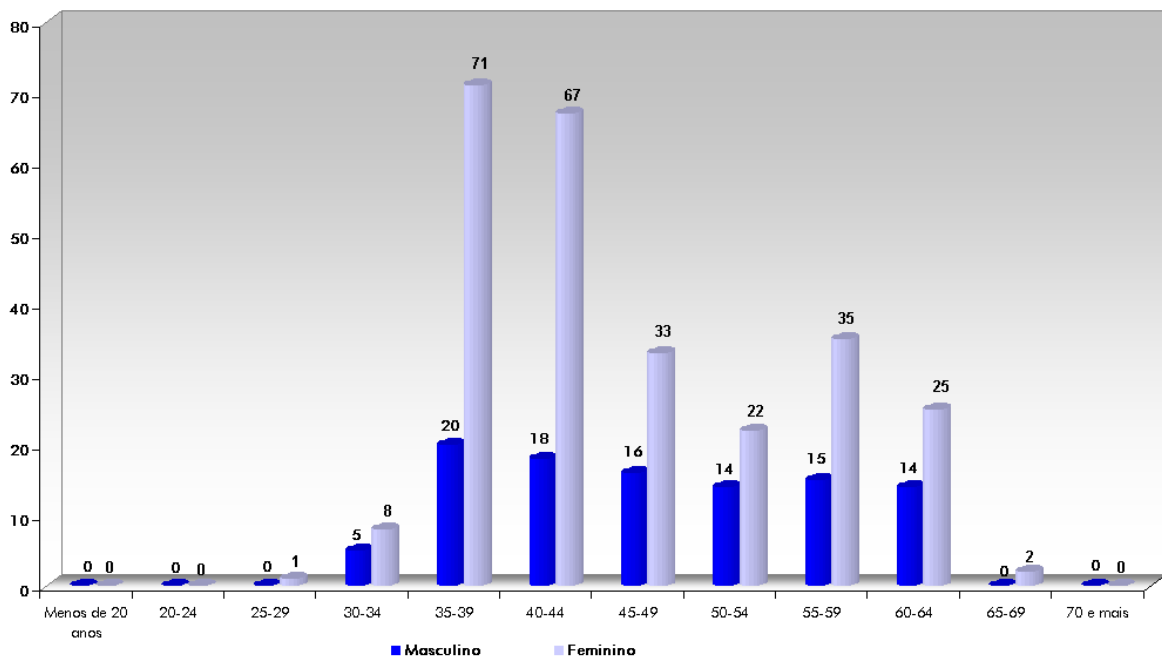


Gráfico 2 – N.º trabalhadores por escalão etário e género

### NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GÉNERO

Dos 366 trabalhadores, **256 têm habilitações de nível superior**, representando uma taxa de formação superior de **70%**.

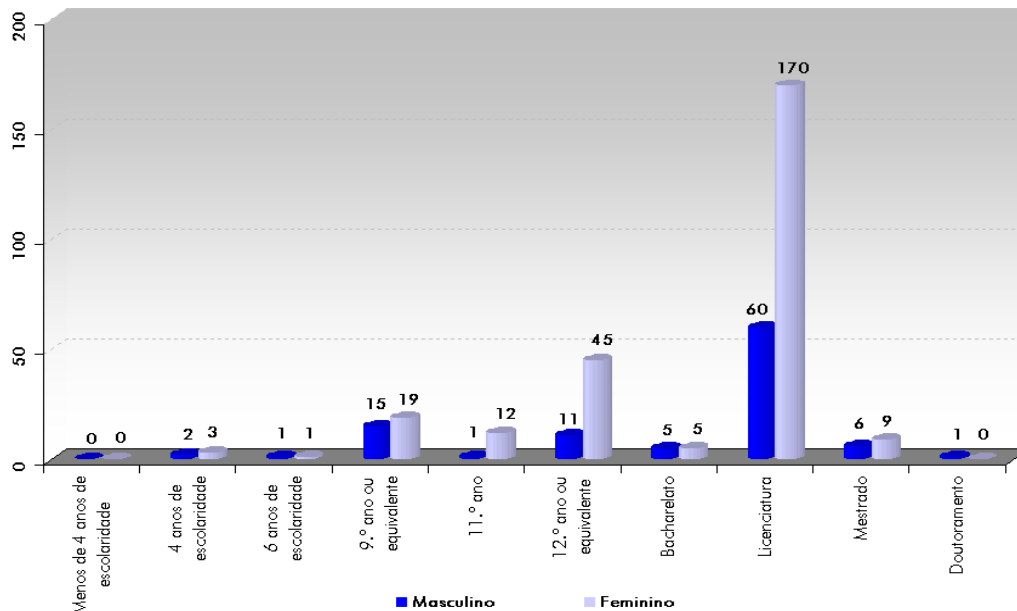
Com habilitações literárias de nível secundário (11.º e 12.º ano de escolaridade), encontra-se **69 trabalhadores**, o que representa uma taxa de **19%**.

Com habilitações de nível básico (até ao 9.º ano de escolaridade), há **41 trabalhadores**, o que representa **11%** do efetivo total do Instituto.

Grupo/carga/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)															2	1			1		3	1	4
Dirigente Intermédio a)															14	41	1	3			15	44	59
Técnico Superior									1				5	4	44	127	5	6			54	138	192
Assistente Técnico			1	1	1	1	11	17	1	11	9	44		1		1					23	76	99
Assistente Operacional			1	2			4	2			2	1									7	5	12
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>45</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>60</b>	<b>170</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>102</b>	<b>264</b>	<b>366</b>

**Quadro 3 – Distribuição dos trabalhadores de acordo com a escolaridade e género**

Na estrutura habilitacional, a diminuição mais significativa verificou-se nas habilitações de nível básico (com um decréscimo de 6 trabalhadores). Sendo o universo de trabalhadores abrangidos no ano de 2012 de 47, para 41 trabalhadores no ano de 2013. Comparativamente com o ano anterior, verificou-se também um decréscimo de 2 trabalhadores com habilitações de nível superior, passando de 258 trabalhadores em 2012, para 256 em 2013.



**Gráfico 3 – N.º trabalhadores por nível de escolaridade e género**

**ENCARGOS COM PESSOAL**

Em 2013 foram dispendidos 11.115.250,02€ com encargos de pessoal, verificando-se um aumento de 1.235.914,95€ face ao período homólogo, sendo esse valor em 2012 de 9.879.335,07€. Esse aumento de encargos, deveu-se ao pagamento do subsídio de férias, bem como ao aumento da contribuição da entidade empregadora para a Caixa Geral de Aposentações, passando de 20% para 23,75%.

Nesta análise, verificou-se também que a rubrica “remuneração base” foi aquela que maior impacto teve no total de encargos com 9.803.831,10€ (inclui 10.195,91€ da remuneração base do fiscal único), seguido da rubrica “Suplementos remuneratórios”, com 726.160,78€.

<b>ENCARGOS COM PESSOAL</b>	<b>VALOR (EUROS)</b>
Remuneração base (*)	9.803.831,10 €
Suplementos remuneratórios	726.160,78 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	444.292,21 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal	140.965,93 €
<b>Total</b>	<b>11.115.250,02 €</b>

(\*) - Incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal

**Quadro 4 – Encargos com o pessoal no ano de 2013**

O gráfico abaixo ilustra os custos com pessoal de acordo com o tipo de encargo suportado.

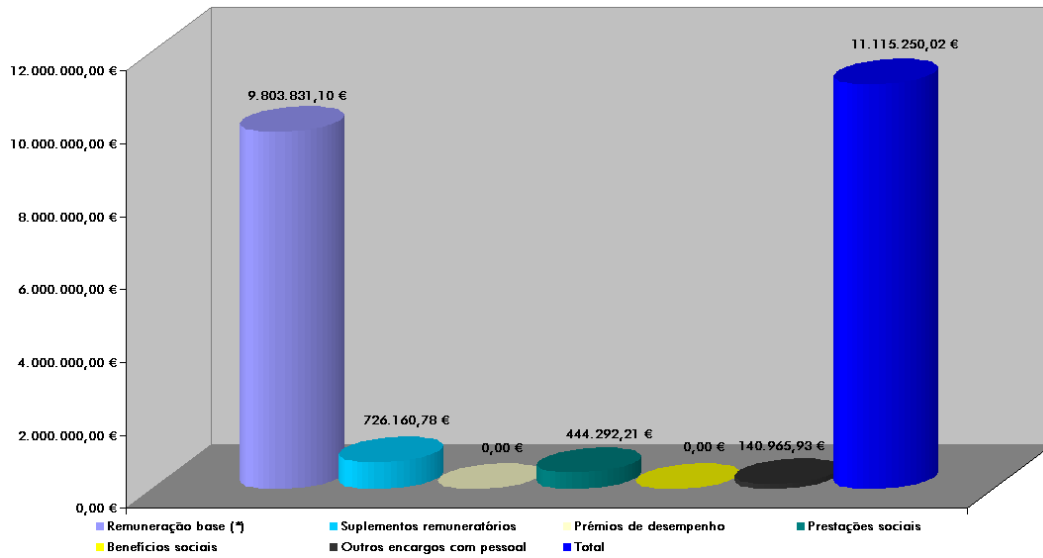


Gráfico 4 – Encargos com o Pessoal

## CONTAGEM DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No que respeita às ações de formação desenvolvidas no ano de 2013, refira-se que decorreram 133 ações de formação interna e 283 ações de formação externa.

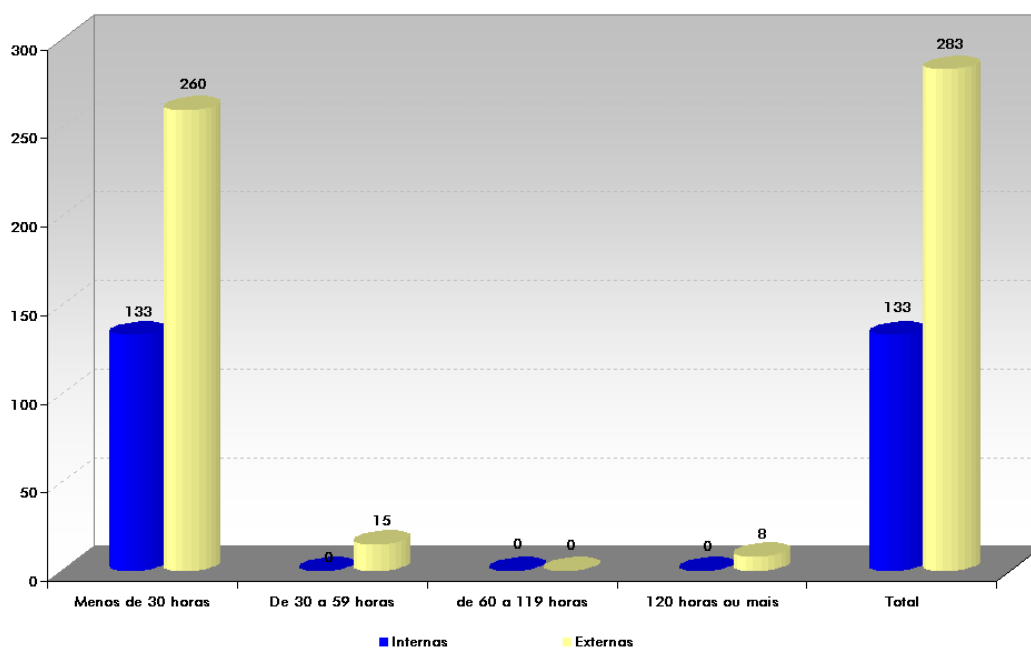
O quadro abaixo, representa o número de ações realizadas por carga horária.

Tipo de ação/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	133	0	0	0	133
Externas	260	15	0	8	283
<b>Total</b>	<b>393</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>416</b>

Quadro 5 – N.º de ações de formação ocorridas em 2013

Nas ações de formação profissional realizadas durante o ano, deve considerar-se:

- Ação interna, a que se destina exclusivamente a efetivos do serviço.
- Ação externa, a que pode ter a participação de efetivos de vários serviços.








**Gráfico 5 – Ações de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo e duração**

#### 4. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

A atividade do IGFSS.IP é exercida a nível nacional sob a tutela e superintendência do Ministro do Emprego, da Solidariedade e da Segurança Social. O estatuto do IGFSS.IP é regulado pelo Decreto-Lei 84/2012 de 30 de março e a estrutura orgânica pela Portaria n.º 417/2012 de 19 de dezembro dividindo-se em áreas operacionais e áreas de suporte, dispondo ainda de serviços desconcentrados.

A atuação do Instituto centra-se essencialmente, nas seguintes áreas:

##### ORÇAMENTO E CONTA

-  Elaborar o orçamento da Segurança Social;
-  Assegurar, coordenar e controlar a execução do orçamento da Segurança Social;
-  Definir os critérios e normas a que deve obedecer a elaboração e organização do orçamento da Segurança Social, bem como as regras da sua execução e alteração;
-  Elaborar a conta da Segurança Social;
-  Definir os princípios, conceitos e procedimentos contabilísticos a adotar no sistema de Segurança Social, através da elaboração do plano de contas do setor e assegurar o seu cumprimento;

- ✚ Participar, em colaboração com as demais instituições, organismos e serviços, em estudos e trabalhos com incidência no financiamento e na alteração de prestações do sistema de Segurança Social.

#### GESTÃO FINANCEIRA

- ✚ Otimizar a gestão dos recursos financeiros do sistema de Segurança Social, designadamente por recurso a instrumentos disponíveis no mercado, que visem assegurar a rendibilização de excedentes de tesouraria;
- ✚ Desempenhar as funções de tesouraria única do sistema de Segurança Social;
- ✚ Estabelecer, no âmbito do sistema de Segurança Social, relações com o sistema bancário e financeiro, ressalvando as competências do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP. (IGFCSS.IP);
- ✚ Contrair os financiamentos necessários ao equilíbrio financeiro do sistema, nos termos da legislação aplicável;
- ✚ Propor as medidas de estratégia e de política financeira a adotar no âmbito do sistema de Segurança Social e assegurar a respetiva execução, ressalvando as competências do IGFCSS. IP;
- ✚ Assegurar a gestão do Fundo de Garantia Salarial, do Fundo de Socorro Social e demais fundos englobados no Instituto;
- ✚ Conceder garantias a favor do sistema financeiro, nos termos do decreto-lei de execução orçamental anual;
- ✚ Assegurar, em articulação com o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, a execução das dotações inscritas no orçamento da



segurança social destinadas ao financiamento dos encargos com cooperação externa, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

#### GESTÃO DA DÍVIDA

- ✚ Assegurar a cobrança da dívida à Segurança Social;
- ✚ Acompanhar e controlar a atuação das instituições de Segurança Social em matéria de regularização da dívida;
- ✚ Representar a Segurança Social nas ações que visem a articulação institucional com outros credores públicos e privados;
- ✚ Assegurar a instauração e instrução de processos de execução de dívidas à Segurança Social, através das secções de processo executivo da Segurança Social;
- ✚ Decidir, nos termos da lei, a posição a assumir pela Segurança Social no âmbito dos processos judiciais e extrajudiciais de regularização de dívida.

#### GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

- ✚ Assegurar a gestão e administração dos bens e direitos de que seja titular e que constituem o património imobiliário da Segurança Social;
- ✚ Promover, no âmbito do sistema de Segurança Social, estudos e avaliações do património imobiliário;
- ✚ Promover e implementar programas de alienação do património imobiliário da Segurança Social.

## 5. INTRODUÇÃO

De acordo com o normativo legal em vigor, apresentam-se os documentos de prestação de contas do IGFSS.IP relativos ao exercício de 2013 de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12/2002, de 25 de janeiro, incluindo, para além daqueles os elementos adicionais, definidos pelo Tribunal de Contas na Instrução nº1/2004-2ª secção, publicada no Diário da república II série, de 14 de fevereiro de 2004.

O ano de 2013 foi um ano muito exigente, uma vez que a publicação da Lei 8/2012 – lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso obrigou à implementação de novos controlos internos; até á data não foi possível ao Instituto de Informática a implementação de todos os desenvolvimentos necessários.

Os trabalhos de encerramento contabilístico do ano de 2013 decorreram em tempo considerado oportuno, refletindo o esforço desenvolvido no sentido de dar continuidade e aprofundar o trabalho de consolidação do SIF.

Atualmente verifica-se que existe uma maior sensibilização no que concerne aos fechos intercalares dos períodos contabilísticos. Foi desenvolvido um sistema de encerramento central dos períodos contabilísticos, que permite controlar e condicionar reaberturas de meses já encerrados, garantindo desta forma estabilidade na informação reportada.

É igualmente evidente a preocupação das entidades do perímetro da Segurança Social, para a análise das divergências patrimoniais e orçamentais ao longo do ano.

O atual modelo de registo contabilístico da receita de contribuições decorre no IGFSS.IP, como entidade que reconhece os proveitos e a correspondente receita de contribuições, de forma articulada com o ISS.IP e com o II.IP por forma a dirimir algumas e importantes dificuldades com que se debate o atual sistema de gestão de contribuições e criar condições para que entretanto sejam mantidos os circuitos de informação entre as áreas responsáveis pelo controlo financeiro

dos valores diariamente recebidos no IGFSS.IP e a área de contribuintes do ISS.IP, de modo a garantir todo o processamento de informação, assegurando a atualização/correção de movimentos em conta-corrente, conforme protocolos com os bancos, SIBS, CTT, MB, GT e restantes entidades cobradoras.

De realçar que o Sistema de Gestão de Conta-Corrente SICC/GC teve a sua implementação em 2007 com registos contabilísticos através do *Interface* SICC-GC-SIF no que se refere aos movimentos de contribuições, encontrando-se, em 2013, praticamente todos os processos implementados. Ao nível da arrecadação de receita de contribuições, verificou-se em 2013, à semelhança de 2012, uma maior coordenação entre as equipas do IGFSS.IP e do II.IP - GC e SIF para que as contribuições entregues no mês sejam contabilizadas atempadamente face ao calendário definido para o encerramento dos períodos contabilísticos, permitindo assim uma execução orçamental suportada nos dados residentes em SIF.

Em 2013, com a entrada em produtivo do *interface* SEF/SIF, encontra-se assegurada a contabilização automática de toda a receita arrecada de contribuições, abandonando-se o recurso a contabilizações manuais.

O IGFSS.IP tem por objeto a gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no orçamento da segurança social, competindo-lhe assegurar a correspondência entre as fontes de financiamento dos regimes de segurança social, centralizando a respetiva receita, independentemente das formas de financiamento da despesa, a qual se deve adequar à respetiva atividade.

Neste âmbito, o Dec. Lei 112/2004 atribuiu ao IGFSS.IP competências para “desempenhar as funções de tesouraria única do sistema de segurança social, assegurando e controlando os pagamentos, bem como a arrecadação de receitas e dos respetivos fundos movimentados pela rede de cobranças”.

As referidas competências do IGFSS.IP decorrem, aliás, do modelo global que se iniciou em 2002, do qual constituiu um marco a publicação da Lei de Bases da Segurança Social, bem como da

integração do IGFSS.IP no Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado como órgão de nível estratégico, de que resultou o reforço e as competências que constam da Lei de Enquadramento Orçamental, conferindo um regime especial de execução ao Orçamento da Segurança Social e atribuindo ao IGFSS.IP as competências de tesouraria única do sistema, reforçando assim a sua autonomia e responsabilidade ao nível do controlo orçamental.

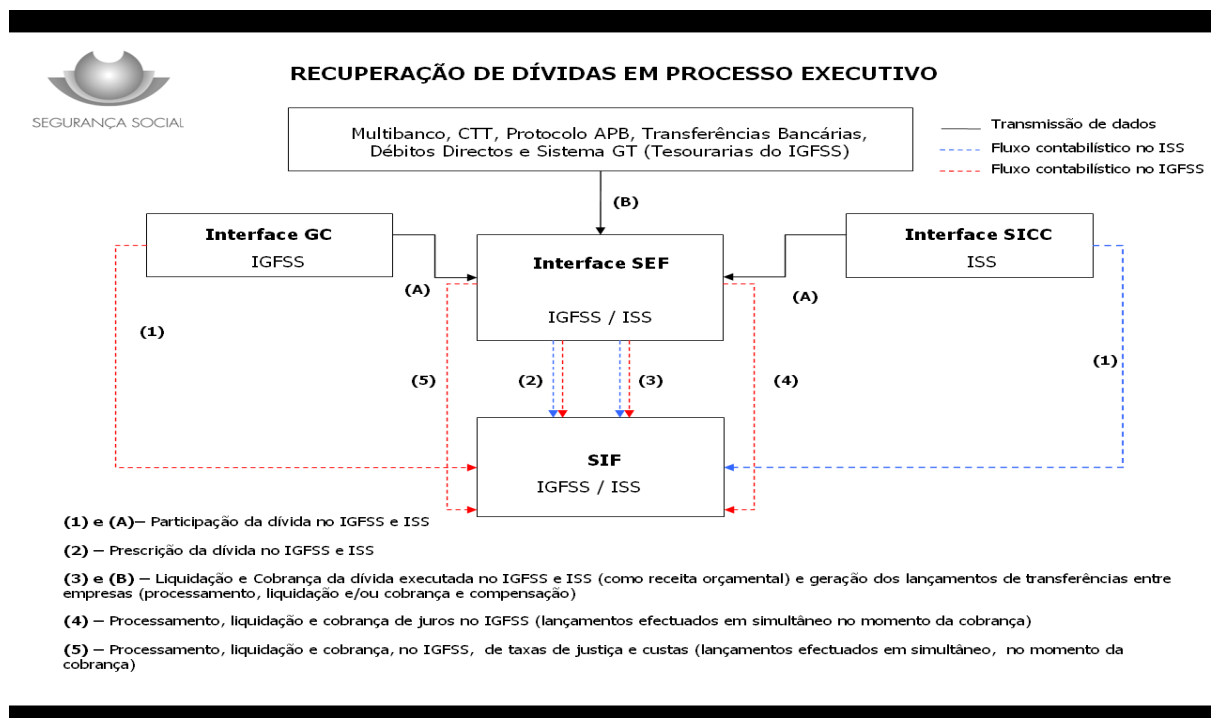
No que respeita à concretização da tesouraria única da Segurança Social, refira-se que, ao nível dos recebimentos, os atuais canais de cobrança asseguram já a centralização dos recebimentos em contas do IGFSS.IP, no que respeita a contribuições, independentemente do canal utilizado para o recebimento (banca, CTT, Multibanco, SIBS, tesourarias do sistema de Segurança Social, cartas-cheques dos Tribunais, etc.).

## 6. CONDICIONANTES DA ATIVIDADE

### INTERFACE SEF-SIF

No âmbito do SEF (Sistema de Execuções Fiscais), em vigor desde 2002, já se encontra em produção a componente de recebimentos da interface entre SICC-GC/SEF/SIF. Esta situação permitiu que no segundo semestre de 2013 a receita arrecadada no âmbito do processo executivo fosse registada contabilisticamente de forma automática.

Uma vez que ainda não se encontram desenvolvidos os processos relacionados com provisões e prescrições a contabilização efetuada foi com base nos ficheiros de movimentos de ocorrências de SEF, informação disponibilizada pelo II.IP.





### RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS EM PROCESSO EXECUTIVO

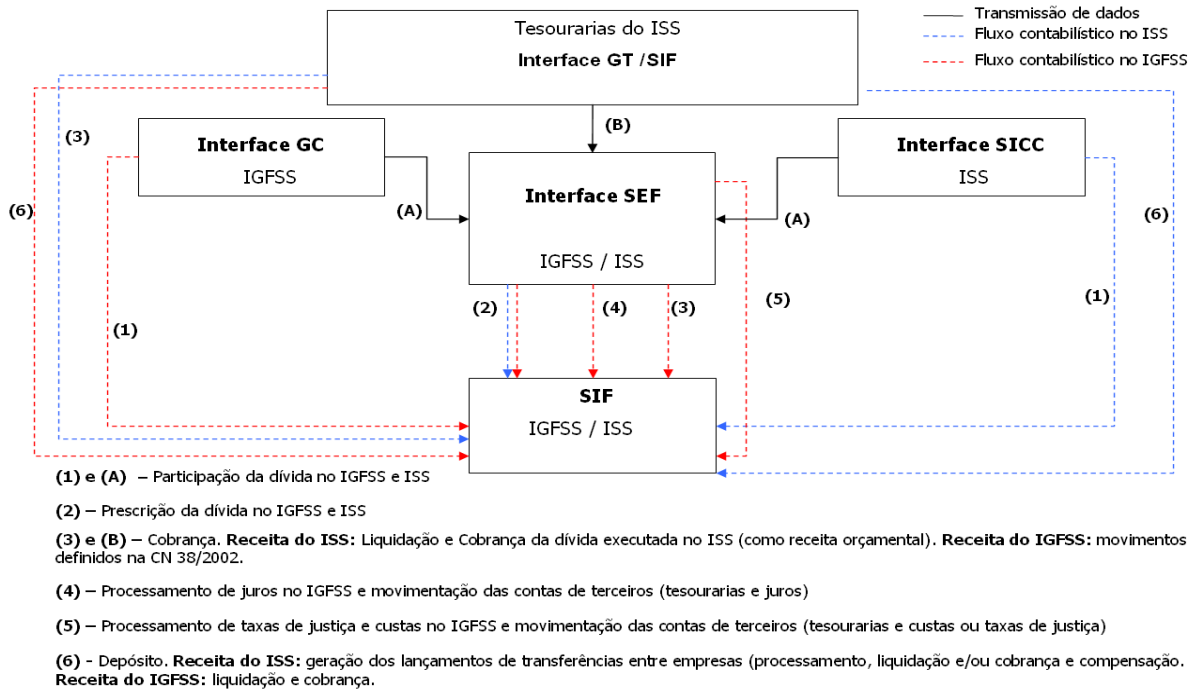


Figura 3 – Recuperação de dívidas em processo executivo

## 7. FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO DE 2013

### 7.1 Contribuintes

O Departamento de Gestão da Dívida tem como responsabilidade a análise da evolução da dívida à Segurança Social, promovendo a sua recuperação, através da cobrança coerciva e extraordinária e na viabilização de empresas devedoras.

Durante o ano de 2013 o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP recuperou 708 milhões de euros (M€) de dívida à Segurança Social, mais 21 por cento do que o valor arrecadado em 2012 (583M€). Contrariamente à tendência negativa do quadro económico atual e com recursos humanos cada vez mais reduzidos, a cobrança da dívida manteve a evolução fortemente positiva que se verifica desde 2006.

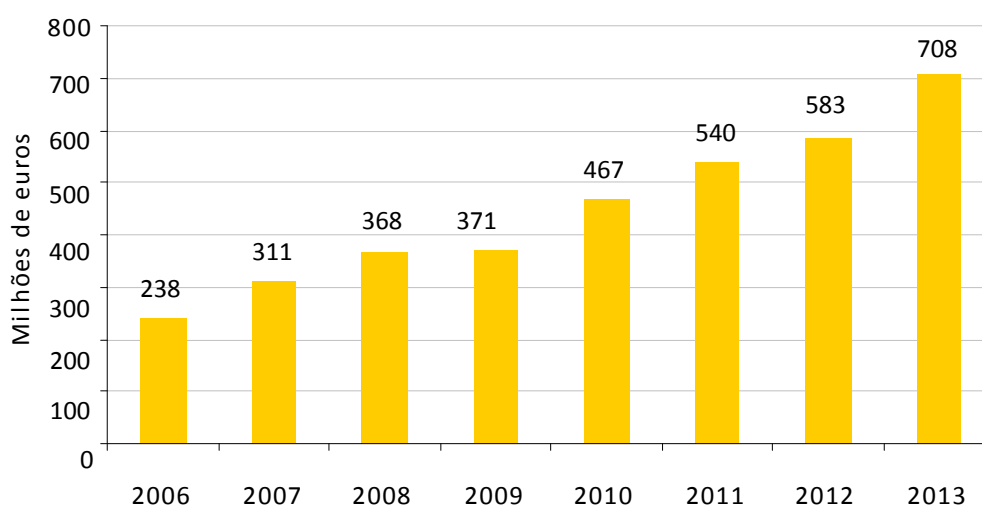


Gráfico 6 – Recuperação anual de dívida à Segurança Social

O elevado desempenho de 2013, que contou com uma taxa de crescimento da cobrança de 21 por cento, resultou em parte da Medida Excepcional (ME) que decorreu entre 1 de novembro e 30 de dezembro, tendo o IGFSS arrecadado no âmbito deste programa 183,5 milhões de euros.

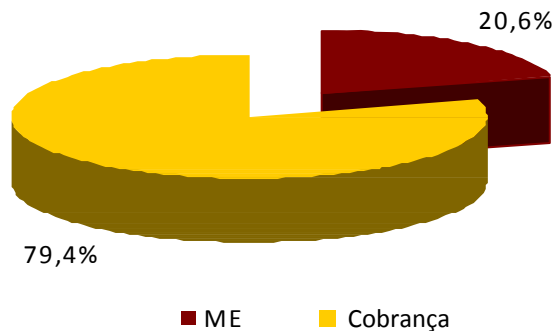


Gráfico 7 – Impacto da Medida Excecional na cobrança total de 2013

Para além do forte impacto que a ME teve na cobrança, importa referir que no final do mês de outubro de 2013, período anterior à medida, o IGFSS já apresentava um desempenho positivo, com uma taxa de crescimento face ao período homólogo na ordem dos 3,3%.

Para obtenção destes resultados, desenvolveram-se várias estratégias alinhadas com as diversas perspetivas: gestão, financeira, clientes e processos internos. Uma das mais relevantes, a manutenção de uma postura de colaboração com o contribuinte, procurando em conjunto uma solução de viabilização e recuperação de créditos, que se traduziu no facto de 49,2% da cobrança ter sido obtida no âmbito de acordos.

O valor total recuperado em 2013, que engloba o valor cobrado no âmbito da ME nas 3 vertentes, assentou nos pagamentos prestacionais, que representaram 49,2% da cobrança, seguidos dos pagamentos resultantes de ações coercivas, responsáveis por 38,6% da cobrança. Os pagamentos voluntários representam 10,7% do valor recuperado e 1,5% resultou da recuperação extraordinária de dívida.



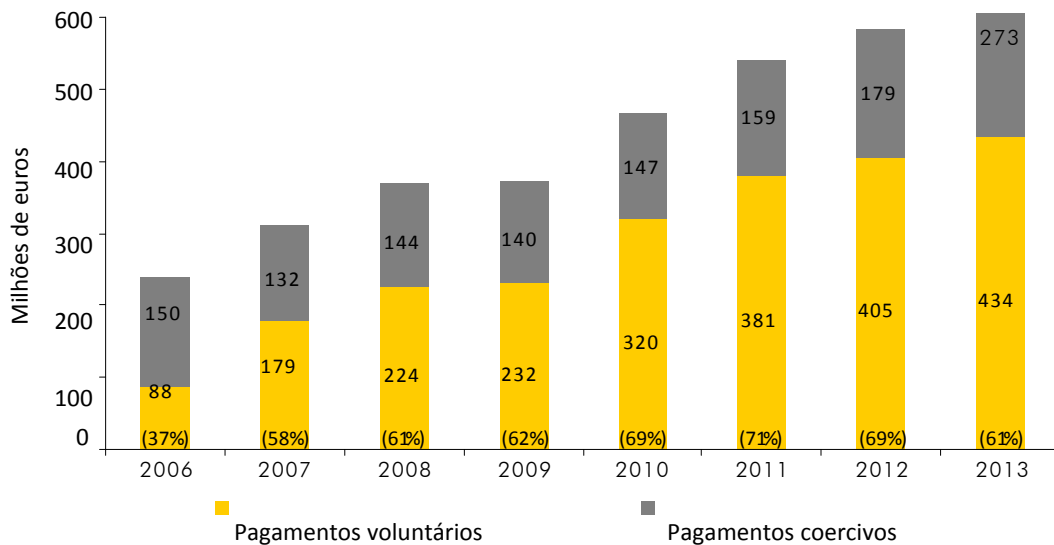


Gráfico 8 – Recuperação anual de dívida por tipo de pagamento

Simultaneamente reforçou-se a atuação sobre gerentes e responsáveis subsidiários pela criação da dívida. Embora o número de citações tenha sido mais reduzido, tendo-se realizado cerca de 26 mil citações individuais (menos 32,6% do que em 2012) para responsabilização pessoal pelas dívidas contraídas, verificou-se um aumento na cobrança em 59,9% face a 2012, resultando uma arrecadação de 86,6 milhões de euros. Em suma estas ações foram mais eficientes que as anteriores.

Em termos de distribuição da receita por natureza do devedor, a tabela seguinte sintetiza os valores arrecadados:

Tipo devedor	M€	Peso
Empresas	473	67%
Trabalhadores independentes	148	21%
Responsáveis subsidiários	87	12%

Quadro 6 – Distribuição da receita por natureza do devedor

Salienta-se que durante o ano de 2013 foram celebrados acordos com cerca de 102.000 contribuintes, mais 31,6% do que em 2012. O valor de dívida cobrada por via de acordo correspondeu a um total de 348 milhões de euros, cujo valor representa um aumento de 7,3 % em relação ao ano de 2012.

Dos acordos celebrados, mais de 78% respeitam a novos acordos, tendo os restantes resultado de processos de renegociação de acordos existentes. Os acordos celebrados corresponderam a um volume total de dívida de 855 milhões de euros. Deste valor, 520 milhões de euros correspondem a novos acordos e 335 milhões de euros à renegociação de acordos.

#### **Atuação de grandes devedores**

Através da gestão de grandes devedores em medidas de regularização extraordinária e mantendo o foco na viabilização de empresas, foram adicionalmente enquadrados em acordo cerca de 121 milhões de euros e salvaguardados 10.867 postos de trabalho. Importa referir que, quer o número de grandes devedores à Segurança Social, quer o peso dessas empresas no que respeita ao número de trabalhadores tem tendência a diminuir devido à atuação cada vez mais célere no que respeita à recuperação da dívida.

Recuperação Extraordinária	2013
Postos de Trabalho	10.867
Valor Enquadrado	121 M€

#### **Quadro 7 – Regularização extraordinária de grandes devedores**

A par desta atuação, foi distribuído pelas 20 secções de processo (SPE) um universo de 5.000 grandes devedores. A distribuição destes processos iniciou um novo ciclo de gestão da dívida. Proceder à distribuição equitativa de processos de forma a potenciar a cobrança é um objetivo do IGFSS, maximizando os recursos existentes e simultaneamente distribuir a taxa de esforço das secções de processo, de acordo com o número de recursos disponíveis, volume de dívida e o potencial de cobrança de determinada tipologia de devedor.

Os resultados de cobrança, apurados a dezembro de 2013, foram os seguintes:

SPE	Dívida	Cobrança	%
Aveiro	97.664.165	10.785.282	11,04%
Beja	40.267.053	4.624.421	11,48%
Braga	137.526.618	10.307.570	7,49%
Bragança	43.690.799	3.435.695	7,86%
Castelo Branco	54.499.402	3.474.279	6,37%
Coimbra	52.247.257	4.386.126	8,39%
Évora	23.280.355	2.451.742	10,53%
Faro	73.412.775	7.677.703	10,46%
Guarda	44.827.878	3.602.917	8,04%
Leiria	141.456.124	12.829.904	9,07%
Lisboa I	129.925.259	13.617.863	10,48%
Lisboa II	196.489.013	23.859.807	12,14%
Portalegre	37.269.186	3.854.504	10,34%
Porto I	90.790.881	9.535.859	10,50%
Porto II	113.210.911	13.586.082	12,00%
Santarém	77.686.536	7.246.835	9,33%
Setúbal	90.685.972	7.495.213	8,27%
Viana do Castelo	46.610.828	3.493.596	7,50%
Vila Real	35.172.184	2.773.414	7,89%
Viseu	56.738.915	4.661.263	8,22%
<b>TOTAL</b>	<b>1.583.452.111</b>	<b>153.700.077</b>	<b>9,71%</b>

Quadro 8 – Resultados de cobrança por SPE

Salientam-se as SPE de Lisboa II e Porto II com uma taxa de sucesso na ordem dos 12 por cento.

#### Na ação Coercisa

No seguimento da ação das Secções de Processo, foram solicitadas penhoras sobre 90% dos processos em condições legais para o efeito, representando 387.164 penhoras (de contas

bancárias, veículos, IRS, IVA, créditos e imóveis), mais 59% que no ano anterior. Este crescimento verificou-se essencialmente ao nível das penhoras de IRS, IVA e de créditos.

O forte aumento da cobrança foi determinante para o aumento da taxa de cobrança da carteira de dívida líquida que ascendeu a 24,6% em 2013, o que representa um aumento da eficiência de 9,8% face ao ano anterior.

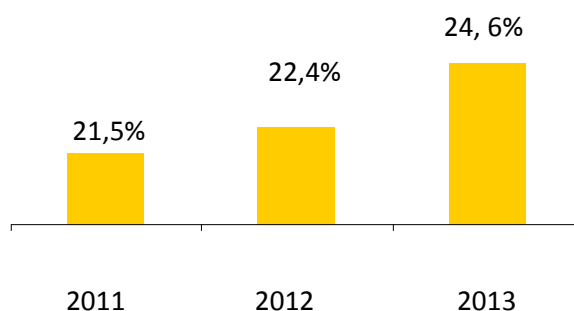


Gráfico 9 – Taxa de cobrança da carteira de dívida líquida activa

No que respeita à evolução da carteira de dívida líquida<sup>2</sup>, verificou-se um aumento de 2% face ao ano anterior, situando-se em 2,94 mil milhões de euros.

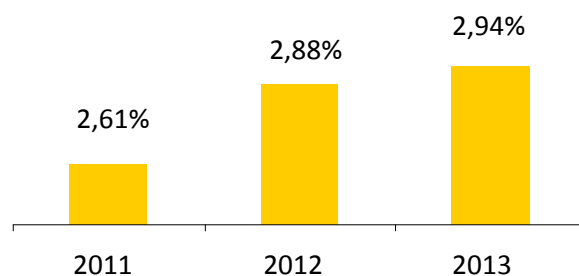


Gráfico 10 – Carteira de dívida líquida activa (em milhões de euros)

<sup>2</sup> Valor em dívida em condições de cobrança coerciva, excluindo reclamações, declarações em

falha, prescrições, contencioso e outros fatos suspensivos da cobrança.

**CONTABILIZAÇÃO DOS PROVEITOS DE CONTRIBUIÇÕES**

À semelhança do que ocorreu em exercícios anteriores, a contabilização dos Proveitos de 2013, face ao processamento das DR's, decorreu de acordo com os valores reais no sistema GR e SICC/GC/SIF.

Em 2013, procedeu-se a uma alteração na metodologia de contabilização das anulações de débitos de anos anteriores, tendo sido definido que as anulações de débitos passariam a ser contabilizados numa conta 6973 – custos - correções relativas a exercícios anteriores e os débitos numa conta 7977 – proveitos de anos anteriores.

Como já foi referido anteriormente, a receita de contribuições é contabilizada dentro do respetivo mês, tendo vindo a ser cumprido o calendário de encerramento dos períodos contabilísticos, dando-se desta forma cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas, não se procedendo por norma à reabertura. Foi igualmente desenvolvido um sistema de controlo central, garantido que nenhuma entidade possa reabrir os períodos contabilísticos sem a prévia autorização do IGFSS.IP.

**RECEITA COBRADA LÍQUIDA DE CONTRIBUIÇÕES**

Euros			
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>SISTEMA PREVIDENCIAL</b>	<b>13.347.899.562,72</b>	<b>12.706.618.122,06</b>	<b>13.037.768.014,55</b>
<b>Cotizações dos trabalhadores</b>	<b>4.811.142.742,48</b>	<b>4.721.986.593,46</b>	<b>4.566.411.566,78</b>
Ano	4.314.694.961,21	4.219.615.329,43	3.957.642.698,47
Anos anteriores	496.447.781,27	502.371.264,03	608.768.868,31
<b>Contribuições</b>	<b>8.536.756.820,24</b>	<b>7.984.631.528,60</b>	<b>8.471.356.447,77</b>
Ano	7.743.605.075,54	7.202.995.951,14	7.366.697.847,19
Anos anteriores	793.151.744,70	781.635.577,46	916.751.603,70
Contribuição extraordinária de solidariedade	0,00	0,00	152.840.824,01
Contribuição sobre desemprego e doença	0,00	0,00	35.066.172,87
<b>REGIMES COMPLEMENTARES ESPECIAIS</b>	<b>5.827.138,24</b>	<b>5.149.994,90</b>	<b>5.934.460,36</b>
Regimes especiais	5.827.138,24	5.149.994,90	5.934.460,36
<b>TOTAL</b>	<b>13.353.726.700,96</b>	<b>12.711.768.116,96</b>	<b>13.043.702.474,91</b>

**Quadro 9 – Receita de Contribuições – Análise evolutiva de 2011 a 2013**

Da análise ao quadro supra, pode constatar-se que no exercício de 2013 foram arrecadados 13.043.702.474,91€ evidenciando-se um acréscimo em relação ao ano anterior no montante total de 332 milhões de euros, no qual se encontram incluídos 152.840.824,01M€ relativo à contribuição extraordinária de solidariedade e 35.066.172,87M€ referente à contribuição de 5% e 6% sobre o desemprego e a doença.

#### CONTRIBUIÇÕES DECLARADAS

Euros			
DR's	2011	2012	2013
723 - Do ano	14.041.628.434,40	13.525.205.672,87	14.320.671.618,81
7977 - De anos anteriores	299.149.390,98	342.399.726,35	5.845.719.022,24
6977 - Correções de anos anteriores	0,00	0,00	-6.022.755.857,33
<b>TOTAL</b>	<b>14.340.777.825,38</b>	<b>13.867.605.399,22</b>	<b>14.143.634.783,72</b>

#### **Quadro 10 – Declaração de Remunerações**

Em 2013, verifica-se um acréscimo de 5,88% nas contribuições declaradas do próprio ano, face a 2012.

Relativamente aos valores cobrados mas que se encontram em clarificação, verifica-se, em 2013, que houve significativa identificação, compensação e regularização dos créditos cobrados, evidenciando um esforço por parte da conta corrente na recuperação da compensação.

Variação da conta de clarificação					
COHTAS	Saldo a 31/12/2011	Saldo a 31/12/2012	Δ 2012/2011 %	Saldo a 31/12/2013	Δ 2013/2012 %
<b>Cientes</b>					
2121181200 - SICC/clarificação conta corrente	-35.455.915,09	-55.636.457,65	56,92%	-19.435.807,50	-65,07%
2121181300 - SICC/clarificação classificação económica	-12.509.546.721,07	-10.054.184.458,72	-19,63%	-5.978.037.175,98	-40,54%

#### **Quadro 11 – Recebimento de Contribuições**

##### DAÇÕES EM PAGAMENTO

No ano de 2013, não foram celebrados contratos de dação em pagamento no âmbito do processo de recuperação de dívidas à Segurança Social.

Em termos comparativos, no quadro seguinte apresenta-se informação respeitante ao triénio 2013/2011, constatando-se, por um lado, que, em 2012, comparativamente com o período homólogo do ano anterior, regista-se um acréscimo na regularização de dívidas por dação em pagamento de 4.512.485,30€, isto é mais 20,10% e, por outro lado, em 2013, comparativamente com o ano 2012, regista-se um decréscimo de 6.840.948,80€, isto é menos 100,00%.

Euros

Dações Contribuinte	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
A.Henriques & CA, Lda.	151.047,00		
Cintra-urbanizações, Turismo e Construções, S.A.	543.692,00		
I.F.M - Indústria de Fibras de Madeira, S.A.	476.204,50		
I.F.M - Indústria de Fibras de Madeira, S.A.	1.157.520,00		
Faianças Ideal do Vale de Ourém, Lda.		1.506.000,00	
Grupo MIF - Manuel Inácio & Filhos, S.G.P.S.		4.458.648,80	
Confecções Lança, Lda.		876.300,00	
<b>Total</b>	<b>2.328.463,50</b>	<b>6.840.948,80</b>	<b>0,00</b>
	Δ Ano 2012/2011	<b>4.512.485,30</b>	<b>193,80%</b>
	Δ Ano 2013/2012	<b>-6.840.948,80</b>	<b>-100,00%</b>

#### Quadro 12 – Dações no Triénio 2013/2011

#### CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES DE CONTRIBUIÇÕES

Proseguindo o objetivo de reforçar a veracidade e fiabilidade das demonstrações financeiras do IGFSS.IP e simultaneamente acolhendo as recomendações do Tribunal de Contas no que concerne à constituição de provisões relativas a contribuintes de cobrança duvidosa, foi reiteradamente solicitado ao II.IP o desenvolvimento e implementação do respetivo processo em SICC/GC/SIF, objetivo não alcançado, o que conduziu a que mais uma vez o IGFSS.IP procedesse à contabilização manual daquelas no exercício de 2013.

Assim, no exercício de 2013, apresenta-se um acréscimo de 364.283.262,57€ de provisões acumuladas comparativamente a 2012.

**PROVISÕES DE CONTRIBUIÇÕES – QUADRO EVOLUTIVO 2012/2013**

	2012	2013	Provisão 2012	Provisão 2013	Variação do valor provisionado
					Euro
Resumo de provisões	Base de calculo	Base de calculo	Provisão acumulada	Provisão acumulada	2013/2012
Provisões a 25%	135.102.268,76 €	130.316.499,10	33.775.567,19 €	32.579.124,78 €	-3,54%
Provisões a 50%	161.313.250,84 €	169.638.089,20 €	80.656.625,42 €	84.819.044,60 €	5,16%
Provisões a 75%	172.938.368,92 €	195.619.035,06	129.703.776,69 €	146.714.276,30 €	13,11%
Provisões a 100%	2.565.332.354,04 €	2.909.594.140,23 €	2.565.332.354,04 €	2.909.594.140,23 €	13,42%
	<b>3.034.686.242,56 €</b>	<b>3.405.167.763,59 €</b>	<b>2.809.468.323,34 €</b>	<b>3.173.706.585,90 €</b>	

**Quadro 13 – Provisões de Contribuições****7.1.1 Alienação do Património Imobiliário do IGFSS.IP**

Durante o ano de 2013 o IGFSS.IP registou como receita de alienação de imóveis o valor de 3.318.564,75€.

Euro			
Receita da alienação do Património Imobiliário			
	2011	2012	2013
<b>Valor</b>	3.900.299,02	2.645.910,29	3.318.564,75

**Quadro 14 – Valor recebido referente à alienação de Património****7.2 Transferências para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social**

Da análise às transferências para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social no biénio 2013/2012, constata-se um acréscimo na ordem dos 16,28% no valor global transferido para o FEFSS, que fica a dever-se essencialmente à transferência do produto da alienação de imóveis em 2013, como se pode constatar no quadro seguinte:



**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – ANÁLISE EVOLUTIVA DAS TRANSFERÊNCIAS PARA O FEFSS DE 2011 A 2013**

	Euros		
FEFSS	2011	2012	2013
Alienação de Imóveis (Ano corrente)	3.685.041,25	2.629.160,29	3.318.556,79
Quotizações	0,00	0,00	0,00
Saldo de Alienação de anos anteriores	337.100,00	239.296,77	16.750,00
Saldo do Sub. Previdencial	293.007.652,06	0,00	0,00
FAC	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>297.029.793,31</b>	<b>2.868.457,06</b>	<b>3.335.306,79</b>

**Quadro 15 – Valores transferidos para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social****7.3 Acompanhamento dos protocolos****UTILIZAÇÃO DE NOVOS CANAIS DE PAGAMENTO**

Inserido no âmbito das Medidas do Simplex, foi disponibilizada, em julho de 2013, a possibilidade de emissão de referências de pagamento a ser utilizadas no Multibanco - pagamento de serviços compras, no que se refere à devolução de prestações sociais recebidas indevidamente pelos beneficiários.

Durante o ano de 2013 foi arrecadada através deste canal, uma receita que atingiu os 22,1 milhões de euros, tendo sido realizadas 207.894 operações.

Foi operacionalizada a arrecadação de receita através do Multibanco - pagamento de serviços compras, para o Fundo de Compensação do Trabalho e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho, com enquadramento legal na Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto.

Desde novembro de 2013, foi arrecadada através deste canal receita que ascendeu a 0,5 milhões de euros, tendo sido realizadas 31.676 operações.

**PROTOCOLO COM A COM A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA BANCOS (APB) PARA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES DE ENTIDADES EMPREGADORAS**

O valor de cobrança de TSU e de cobrança coerciva através do Contrato com a APB atingiu em 2013 os **10,90** milhares de milhões de euros, para um total de **3.648.507** registos e que envolveu cerca de 744 mil contribuintes. Face à receita arrecadada no ano anterior (10,95 milhares de milhões de euros), registou-se uma diminuição de **0,36%**. Em termos de registos verificou-se um decréscimo de 3,47%, o que se traduz em menos 131.076 movimentos face ao ano de 2012.

No contexto dos números acima indicados, a correção de erros dentro dos 30 dias envolveu apenas 3.600 registos, representando 0,10% do total dos movimentos efetuados pela banca. Comparativamente com o ano anterior, verifica-se uma variação negativa de 9,93%, o que se traduz na ocorrência de menos 397 movimentos de correção.

No que respeita ao prazo de retroação das regularizações, em termos médios, o prazo de retroação praticado para o ano de 2013 foi de 8,83 dias. Para os anos anteriores verificaram-se os seguintes prazos médios de retroação: 8,04 dias (ano 2012), 8,41 dias (ano 2011), 7,80 dias (ano 2010), 8,48 dias (ano 2009), 8,80 dias (ano 2008) e os 10,08 dias (ano 2007).

Após o prazo de retroação dos 30 dias, os bancos não podem efetuar qualquer tipo de regularização, ou seja movimentos RTU e REP, solicitando através de e-mail as correções ao IGFSS.IP, para estas serem efetuadas quer ao nível de SISS (Centros Distritais) quer ao nível de SEF (carregamento de ficheiros).

No ano de 2013, ocorreram 1.120 pedidos de regularização por parte das instituições bancárias aderentes ao contrato com a APB. Os tipos de regularização pedidos referem-se às seguintes situações: períodos de referência, NIF, transferência de regimes, pagamentos indevidos, duplicações, TSU indevida (DEP), juros banca e pedidos de esclarecimento. Juntando estes pedidos às correções de erros dentro dos 30 dias, verificamos que durante o ano de 2013, o peso relativo das correções, face ao total de

registos foi de apenas 0,13%. Face ao ano de 2012, o número de pedidos de regularização por parte das instituições bancárias aderentes ao protocolo com a APB diminuiu 15,9%.

Relativamente à existência de movimentos com o código “diversos”, que se traduzem em situações de exceção resultantes de problemas informáticos, e cuja correção deve ser efetuada, através da anulação destes códigos e a sua substituição por registos adequados ao cumprimento do protocolo (NIF e período de referência para as contribuições ou referência para os valores em execução), verificamos a ocorrência de 182 movimentos em 2013, o que representa uma diminuição de 0,5%, traduzindo-se em menos 1 movimento comparativamente com 2012.

#### ACORDO COM OS CTT PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES

Relativamente às notas de crédito, mantêm-se as discrepâncias entre a data na conta de depósitos à ordem associada a este protocolo e os documentos resultantes da integração dos ficheiros no sistema. Estas discrepâncias estão identificadas pelos serviços de reconciliação de contas e acompanhamento de acordos, provocando movimentos por reconciliar na conta de depósitos à ordem, bem como uma maior dificuldade na validação dos pagamentos. A solução para este problema passa pelo envio, por parte dos CTT, de ficheiros de cobrança com informação coincidente, em termos de data de cobrança, às datas de crédito na conta do IGFSS.IP.

Os CTT não conseguiram, até à data, arranjar solução para este problema, justificando que as Correções Positivas (Notas de crédito) não são integradas e descontadas diretamente no caso das Contribuições. Assim, no caso dos pagamentos duplicados temos momentos diferenciados para os diversos movimentos realizados.

No ano de 2013 verificou-se uma diminuição das notas de crédito associadas ao protocolo das entidades não empregadoras, tendo sido emitidas 37 notas de crédito, face às 52 emitidas no ano de 2012. No protocolo para cobrança postal dos acordos que

foi denunciado em 1 de abril, o número de notas de crédito emitidas foi igual ao do ano anterior, isto é uma nota de crédito relativa a remessa de talões.

#### UTILIZAÇÃO DE TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO (TPA) NAS TESOURARIAS DA SEGURANÇA SOCIAL

No ano de 2013 foram efetuadas nas tesourarias do ISS.IP 692.441 transações através da utilização de aparelhos TPA, que corresponderam a uma receita arrecadada de 180.366.029,39€. Face ao ano de 2012 verifica-se um decréscimo de 0,05% em termos de número de transações e um aumento de 6,9% em termos de receita arrecadada.

O quadro infra contém informação anual da receita arrecada pelos prestadores de serviços financeiros com os quais o IGFSS.IP tem celebrados contratos:

## Protocolos em vigor no IGFSS - Cobranças

Em euros

Protocolo	Âmbito	Canal de Entrada	Nº registos	Receita arrecadada	Custo associado	Custo Unitário
APB	Cobrança TSU das entidades Empregadoras + DEP (*)	Balcões dos bancos aderentes e internet	3.633.014	10.808.929.633,56	2.264.902,53	0,62
CTT	Acordos (1) (2)	Estações de correio e agentes payshop	1.097	610.327,85	580,20	0,53
CTT	Rendas (1)	Estações de correio e agentes payshop	22.780	1.194.088,21	12.048,34	0,53
CTT	Cobrança TI, SSV e Domésticas (1)	Estações de correio e agentes payshop	233.147	27.562.192,90	484.642,67	2,08
CTT	Citações das Secções de Processo (1)	Estações de correio e agentes payshop	752	732.876,20	406,98	0,54
Santander Totta	Rendas	Sistema de débitos Directos	7.545	716.764,43	3.714,86	0,47
CGD	Processos Executivos	Sistema de débitos Directos	63.746	7.803.896,87	28.445,25	0,38
BES	Regime Público de Capitalização	Sistema de débitos Directos	60.006	4.024.081,67	0,00	0,00
BES	Cobrança TI e SSV	Sistema de débitos Directos	40.620	7.451.008,66	0,00	0,00
Millennium BCP	Cobrança TI, SSV e Domésticas	Multibanco- Serviço especial	1.235.697	161.206.880,80	803.694,81	0,65
CGD	Trabalhadores Independentes, Entidades Empregadoras e Entidades Contratantes	Multibanco- Serviço normal	161.944	89.262.278,20	93.053,71	0,57
CGD	Devoluções de prestações recebidas indevidamente pelos beneficiários	Multibanco- Serviço normal	207.894	22.073.963,76	112.594,24	0,54
IGCP	Citações das Secções de Processo	Multibanco- Serviço normal	984.944	250.730.614,52	728.858,56	0,74
CGD			216.725	115.639.977,96	161.590,27	0,75
BSTotta	Fundo de Compensação do Trabalho e ao Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	Multibanco- Serviço normal	31.676	529.276,99	9.105,68	0,29
CGD	Pagamentos efectuados nas tesourarias do ISS	Aparelhos TPA	692.441	180.366.029,39	474.240,74	0,68
<b>Total</b>			<b>7.594.028</b>	<b>11.678.833.891,97</b>	<b>5.177.878,83</b>	

(1) - Valores das Notas de Entrega de valores cobrados

(2) - Em vigor até abril 2013

(\*) - Receita de dezembro de 2012 a novembro de 2013

Base de dados: Relatórios Crystal Reports e Relatórios de SISS

#### Quadro 16 – Receita arrecadada pelos prestadores de serviços financeiros com os quais o IGFSS.IP tem celebrados contratos

No âmbito das atribuições do IGFSS.IP, mais concretamente no que se reporta às funções de tesouraria única do sistema pelo mesmo assumidas, foram despoletados procedimentos de aquisição de serviços para o pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos, pelo que foram lançados concursos.

Nestes concursos, o IGFSS.IP tem conseguido condições contratuais mais vantajosas para a Segurança Social, as quais se refletem em ganhos financeiros, resultantes de preços de prestações de serviços bancários mais favoráveis, envolvendo também um processo de atualização de ficheiros e bases de dados da Segurança Social.

Estes concursos têm implicado um esforço considerável em termos de adaptações tecnológicas ao formato C2B SEPA da ISO 20022, designadamente ao nível das alterações de layouts, que tem envolvido os Bancos de Apoio, a SIBS, o Banco de Portugal, o IGFSS.IP, o Instituto da Segurança Social, IP (ISS.IP) e o Instituto de Informática, IP (II.IP).

O quadro infra contém informação anual do pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos:

## Contratos em vigor na Segurança Social - Despesa

Contratos	Âmbito		Canal de Pagamento	Valores Pagos	Custo associado	Ganho de Oportunidade	Em euros
							Custo/ Ganho Unitário
BES*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	1.009.299.233,24	0,00	517.247,61	0,27
BBPI*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	993.598.395,35	0,00	509.243,63	0,25
Millennium BCP*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	1.916.970.642,93	0,00	983.015,72	0,26
BBPI Centralizador*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	6.635.338.844,10	0,00	2.917.889,37	0,19
APB*	CNP - Fundo Pensões Banca	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	506.160.029,23	0,00	0,00	0,00
Citibank*	CNP - Pensões Estrangeiras	Benefícios diferidos	Carta-Cheque	75.716.714,70	0,00	208.729,93	0,63
Citibank*	CNP - Pensões Estrangeiras	Benefícios diferidos	Transferências	80.904.094,48	0,00	216.570,28	0,63
Santander Totta <sup>(1)</sup>	SICC	Prestações Sociais	Carta-Cheque	1.288.056.287,72	1.797.432,74	0,00	1,72
BBPI <sup>(1)</sup>	SICC	Prestações Sociais	Carta-Cheque	24.043.740,00	41.467,92	0,00	0,22
Millennium BCP <sup>(1)</sup>	SICC	Prestações Sociais	Carta-Cheque	N/D	250.518,45	0,00	0,52
CGD*	SICC - Nacional	Prestações Sociais	Carta-Cheque	357.283.459,48	836.855,13	0,00	0,52
CGD*	SICC - Internacional	Prestações Sociais	Carta-Cheque	1.274.449,06	7.719,24	0,00	2,18
BBPI*	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	573.744.642,43	0,00	0,00	0,00
CGD*	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	569.099.024,93	9.404,04	0,00	0,007
BES*	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	2.030.739.124,64	15.246,84	0,00	0,004
Millennium BCP*	SICC	QREN - POPH	Transferências	1.187.783.569,02	0,00	61.132,92	1,40
Millennium BCP*	SICC	IPSS	Transferências	1.192.728.154,53	0,00	61.195,48	1,33
<b>Total</b>				<b>18.442.740.405,84</b>		<b>5.475.024,94</b>	

(1) - Contratos em vigor até junho de 2013 - Na coluna Valores pagos os montantes são referentes a valores imobilizados

\* Contratos no âmbito da Tesouraria Única

N/D - Não disponível

### Quadro 17 – Pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos ao abrigo de novos contratos

## VERTENTE DE RECEBIMENTOS: SISTEMA DE GESTÃO DE TESOURARIAS E TESOURARIA ÚNICA

### ANÁLISE DOS FLUXOS FINANCEIROS DAS TESOURARIAS QUE OPERAM COM O SISTEMA DE GESTÃO DE TESOURARIAS (GT)

No âmbito das competências do IGFSS.IP, designadamente, no que respeita ao controlo da arrecadação da cobrança e adequado registo no sistema informático GT, com base no modelo implementado, que tem por objetivo a verificação do cumprimento dos procedimentos instituídos ao nível do registo e depósito das cobranças, assim como a verificação da aplicação dos normativos impostos pelas Circulares Normativas nº 38/2002, de 31 de dezembro (Contribuições) e 38/2003, de 16 de setembro (Fundo de Garantia de Alimento de Menores), foi efetuada a análise dos fluxos financeiros ocorridos nas tesourarias do Sistema da Segurança Social.

No quadro infra consta a informação das cobranças da classe de Contribuições arrecadadas nas tesourarias do Sistema de Segurança Social e registadas na aplicação GT:

Mês	Cobranças (€)
Janeiro	55.403.950,55
Fevereiro	45.490.000,03
Março	46.187.089,09
Abril	50.463.595,75
Maior	49.092.246,27
Junho	45.877.086,08
Julho	51.313.034,01
Agosto	45.031.173,54
Setembro	45.611.531,97
Outubro	46.770.680,36
Novembro	50.905.878,49
Dezembro	77.372.279,53
<b>TOTAL</b>	<b>609.518.545,67</b>

Quadro 18 – Cobrança de Contribuições na aplicação GT

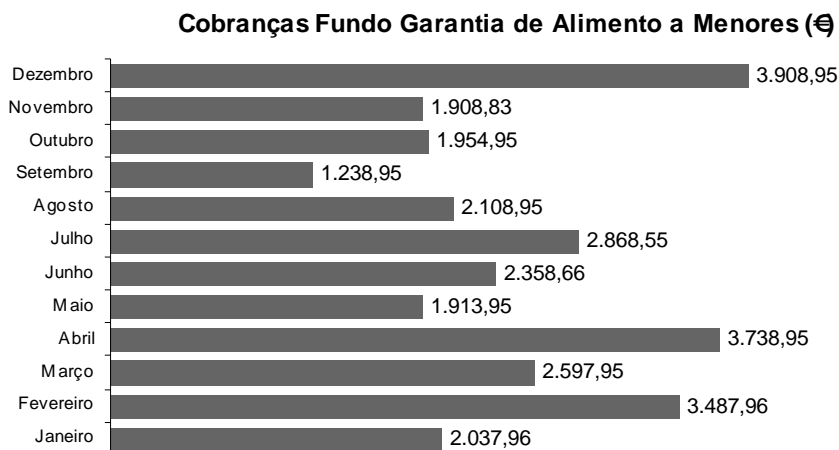


O total cobrado reflete um decréscimo de 3,14% em relação ao ano transato, sendo que 89,47% das cobranças foram registadas nas tesourarias do ISS.IP e o restante na tesouraria Sede do IGFSS.IP.

Apesar do gradual acréscimo dos valores cobrados através do TPA, o cheque ou vale de correio continuam a ser o meio de pagamento preferencial, representando ainda mais de 48% do total das cobranças da classe de contribuições.

Em 22-11-2013, foi publicado o Despacho nº 15283/2013, que regula os pagamentos dos valores devidos à Segurança Social nas Tesourarias do Sistema de Segurança Social. Das alterações introduzidas ao anterior despacho, resulta que apenas é possível a utilização de cheque normal (não visado, bancário, ou emitido pelo IGCP) para as cobranças não abrangidas pela possibilidade de utilização do meio de pagamento Multibanco.

No gráfico seguinte constam as cobranças de 2013 referentes ao Fundo de Garantia de Alimento a Menores:



**Gráfico 11 – Fundo de garantia de Alimento a Menores**

Em relação ao ano de 2012, verifica-se um acréscimo de 2,52%.

Durante o ano de 2013 foram elaborados:

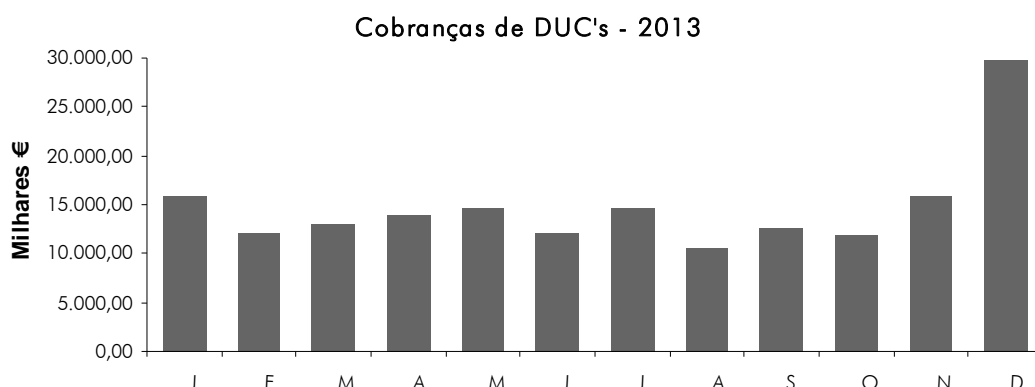
- três relatórios de análise das tesourarias afetas ao ISS.IP, relativos aos períodos: setembro a dezembro de 2012, janeiro a abril e maio a agosto de 2013;
- quatro relatórios de análise da tesouraria do IGFSS.IP-Sede, relativos aos períodos de: outubro a dezembro de 2012, janeiro a março, abril a junho e julho a setembro de 2013.

Note-se que regra geral, e em conformidade com o verificado no ano anterior, constata-se uma melhoria gradual nos indicadores de análise, nomeadamente a redução do atraso máximo no depósito e o aumento do número de tesourarias a cumprir os procedimentos de registo e depósito. Os atrasos no registo e depósito mantêm-se pontuais, coincidindo com os últimos dias legais para pagamento das contribuições (cobrança normal e executiva). Constata-se, igualmente, uma diminuição do montante das cobranças que apresenta atraso no depósito, o que também está relacionado com o progressivo aumento da utilização dos TPA, meio de pagamento que, neste ano, representou cerca de 25% das cobranças.

No que respeita à aplicação da Circular Normativa nº 38/2002, constatou-se que o *interface* do Sistema de GT com o SIF contabilizou a totalidade dos depósitos. Também foi contabilizada a totalidade da cobrança pelo *Interface* GC com o SIF e todos os valores registados em GT foram depositados nas contas bancárias do IGFSS.IP. No entanto, ainda se mantêm diferenças de consolidação entre as contas do IGFSS.IP e o ISS.IP, já identificadas e cuja resolução está pendente do II.IP, nomeadamente, o lançamento das correções efetuadas às cobranças registadas em GT desde o ano de 2007.

A existência de extrações diárias, permite a deteção atempada de extrações em falta e/ou correção de extrações indevidamente remetidas para SIF, e os pontos de situação mensais e reuniões de trabalho periódicas, possibilitam acautelar a regularização das situações dentro do respetivo mês, evitando a sua acumulação para o fecho de contas.

No gráfico seguinte observa-se a evolução mensal das cobranças de DUC (Documentos Únicos de Cobrança):



**Gráfico 12 – Valor cobrado e registado de DUC's na aplicação GT**

A cobrança ascendeu a 177.080.497,74€, valor que reflete um acréscimo de 48,24% relativamente a 2012, representando 29% da cobrança da classe de Contribuições. O acréscimo deveu-se essencialmente à cobrança de dezembro e está relacionado a aplicação do Regime Excecional e Temporário de Regularização de Dívidas à Segurança Social, que vigorou entre 20-11-2013 e 30-12-2013.

#### TESOURARIA ÚNICA – CENTRALIZAÇÃO DAS COBRANÇAS REFERENTES A RECEITAS DO ISS.IP

O processo de centralização das cobranças relativas a receitas do ISS.IP cobradas nas tesourarias do Sistema de Segurança Social implicou um significativo aumento do volume de cobranças arrecadado nas contas bancárias do IGFSS.IP. Em 2013, esta parcela apresentou um decréscimo de 20,62%, ascendendo a 58.507.163,32€, representando cerca de 9% do total das cobranças registadas na aplicação GT.

Contudo, este decréscimo de cobranças nas tesourarias do Sistema de Segurança Social, poderá, em parte, ser justificado pela disponibilização do canal de pagamento multibanco, em julho de 2013, com a entrada em produção do novo *Interface SICC-SIF*, vertente de recebimentos. As cobranças relativas a reposições de prestações sociais arrecadadas através do multibanco ascenderam a 23.687.189,68€.

## TESOURARIA ÚNICA RECEBIMENTOS – PROJETOS EM CURSO

No âmbito da Medida 096 do Simplex de 2008 e com o objetivo de garantir a contabilização automática dos novos canais de recebimento (Multibanco - Pagamento de Serviços e DGITA) para cobranças de notas de reposição de prestações sociais, pelo facto do atual *interface* SICC-SIF ter uma taxa de integração dos mapas de recebimentos muito baixa, optou-se por se construir um novo *interface* SICC-SIF, visando otimizar e simplificar os processos de contabilização. O novo *interface*, na vertente de cobranças, entrou em produção no dia 15-07-2013.

Está em curso o desenvolvimento do *Interface* SICC-SIF, vertente de pagamentos, garantindo o cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas sobre o tratamento contabilístico das operações orçamentais e a integração dos pagamentos com origem em SICC no circuito da Tesouraria Única, com os ganhos financeiros inerentes.

## VERTENTE DE PAGAMENTOS – ABASTECIMENTO FINANCEIRO E TESOURARIA ÚNICA

## ABASTECIMENTO FINANCEIRO ÀS ISS'S

O quadro infra contém a distribuição mensal das transferências líquidas<sup>1</sup> para as ISS's relacionadas com o processo de abastecimento que durante o ano de 2013 totalizaram o montante de 5.594,6 milhões de euros.

(Em milhares de euros)

Abastecimentos Financeiros	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2013
. Para ISS's													
Pensões	49.595,4	44.568,7	80.166,1	68.084,9	65.396,5	61.993,0	72.508,5	77.178,3	63.015,2	71.640,6	73.117,1	85.546,9	812.811,3
Subsídios por Morte	1.715,3	832,5	2,5	1.552,8	848,8	0,6	2.231,3	389,4	1,1	1.631,9	1.516,7	20,1	10.742,8
Abono de Família	48.387,4	44.683,4	45.635,1	46.252,8	45.706,1	47.149,8	46.002,9	46.596,6	54.608,1	42.757,1	47.754,7	46.108,1	561.642,2
Doença	33.041,8	28.480,7	29.783,1	43.136,2	17.670,9	35.785,9	27.990,9	33.109,2	26.238,3	25.734,8	34.175,5	27.527,3	362.674,7
Desemprego	215.785,6	212.797,0	210.821,4	256.443,2	208.810,5	212.020,7	202.977,3	211.878,6	216.297,5	201.658,4	203.895,1	199.469,9	2.552.855,3
Ação Social	10.852,9	18.403,9	16.822,2	14.646,3	18.399,8	15.108,6	17.807,8	14.236,3	15.002,2	16.898,2	14.001,5	35.352,2	207.531,8
Rendimento Social de Inserção	26.760,9	25.605,9	25.644,9	25.924,1	25.392,0	25.660,0	25.420,8	24.909,5	23.958,0	23.998,7	22.754,6	34.782,1	310.811,5
Administração	15.716,1	16.013,4	18.488,7	18.382,0	19.947,5	19.083,6	19.005,3	17.256,9	18.604,7	18.324,8	20.637,5	26.606,3	228.066,8
Outras Prestações	45.560,8	43.076,4	44.532,0	47.072,7	37.942,8	49.583,6	43.636,7	47.825,0	41.749,3	45.426,5	48.224,6	52.854,0	547.484,3
Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>447.416,2</b>	<b>434.461,8</b>	<b>471.896,2</b>	<b>521.494,9</b>	<b>440.115,0</b>	<b>466.385,7</b>	<b>457.581,4</b>	<b>473.379,9</b>	<b>459.474,3</b>	<b>448.071,1</b>	<b>466.077,3</b>	<b>508.266,9</b>	<b>5.594.620,8</b>

## Quadro 19 – Abastecimentos Financeiros

<sup>1</sup> Abastecimentos solicitados abatidos das devoluções relativas ao próprio ano.

Por outro lado, o acompanhamento efetuado às devoluções de disponibilidades das ISS's ao IGFSS.IP realizadas entre janeiro e dezembro/2013 relativas a benefícios em prescrição e a transferências recebidas atingiram o montante de 28,6 milhões de euros, com a seguinte desagregação:

(Em milhares de euros)													
.Devoluções das ISS's	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2013
Benef. Prescrição	0,00	1,92	4.096,30	1.179,51	2.341,24	1.562,45	1.810,10	1.510,67	1.839,60	1.388,48	3.045,26	0,00	18.775,52
Transf. Recebidas das ISS's	480,46	1.076,40	966,58	810,44	1.351,14	600,75	779,38	1.982,66	571,42	541,22	679,04	0,00	9.839,50
<b>Total Devoluções</b>	<b>480,46</b>	<b>1.078,32</b>	<b>5.062,88</b>	<b>1.989,95</b>	<b>3.692,37</b>	<b>2.163,20</b>	<b>2.589,49</b>	<b>3.493,34</b>	<b>2.411,02</b>	<b>1.929,70</b>	<b>3.724,31</b>	<b>0,00</b>	<b>28.615,03</b>

#### Quadro 20 – Devolução de Disponibilidades e Benefícios em Prescrição

### VERTENTE DE PAGAMENTOS – TESOURARIA ÚNICA

Os pagamentos efetuados pelo IGFSS.IP durante o ano de 2013, no âmbito do processo da Tesouraria Única, relacionados com o pagamento de prestações sociais constam do quadro seguinte:

(Em milhares de euros)													
.Pagamentos TU	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2013
Pensões	1.118.949,7	1.181.270,4	1.158.760,6	1.128.933,1	1.162.788,0	1.278.842,7	1.767.849,1	1.144.708,0	1.140.934,1	1.172.232,6	1.208.925,7	1.314.548,6	14.778.742,5
Subsidio por Morte	20.568,4	12.735,7	8.464,3	12.942,6	15.613,9	4.970,3	8.649,3	9.776,8	5.390,4	9.177,0	4.362,5	17.796,2	130.447,3
Ação Social	97.595,0	97.576,1	104.507,9	100.493,2	98.186,6	100.724,9	100.950,7	97.878,6	97.083,7	101.162,2	99.345,7	99.279,3	1.194.784,1
Outras Prestações	22.457,5	22.610,4	24.300,7	20.411,6	24.180,4	20.318,0	22.246,6	22.195,3	22.034,5	22.138,0	13.592,7	21.183,0	257.668,5
Reenvios	1.697,4	184,9	300,8	430,4	186,8	154,6	202,2	182,3	164,4	224,6	173,4	199,9	4.101,7
<b>Total Pagamentos TU</b>	<b>1.261.268,0</b>	<b>1.314.377,5</b>	<b>1.296.334,2</b>	<b>1.263.210,8</b>	<b>1.300.955,7</b>	<b>1.405.010,5</b>	<b>1.899.897,9</b>	<b>1.274.741,0</b>	<b>1.265.607,1</b>	<b>1.304.934,4</b>	<b>1.326.400,0</b>	<b>1.453.007,1</b>	<b>16.365.744,2</b>
<b>Total Pagamentos TU sem Reenvios</b>	<b>1.259.570,6</b>	<b>1.314.192,6</b>	<b>1.296.033,4</b>	<b>1.262.780,5</b>	<b>1.300.768,9</b>	<b>1.404.855,9</b>	<b>1.899.695,7</b>	<b>1.274.558,7</b>	<b>1.265.442,7</b>	<b>1.304.709,8</b>	<b>1.326.226,6</b>	<b>1.452.807,2</b>	<b>16.361.642,5</b>

#### Quadro 21 – Pagamento de prestações sociais – Tesouraria Única

Os montantes devolvidos referentes a pagamentos efetuados no âmbito da TU-CNP totalizaram 41,2 milhões de euros, com a seguinte distribuição mensal:

(Em milhares de euros)													
.Devoluções TU-CNP	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2013
Valores devolvidos	3.880,99	4.513,40	3.586,06	3.259,85	5.292,63	3.185,75	2.530,88	4.461,17	3.959,98	3.337,01	3.150,00	0,00	41.157,72

#### Quadro 22 – Pagamento de Tesouraria Única - CNP

Salienta-se que estas devoluções resultam de valores não entregues aos pensionistas, sendo, posteriormente, reenviados, anulados ou prescritos.

## 8. ANÁLISE AO BALANÇO

### 8.1 Ativo

O quadro abaixo apresentado evidencia as grandes rubricas do Ativo líquido do IGFSS.IP, referente ao biénio 2013/2012, evidenciando as variações ocorridas em termos absolutos e percentuais.

Balanzo Activo a 31 Dezembro				
2012-2013				
Valores líquidos de amortizações e provisões				Euros
ACTIVO	2012	2013	Evolução 2013/2012	
	Valor	Valor	Valor	%
<b>Imobilizado</b>				
Bens domínio Público	0	0	0	
Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	
Imobilizações Corpóreas	3.140.950,18	3.047.181,86	-93.768,32	-2,99%
Investimentos Financeiros	142.733.589,57	142.552.732,90	-180.856,67	-0,13%
<b>Sub-total (1)</b>	<b>145.874.539,75</b>	<b>145.599.914,76</b>	<b>-274.624,99</b>	<b>-0,19%</b>
<b>Circulante/Existências</b>	<b>109.015,81</b>	<b>79.737,20</b>	<b>-29.278,61</b>	<b>-26,86%</b>
<b>Dividas de terceiros</b>				
Empréstimos concedidos	0	0	0	
Clientes contribuintes utentes c/c	4.148.614.636,48	4.994.367.767,93	845.753.131,45	20,39%
Clientes contribuintes utentes cob.duvidosa	243.941.930,58	251.414.211,28	7.472.280,70	3,06%
Outros	431.426.176,70	380.757.711,85	-50.668.464,85	-11,74%
<b>Sub-total (2)</b>	<b>4.823.982.743,76</b>	<b>5.626.539.691,06</b>	<b>802.556.947,30</b>	<b>16,64%</b>
<b>titulos Negociáveis</b>	<b>1.122.436.000,00</b>	<b>838.000.000,00</b>	<b>-284.436.000,00</b>	<b>-25,34%</b>
<b>Depósitos Bancários e caixa</b>				
Depósitos em Instituições Financeiras	686.672.264,15	1.239.169.876,04	552.497.611,89	80,46%
Caixa	22.181,80	25.014,79	2.832,99	12,77%
Tesouro	0	0	0	
<b>Sub-total (3)</b>	<b>686.694.445,95</b>	<b>1.239.194.890,83</b>	<b>552.500.444,88</b>	<b>80,46%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de proveitos	32.835.563,60	28.800.199,67	-4.035.363,93	-12,29%
Custos diferidos	638.554,60	900.668,62	262.114,02	41,05%
<b>Sub-total (4)</b>	<b>33.474.118,20</b>	<b>29.700.868,29</b>	<b>-3.773.249,91</b>	<b>-11,27%</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>6.812.570.863,47</b>	<b>7.879.115.102,14</b>	<b>1.066.544.238,67</b>	<b>15,66%</b>

#### Quadro 23 – Balanzo - Activo

O Ativo líquido do IGFSS.IP apresenta em 2013 um acréscimo de 15,66% relativamente a igual período de 2012, ascendendo a uma variação de 1.066.544.238,67€, conforme se verifica no quadro supra indicado, sendo que para tal resultado concorreram principalmente:

- O aumento das dívidas a receber de “Clientes contribuintes utentes c/c” no

valor de 845.753.131,45€, correspondendo às dívidas de contribuintes e fundo garantia de alimentos a menores;

- A rubrica “Outros”, que engloba todas as dívidas de terceiros não contribuintes, apresenta uma variação negativa de 50.668.464,85€ face a 2012, para a qual contribuem principalmente: a redução no valor de adiantamentos no âmbito AFP no valor de 66.031.421,87€, representando um decréscimo de 83,9% no que se refere a adiantamentos concedidos no âmbito do QCAIII quando comparado com igual período de 2012 e o aumento do valor de adiantamento concedido por conta dos acordo do CNP no montante total de 13.061.974,25€ face a 2012;
- Aplicação financeira em CEDIC’s em 31 de dezembro de 2013 no valor total de 838.000.000,00€, representando um decréscimo de 284.436.000,00€, isto é menos 25.34% que em 2012;
- O aumento do valor total de 552.500.444,88€ em depósitos em instituições financeiras e caixa.

Seguidamente é apresentado, com maior detalhe, a evolução das rubricas que compõem o Ativo.

#### IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As imobilizações são registadas no IGFSS.IP com base nos critérios de valorimetria definidos no POCISSSS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 12/2002, de 25 de janeiro.

As imobilizações corpóreas encontram-se evidenciadas ao custo de aquisição ou de produção, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações" do exercício.

A respeito das amortizações, o exercício de 2013 regula-se pela aplicação do disposto no Decreto-Regulamentar n.º 2/90 para os bens adquiridos até 2001 (exclusive), prosseguindo esse regime até ao final da vida útil dos bens. Aos bens adquiridos em 2001 e anos subsequentes aplica-se o definido na Portaria n.º 671/2000 (II Série) de 17 de abril, que aprovou as instruções regulamentadoras do cadastro e inventário dos bens do Estado (CIBE) e respetivo classificador geral, contendo ainda as taxas de depreciação a aplicar a esses bens.

### Análise Evolutiva do Imobilizado em 31 dezembro

2012 -2013

	Exercícios								Euros	
	2012		2013		2013		Variação		Variação %	
	AL	Peso relativo	AB	AP	AL	Peso relativo	Absoluta	2012/2011		
421-Terrenos e recursos naturais	138.765,00	0,10%	138.765,00	0,00	138.765,00	0,10%	0,00	0,00%		
422-Edifícios e outras construções	2.535.802,13	1,74%	3.803.363,27	1.370.456,47	2.432.906,80	1,67%	-102.895,33	-4,06%		
423-Equipamento básico	200.849,83	0,14%	2.604.127,24	2.462.556,95	141.570,29	0,10%	-59.079,54	-29,44%		
424-Equipamento de transporte	0,00	0,00%	610.148,16	610.148,16	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
425-Ferramentas e utensílios	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
426-Equipamento administrativo	262.357,34	0,18%	1.138.704,83	898.458,21	240.246,62	0,17%	-22.110,72	-8,43%		
427-Tarax e vasilhame	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
429-Outras imobilizações corpóreas	3.375,88	0,00%	849.083,24	846.065,60	3.017,64	0,00%	-359,24	-10,61%		
442-Imobilizações em curso	0,00	0,00%	90.675,51	90.675,51	90.675,51	0,06%	90.675,51	0,00%		
448-Adiantamentos por conta de imob.c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
<b>Total Imobilizações coporeas</b>	<b>3.140.950,18</b>	<b>2,15%</b>	<b>9.234.867,25</b>	<b>6.187.685,39</b>	<b>3.047.181,86</b>	<b>2,09%</b>	<b>-93.768,32</b>	<b>-2,99%</b>		
411-Partes de capital	1.318.624,29	0,90%	3.692.512,67	2.573.976,74	1.108.535,93	0,76%	-210.088,36	-15,93%		
412-Obrigações e títulos de participa	0,00	0,00%	203.170,36	203.170,36	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
413-Empréstimos de financiamento	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
414-Investimentos em imóveis	78.840.725,05	54,05%	90.008.665,82	11.250.124,25	78.758.541,57	54,09%	-82.183,48	-0,10%		
415-Outras aplicações financeiras	62.574.240,23	42,90%	62.753.056,03	144.354,18	62.608.701,85	43,00%	34.461,62	0,06%		
441-Imobilizações em curso	0,00	0,00%	76.953,55	76.953,55	76.953,55	0,05%	76.953,55	0,00%		
447-Adiantam. por conta invest.financ	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
<b>Total Investimentos Financeiros</b>	<b>142.733.589,57</b>	<b>97,85%</b>	<b>156.724.358,43</b>	<b>14.171.625,53</b>	<b>142.552.732,90</b>	<b>97,91%</b>	<b>-180.856,67</b>	<b>-0,13%</b>		
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>145.874.539,75</b>		<b>165.959.225,68</b>	<b>26.359.310,92</b>	<b>145.599.914,76</b>		<b>-274.624,99</b>	<b>-0,19%</b>		

### Quadro 24 – Balanço – Imobilizado

Da análise ao quadro supra verifica-se que, no biénio 2013/2012, o imobilizado líquido decresceu 0,19%, tendo concorrido para este decréscimo a variação negativa nas rubricas de Edifícios e outras construções, equipamento básico, equipamento administrativo, outras imobilizações corpóreas, partes de capital e investimentos em imóveis.

A rubrica de investimentos em imóveis, em 2013 e 2012, apresenta o maior peso relativo no total dos investimentos financeiros, 54,09% e 54,05% respetivamente.

No que concerne à rubrica de imobilizado corpóreo, o seu decréscimo deve-se sobretudo:

- Aos abates efectuados no exercício de 2013 nas rubricas de equipamento básico e equipamento de transporte, ver mapa do Activo Bruto;
- E às amortizações do exercício.



Em 2013, as transferências de imobilizações corpóreas do ISS.IP (terrenos 431.603,19€ e edifícios e outras construções 1.438.503,33€) para o IGFSS.IP foram reclassificadas neste último Instituto como investimentos financeiros em imóveis.

Ao nível das amortizações, o decréscimo nas rubricas das imobilizações corpóreas e o acréscimo na rubrica de investimentos financeiros em imóveis reflete os abates registados nas primeiras e em grande medida, as transferências do ISS.IP ocorridas em 2013.

### Análise Evolutiva das amortizações do exercício

2012 -2013

Euros				
Designação	2012	2013	Desvio absoluto	Varição %
<b>Amortizações em Imobilizações corpóreas</b>				
<b>Edifícios e outras construções</b>	<b>133.414,57</b>	<b>102.757,22</b>	<b>-30.657,35</b>	<b>-22,98%</b>
*Sem terreno subjacente	36.535,83	99.714,15	63.178,32	172,92%
*Com terreno subjacente	96.878,74	3.043,07	-93.835,67	-96,86%
<b>Equipamento básico</b>	<b>74.134,55</b>	<b>65.419,37</b>	<b>-8.715,18</b>	<b>-11,76%</b>
*Equipamento informático.	69.505,86	62.358,47	-7.147,39	-10,28%
*Maquinaria e equipamento social.	4.628,69	3.060,90	-1.567,79	-33,87%
*Equipamento de escritório e reprografi	0	0	0,00	0,00%
*Mobiliário.	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Equipamento administrativo.</b>	<b>72.047,94</b>	<b>64.066,80</b>	<b>-7.981,14</b>	<b>-11,08%</b>
<b>Outras imobilizações corpóreas.</b>	<b>358,24</b>	<b>358,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>Sub-total (1)</b>	<b>279.955,30</b>	<b>232.601,63</b>	<b>-47.353,67</b>	<b>-16,91%</b>
<b>Amortizações em Investimentos Financeiros</b>				
<b>Habitções Renda social</b>	<b>61.462,29</b>	<b>65.011,40</b>	<b>3.549,11</b>	<b>5,77%</b>
*Sem terreno subjacente	1.426,33	1.426,12	-0,21	-0,01%
*Com terreno subjacente	60.035,96	63.585,28	3.549,32	5,91%
<b>Habitções Renda livre</b>	<b>682.368,04</b>	<b>737.363,44</b>	<b>54.995,40</b>	<b>8,06%</b>
*Sem terreno subjacente	208.513,51	256.604,52	48.091,01	23,06%
*Com terreno subjacente	473.854,53	480.758,92	6.904,39	1,46%
<b>Edifícios Serviços</b>	<b>97.249,76</b>	<b>167.422,21</b>	<b>70.172,45</b>	<b>72,16%</b>
*Sem terreno subjacente	2.147,21	3.835,47	1.688,26	78,63%
*Com terreno subjacente	95.102,55	163.586,74	68.484,19	72,01%
<b>Edifícios outros</b>	<b>118.112,25</b>	<b>82.557,64</b>	<b>-35.554,61</b>	<b>-30,10%</b>
*Com terreno subjacente	72.930,09	69.587,42	-3.342,67	-4,58%
*Sem terreno subjacente	45.182,16	12.970,22	-32.211,94	-71,29%
<b>Sub-total (2)</b>	<b>959.192,34</b>	<b>1.052.354,69</b>	<b>93.162,35</b>	<b>9,71%</b>
<b>Total (3)= (1)+(2)</b>	<b>1.239.147,64</b>	<b>1.284.956,32</b>	<b>45.808,68</b>	<b>3,70%</b>

### Quadro 25 – Balanço - Amortizações do Exercício

Relativamente aos Investimentos Financeiros em Partes de Capital em Obrigações e Títulos de Participação e em outras aplicações financeiras – valor líquido de provisões

acumuladas – verifica-se, em 2013, um decréscimo daquele valor líquido em 175.626,76€ comparativamente a 2012, correspondendo à variação das provisões, sobre as quais, importa assim referir (ver quadro abaixo indicado):

- O aumento do valor líquido dos Títulos da Dívida Pública – Consolidados (incluídos da conta outras aplicações financeiras), no montante de 34.461,62€, decorrente da anulação em 2013 das provisões constituídas, uma vez que o valor de mercado destes títulos em 31 de dezembro de 2013 é superior ao valor de aquisição;
- Que as Obrigações e Títulos de Participação detidos pelo IGFSS.IP se mantêm totalmente provisionados, uma vez que as empresas, Cª Minas Ouro Penedono e Soc. Hidro – Elect. Revué se encontram em processo de falência e como tal o seu valor de mercado é igual a zero;
- Relativamente às “Partes de Capital”, o decréscimo de 210.088,36€ no seu valor líquido, face a 2012, deve-se ao reforço, em 2013, quer da provisão constituída relativamente às ações da empresa Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, SGPS, SA (FRME) no montante de 197.738,36€ quer ao reforço da provisão constituída sobre as ações da empresa ADRAVE no montante de 12.530,00€, uma vez que o valor de mercado era inferior ao valor de aquisição a 31 de Dezembro de 2013 para estas duas empresas.

## Quadro das Ações e Títulos da Dívida Pública

Natureza	Valor Aquisição (VA) (1)	Cotação a 31/12/2013	Valor de Mercado (VM) (2)	Diferença (3)=(1)-(2)	Provisão (4)	Provisões no Ano de 2012 (5)	Reforço/Anulação de Provisões durante o ano de 2013 (6)	Reforço/Anulação de Provisões a 31/12/2013 (7)	Total de Provisões em 2013 (8)=(7)+(6)+(5)	Observações
<b>Títulos de Dívida Pública</b>										
<b>Banco de depósito - CGD</b>										
Consolidado 2,75%	29.804,42	41,00%	12.219,81	17.584,61	17.584,61	20.863,09	0,00	-3.278,48	17.584,61	Cotações à data de 31/12/2013
Consolidado 3%	49.661,22	43,51%	21.607,60	28.053,62	28.053,62	36.203,03	0,00	-8.149,41	28.053,62	Cotações à data de 31/12/2013
Consolidado 3,2%	4.728,34	30,02%	1.419,45	3.308,89	3.308,89	3.546,25	0,00	-237,36	3.308,89	Cotações à data de 31/12/2013
Consolidado 4%	168.862,05	43,50%	73.454,99	95.407,06	95.407,06	118.203,43	0,00	-22.796,37	95.407,06	Cotações à data de 31/12/2013
<b>Total</b>	<b>253.056,03</b>		<b>108.701,85</b>	<b>144.354,18</b>	<b>144.354,18</b>	<b>178.815,80</b>	<b>0,00</b>	<b>-34.461,62</b>	<b>144.354,18</b>	<b>c. ração 4950000000</b>
<b>Consolidados 2,75%</b>										
Nº ID	Unidades	%	Valor Aquisição	%	Valor de Mercado	Diferença (VM-VA)	Provisões 2012	Provisões 2013	Reforço/Anulação	Total Provisão
2000000	209	3,23%	1.042,47	3,50%	427,69	-614,80	729,54	614,80	-114,74	614,80
2000001	3	0,00%	14,94	0,00%	6,11	-8,83	10,49	8,83	-1,64	8,83
2000002	2.125	32,89%	9.989,74	33,02%	4.096,00	-5.893,60	6.992,63	5.893,60	-1.099,03	5.893,60
2000009	4.124	63,88%	18.757,21	62,93%	7.689,93	-11.067,28	13.130,43	11.067,28	-2.063,15	11.067,28
<b>Total</b>	<b>6.461,00</b>	<b>1,00</b>	<b>29.804,42</b>	<b>1,00</b>	<b>12.219,81</b>	<b>-17.584,61</b>	<b>20.863,09</b>	<b>17.584,61</b>	<b>-3.278,48</b>	<b>17.584,61</b>
<b>Consolidados 3%</b>										
Nº ID	Unidades	%	Valor Aquisição	%	Valor de Mercado	Diferença (VM-VA)	Provisões 2012	Provisões 2013	Reforço/Anulação	Total Provisão
2000003	518	1,60%	2.620,63	5,20%	1.140,24	-1.480,39	1.910,44	1.480,39	-430,05	1.480,39
2000004	194	0,60%	967,67	1,9%	421,03	-546,64	705,43	546,64	-158,79	546,64
2000010	220	0,68%	1.029,50	2,07%	447,94	-581,56	750,90	581,56	-168,94	581,56
2000011	2.027	6,24%	10.005,99	20,13%	4.353,43	-5.652,16	7.994,00	5.652,16	-1.441,72	5.652,16
2000015	6.981	21,56%	34.813,37	70,13%	18.147,30	-16.666,07	25.378,95	19.644,07	-5.721,88	19.644,07
2000016	22.446	69,32%	224,46	0,4%	97,66	-126,80	163,63	126,80	-36,83	126,80
<b>Total</b>	<b>32.381,00</b>	<b>1,00</b>	<b>49.661,22</b>	<b>1,00</b>	<b>21.607,60</b>	<b>-28.053,62</b>	<b>36.203,03</b>	<b>28.053,62</b>	<b>-8.149,41</b>	<b>28.053,62</b>
<b>Consolidados 3,2%</b>										
Nº ID	Unidades	%	Valor Aquisição	%	Valor de Mercado	Diferença (VM-VA)	Provisões 2012	Provisões 2013	Reforço/Anulação	Total Provisão
2000005	245	25,74%	1.222,04	25,83%	366,93	-855,13	914,48	855,13	-61,35	855,13
2000006	3	0,31%	14,94	0,31%	4,40	-10,56	11,30	10,56	-0,74	10,56
2000007	704	73,95%	3.491,32	73,84%	1.048,12	-2.443,20	2.618,47	2.443,20	-175,27	2.443,20
<b>Total</b>	<b>952,00</b>	<b>1,00</b>	<b>4.728,34</b>	<b>1,00</b>	<b>1.419,45</b>	<b>-3.308,89</b>	<b>3.546,25</b>	<b>3.308,89</b>	<b>-237,36</b>	<b>3.308,89</b>
<b>Consolidados 4%</b>										
Nº ID	Unidades	%	Valor Aquisição	%	Valor de Mercado	Diferença (VM-VA)	Provisões 2012	Provisões 2013	Reforço/Anulação	Total Provisão
2000008	13	0,06%	129,69	0,06%	58,76	-70,93	89,16	70,93	-18,23	70,93
2000012	15.648	98,42%	166.139,51	98,38%	72.265,02	-93.874,49	116.301,56	93.874,49	-22.427,07	93.874,49
2000013	190	1,20%	2.056,54	1,22%	896,15	-1.160,39	1.438,51	1.160,39	-278,12	1.160,39
2000014	48	0,30%	536,31	0,3%	235,06	-301,25	374,20	301,25	-72,95	301,25
<b>Total</b>	<b>15.899,00</b>	<b>1,00</b>	<b>168.862,05</b>	<b>1,00</b>	<b>73.454,99</b>	<b>-95.407,06</b>	<b>118.203,43</b>	<b>95.407,06</b>	<b>-22.796,37</b>	<b>95.407,06</b>
<b>Obrigações w/garantia</b>										
	Valor Aquisição (VA) (1)	Valor de Mercado (VM) (2)	Diferença (3)=(1)-(2)	Participação	Provisão (4)	Provisões no Ano de 2012 (5)	Reforço/Anulação de Provisões durante o ano de 2013 (6)	Reforço/Anulação de Provisões a 31/12/2013 (7)	Total de Provisões em 2013 (8)=(7)+(6)+(5)	Observações
<b>Banco de depósito: BES</b>										
C* Minas Ouro Paredono 5%	124.699,48	0,00	124.699,48		124.699,48	124.699,48	0,00	0,00	124.699,48	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência
Soc. Hidro - Eled. Revivé	78.470,88	0,00	78.470,88		78.470,88	78.470,88	0,00	0,00	78.470,88	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência
<b>Total</b>	<b>203.170,36</b>	<b>0,00</b>	<b>203.170,36</b>		<b>203.170,36</b>	<b>203.170,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>203.170,36</b>	<b>c. ração 4920000000</b>
<b>Ações</b>										
<b>Banco de depósito - BES</b>										
C* Minas Ouro Paredono	57.385,00	0,00	57.385,00	N/D	57.385,00	57.385,00	0,00	0,00	57.385,00	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência
Soc. Hidro - Eled. Revivé	268.069,10	0,00	268.069,10	N/D	268.069,10	268.069,10	0,00	0,00	268.069,10	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência
<b>Banco de depósito - BBPI</b>	<b>2.495,00</b>	<b>4.847,80</b>	<b>-2.352,80</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>VM&gt;VA</b>
<b>Banco de depósito - CGD</b>										
Margreina, SA*	5.114,75	7.634,25	-2.521,50	1,02%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	VM>VA
FRMÉ (ID 1000004)*	2.495.000,00	430.000,00	2.065.000,00		2.065.000,00	1.880.000,00	0,00	185.000,00	2.065.000,00	VM<VA - Reforço de Provisões
FRMÉ (ID 1000007)*	171.795,72	29.608,08	142.187,64	3,69%	142.187,64	129.449,28	0,00	12.738,36	142.187,64	VM<VA - Reforço de Provisões
<b>Gastiviva, SA VA</b>										
	18.035,00	0,00	18.035,00	36,07%	18.035,00	18.035,00	0,00	0,00	18.035,00	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que os capitais próprios da empresa são negativos
Monte D'Alva	639.668,10	640.950,00	-1.281,90	3,67%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	VM>VA
Adriave	24.950,00	1.650,00	23.300,00	6,36%	23.300,00	10.950,00	0,00	12.350,00	23.300,00	VM>VA
<b>Total</b>	<b>3.682.512,67</b>	<b>1.114.691,83</b>	<b>2.567.820,84</b>		<b>2.573.976,74</b>	<b>2.363.888,38</b>	<b>0,00</b>	<b>210.088,36</b>	<b>2.573.976,74</b>	<b>c. ração 4910000000</b>

Quadro 26 – Balanço - Ações e Títulos da Dívida Pública

## DÍVIDAS DE TERCEIROS

## Análise Evolutiva das dívidas de terceiros

2012 -2013

Dívidas de Terceiros	Exercícios								Euro	
	2012		2013		2013		Variação		Variação	
	AL	Peso relativo	AB	AP	AL	Peso relativo	Absoluta	Percentual		
2812+2822-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
212 - Contribuintes c/c	2.429.380.001,81	50,36%	2.497.755.680,01	0,00	2.497.755.680,01	44,39%	68.375.678,10	2,81%		2,81%
218-Clientes contr e utent cobrança d	133.321.997,68	2,76%	3.424.862.354,20	3.281.461.562,53	143.400.791,67	2,55%	10.078.794,01	7,58%		7,58%
268-Outros devedores	130.199.652,02	2,70%	136.895.105,38	4.337.036,23	132.558.069,15	2,36%	2.358.417,14	1,81%		1,81%
<b>Total das dívidas de Terceiros ML Prazo</b>	<b>2.692.991.651,59</b>	<b>55,82%</b>	<b>6.059.513.139,59</b>	<b>3.285.798.598,76</b>	<b>2.773.714.540,83</b>	<b>49,30%</b>	<b>88.812.889,24</b>	<b>3,06%</b>		
2811+2821-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
218-Clientes contr e utent cobrança d	110.619.932,92	2,29%	144.017.892,81	36.004.473,20	108.013.419,61	1,92%	-2.606.513,31	-2,36%		
211-Clientes, c/c	13.158.464,07	0,27%	13.592.782,13	0,00	13.592.782,13	0,24%	434.318,06	3,30%		
212-Contribuintes, c/c	1.706.076.170,50	35,37%	2.483.019.305,79	0,00	2.483.019.305,79	44,13%	776.943.135,29	45,54%		
213-Utilentes, c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
214-Clientes, contrib e utentes - Tit	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
229-Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2619-Adiantam fornecedores de imobili	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24-Estado e outros entes públicos	153,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	-153,00	-100,00%		
265-Prestações Sociais a repór	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268-Outros devedores	301.226.371,69	6,24%	248.277.296,30	77.653,60	248.199.642,70	4,41%	-53.026.728,99	-17,60%		
<b>Total das dívidas de Terceiros Curto Prazo</b>	<b>2.131.081.092,18</b>	<b>44,18%</b>	<b>2.888.987.277,03</b>	<b>36.082.126,86</b>	<b>2.852.825.150,23</b>	<b>50,70%</b>	<b>721.744.058,06</b>	<b>33,87%</b>		
<b>Total das dívidas de Terceiros</b>	<b>4.823.982.743,76</b>		<b>8.948.420.416,62</b>	<b>3.321.880.725,56</b>	<b>5.626.539.691,06</b>		<b>802.556.947,30</b>	<b>16,64%</b>		

## Quadro 27 – Balanço - Dívidas de Terceiros

## DÍVIDAS DE TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO

No biénio 2013/2012, no cômputo total das dívidas de terceiros, o peso relativo das dívidas a receber de curto prazo regista um acréscimo de 6,52pp e as dívidas de MLP regista um decréscimo de 6,52pp. Aquela variação deve-se sobretudo ao facto do valor das dívidas de contribuintes de curto prazo, incluindo as dívidas com suspensão e as cobertas por garantia real, terem registado um acréscimo face ao ano anterior de 45,5%.

No âmbito da análise à evolução das dívidas a receber de médio/longo prazo importa referir que:

- As dívidas de médio e longo prazo, nas quais se incluem, entre outras, as dívidas de contribuintes e outros devedores constituídas há mais de 1 ano e as dívidas de contribuintes tituladas por acordos, cujas prestações se vencem apenas a partir de janeiro de 2014 apresentam, em 2013, um valor líquido de provisões de 2.773.714.540,83€, refletindo um acréscimo de 3% face a igual período de 2012 (vide quadro seguinte). Este acréscimo – 80.812.889,24€ -

resulta principalmente do aumento das dívidas de contribuintes as quais tiveram uma variação positiva de 78.208.263,81€ em 2013 face a 2012;

- As dívidas dos beneficiários – valor líquido de provisões - do Fundo Garantia de Alimentos a Menores (FGAM) acusam em 2013, um acréscimo de 246.208,30€, isto é, mais 2,61%, comparativamente a 2012.

### Análise evolutiva da dívida de MLP de “Contribuintes” e “FGAM”

#### Valor líquido de provisões 2012 - 2013

						Euros
Clientes e contribuintes de MLP - 2013						
Designação	2012	2013			Variação Absoluta	Variação %
	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido		
Total de Contribuintes	2.553.271.219,56	5.772.606.944,50	3.141.127.461,13	2.631.479.483,37	78.208.263,81	3,06%
FGAM	9.430.780,01	150.011.089,71	140.334.101,40	9.676.988,31	246.208,30	2,61%
<b>Total de grandes devedores</b>	<b>2.562.701.999,57</b>	<b>5.922.618.034,21</b>	<b>3.281.461.562,53</b>	<b>2.641.156.471,68</b>	<b>78.454.472,11</b>	<b>3,06%</b>

#### Quadro 28 – Balanço MLP – Conta 218 – MLP

- A rubrica “Outros Devedores” de MLP, a 31 de dezembro de 2013, apresenta o valor líquido de provisões de 132.558.069,15€, registando um acréscimo de 2.358.417,14€, isto é, mais 1,81% que em igual período de 2012, refletindo nomeadamente o aumento do valor a receber do Ministério da Saúde no âmbito dos benefícios adicionais de saúde.

### Análise Evolutiva – Outros devedores MLP (Conta 268\*)

#### 2012 – 2013

Outros devedores MLP						
Designação	2012	2013			Variação Absoluta	Variação %
	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido		
Remunerações a repor	108,53	56.755,37	51.960,75	4.794,62	4.686,09	4317,58%
Rendas	160.815,98	4.443.084,42	4.285.075,48	158.008,94	-2.807,04	-1,75%
Juros devedores	-	-	-	-	0,00	-
Situações em litígio APPC e SOEMS	-	-	-	-	0,00	-
Ministério da Defesa - Fundo Antigo	30.662.846,27	31.359.380,66	-	31.359.380,66	696.534,39	2,27%
Ministério da Agricultura e Pescas	84.519.452,26	84.519.452,26	-	84.519.452,26	0,00	0,00%
Direcção Regional de Segurança S	1.825.029,00	1.825.029,00	-	1.825.029,00	0,00	0,00%
Minist. Saúde	2.071.474,69	4.226.153,19	-	4.226.153,19	2.154.678,50	104,02%
Empréstimos à C.P.P. dos C. F Beng	5.714.939,29	5.714.939,29	-	5.714.939,29	0,00	0,00%
DAFSE	4.565.129,55	4.074.440,07	-	4.074.440,07	-490.689,48	-10,75%
Casa da Imprensa	679.856,44	675.871,12	-	675.871,12	-3.985,32	-0,59%
<b>Total de grandes devedores</b>	<b>130.199.652,02</b>	<b>136.895.105,38</b>	<b>4.337.036,23</b>	<b>132.558.069,15</b>	<b>2.358.417,14</b>	<b>1,81%</b>

#### Quadro 29 – Balanço - Outros Devedores MLP

Em 2013, das dívidas a receber e em análise, no cômputo total de 132.558.069,15€ (valores líquido de provisão) importa ainda referir:

- Dívida da APPC – Em 2013 a APPC procedeu ao pagamento do valor em dívida no montante de 69.160,26€, extinguindo-se assim a dívida;
- Dívida do Ministério da Defesa Nacional - Fundo dos Antigos Combatentes – Em 2013, a dívida a receber há mais de um ano sofreu o agravamento de 696.534,39€, correspondente aos “Benefícios” pagos em 2012 mas relativos ainda ao período de 2004 a 2008.

Em suma, a dívida com maturidade superior a 1 ano, a receber à data de 31 de dezembro de 2013, do MDN – FAC é no montante de 31.359.380,66€, e subdivide-se em:

“Benefícios” pagos em 2010 e 2012 relativos ainda ao período de 2004 a 2008:	3.571.826,22€
“Benefícios pagos a Antigos Combatentes” referente ao período 2004-2006:	27.787.554,44€
<b>TOTAL</b>	<b>31.359.380,66€</b>

É ainda de referir que a dívida relevada em 2013, referente ao período de dezembro de 2012 a novembro de 2013 cifra-se em 1.555.685,59€, a qual se encontra refletida em dívidas a terceiros de curto prazo.

- Dívida do Ministério da Agricultura no montante de 84.519.452,26€ – está em curso o processo de análise aos códigos de classificação de regimes incluídos, procedimento indispensável à aferição do valor da dívida registada;
- Dívida da Direção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional da Região Autónoma dos Açores relativa a encargos com o subsídio de desemprego no

período de 1 de maio de 1981 a dezembro de 1984, no montante de 1.825.029,00€ – aguarda-se a regularização da dívida por parte da RA Açores;

- Dívida do Ministério da Saúde, indemnizações pagas às Misericórdias nos anos 1981 e 1982, no montante de 406.086,33;
- Dívida do Ministério da Saúde, referente aos encargos com a prestação de serviços de saúde associados ao CSI com mais de 1 ano no montante total de 3.820.066,86€;
- Casa da Imprensa no montante total de 675.871,12€ – foi suspenso em setembro de 2008 a remessa para a Casa da Imprensa do valor das retenções efetuadas sobre o valor da faturação aos jornais. Por outro lado, foram celebrados adendas ao Protocolo no âmbito da faturação do ISS.IP, à exceção do Jornal “Público” que respondeu negativamente; quanto aos restantes, o IGFSS.IP não logrou obter resposta por não concordarem com o seu teor, não sendo possível ao ISS.IP proceder às respetivas retenções. O IGFSS.IP está a dar cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas procedendo à regularização do valor em dívida com as retenções efetuadas e prestando contas trimestralmente ao Tribunal de Contas.

#### DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO

Em 2013, as dívidas de terceiros de curto prazo – valor líquido de provisões acumuladas - assumem um acréscimo de 721.744.058,06€, representado uma variação positiva de 33,87% quando comparadas com as dívidas de idêntica natureza em 2012.

Para esta variação concorre principalmente, o aumento da dívida de contribuintes no montante total de 776.943.135,29€, na qual se inclui a dívida com maturidade inferior a 6 meses, a dívida suspensa ou com garantia real e a dívida abrangida por acordo prestacional.

Refira-se, a propósito, que a dívida de contribuintes de cobrança duvidosa regista um decréscimo de 2.606.513,31€.

Concorre igualmente, com impacto significativo na evolução das dívidas terceiros de curto prazo, o decréscimo registado na rubrica “outros devedores” no montante total de 53.026.728.99€, do qual 66.031.421,87€ dizem respeito à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito das Ações de Formação Profissional.

### Análise Evolutiva das dívidas de terceiros curto prazo

2012 – 2013

Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	Exercício						Variação Absoluta	Variação Percentual
	2012		2013					
	AL	Peso relativo	AB	AP	AL	Peso relativo		
2811+2821-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
218-Clientes contr. e utent cobrança duvidosa	110.619.932,92	2,29%	144.017.892,81	36.004.473,20	108.013.419,61	1,92%	-2.606.513,31	-2,36%
211-Clientes, c/c	13.158.464,07	0,27%	13.592.762,13	0,00	13.592.762,13	0,24%	434.318,06	-
212-Contribuintes, c/c	1.706.076.170,50	35,37%	2.483.019.305,79	0,00	2.483.019.305,79	44,13%	776.943.135,29	45,54%
213-Utentes, c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
214-Clientes, contrib e utentes - Títulos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
229-Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
2619-Adiantam fornecedores de imobilizado	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
24-Estado e outros entes públicos	153,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	-153,00	-
265-Prestações Sociais a repôr	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
262+263+267+268-Outros devedores	301.226.371,69	6,24%	248.277.296,30	77.653,60	248.199.642,70	4,41%	-53.026.728,99	-17,60%
<b>Total das dívidas de Terceiros Curto Prazo</b>	<b>2.131.081.992,10</b>	<b>44,16%</b>	<b>2.888.987.277,03</b>	<b>36.082.126,80</b>	<b>2.852.825.150,23</b>	<b>56,70%</b>	<b>721.744.058,06</b>	<b>33,87%</b>
<b>Total das dívidas de Terceiros</b>	<b>4.823.982.743,76</b>		<b>8.948.420.416,62</b>	<b>3.321.880.725,56</b>	<b>5.626.539.691,06</b>		<b>802.556.947,30</b>	<b>16,84%</b>

### Quadro 30 – Balanço - Dívidas de Terceiros a Curto Prazo

Ainda no que se refere às “Dívidas de Terceiros de curto prazo, como pode observar-se no quadro supra, em 31 de dezembro de 2013, o seu montante total líquido de provisões acumuladas é de 2.852.825.150,23€ sendo que, no cômputo total, a rubrica de “Clientes Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa” regista o peso relativo de 1,92%, “Contribuintes c/c” 44,13% e Outros devedores de 4,41%.

Importa ainda referir que as dívidas a receber de beneficiários por contribuições sobre prestações sociais (período de Julho a Setembro de 2013) atingem o valor de 2.494.922,68€;

As dívidas a curto prazo objeto de provisionamento apresentam em 2013 a seguinte desagregação:



**Análise Evolutiva das dívidas de terceiros curto prazo provisionada no biénio  
2012/2013**

Designação	2012		2013		Euro	
	Valor Líquido	Valos Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido	Variação Absoluta	Variação %
Total de Contribuintes	101.326.701,57	130.316.499,10	32.579.124,78	97.737.374,32	- 3.589.327,25	-3,54%
FGAM	9.293.231,35	13.701.393,71	3.425.348,43	10.276.045,28	982.813,93	10,58%
<b>Sub Total</b>	<b>110.619.932,92</b>	<b>144.017.892,81</b>	<b>36.004.473,21</b>	<b>108.013.419,60</b>	<b>-2.606.513,32</b>	<b>-2,36%</b>
Rem.a repos	12.486,78	478,32	119,58	358,74	- 12.128,04	-97,13%
Rendas	242.826,48	310.136,06	77.534,02	232.602,04	- 10.224,44	-4,21%
Juros devedores	111,84	-	-	-	- 111,84	-
<b>Sub Total</b>	<b>255.313,26</b>	<b>310.614,38</b>	<b>77.653,60</b>	<b>232.960,78</b>	<b>-22.352,48</b>	<b>-8,75%</b>
<b>Total dos Totais</b>	<b>110.875.246,18</b>	<b>144.328.507,19</b>	<b>36.082.126,81</b>	<b>108.246.380,38</b>	<b>-2.628.865,80</b>	

**Quadro 31 – Balanço – Desagregação das dívidas de cobrança duvidosa**

Daqueles valores merece destaque o comportamento das dívidas de contribuintes participadas a SEF com maturidade inferior a um ano mas superior a 6 meses, sem estarem abrangidas por garantia real ou acordo prestacional, que registam um decréscimo em termos líquidos de 3.589.327,25€, menos 3,54% do que em igual período de 2012.

As dívidas ao Fundo Garantia de Alimentos a Menores (FGAM), apresentam uma variação positiva de 10,58%, correspondendo a um acréscimo de 982.813,93€.

**TÍTULOS NEGOCIÁVEIS**

À semelhança de 2012 os excedentes de tesouraria foram em grande parte rentabilizados em CEDIC's, estando aplicado, em 31 de dezembro de 2013, o montante total de 838.000.000,00€.

**DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA**

Os “Depósitos bancários e Caixa” registam, em 2013, um acréscimo de 80,46% relativamente a 2012, isto é, mais 552.497.611,89€ que em 2012.

**ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS E CUSTOS DIFERIDOS**

No cômputo global, as contas 271 e 272 – Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos - registam um decréscimo de 3.773.249,91€, isto é menos 11,27% do que em 2012 – vide quadro 35.

**Análise Evolutiva dos Acréscimos e Diferimentos****2012 – 2013**

Acréscimos e diferimentos	Exercícios		Variação Absoluta	Variação % 2013/2012
	2012	2013		
271-Acréscimos de proveitos	32.835.563,60	28.800.199,67	-4.035.363,93	-12,29%
272-Custos diferidos	638.554,60	900.668,62	262.114,02	41,05%
<b>Total</b>	<b>33.474.118,20</b>	<b>29.700.868,29</b>	<b>-3.773.249,91</b>	<b>-11,27%</b>

**Quadro 32 – Balanço – Desagregação dos Acréscimos e Diferimentos**

Ao analisar a evolução dos valores registados na conta Acréscimo de Proveitos, verifica-se um decréscimo de 4.035.363,93€ em 2013, quando comparado com igual período de 2012, que se deve ao facto de:

- Em 2012 se ter procedido à especialização do valor a receber do Tesouro para a cobertura da despesa de novembro e dezembro com os encargos com as pensões dos desajodados das ex-colónias, nos montantes de 901.031,76€ e 1.727.650,04€ respectivamente e de em 2013, se ter apenas procedido à especialização do valor a receber de Dezembro de 2013;
- Em 2013, o valor especializado referente à receita dos jogos sociais de novembro e dezembro da SCML ser inferior em 2.202.359,24€ ao registado em 2012;

No que se refere aos custos diferidos, estes registam um acréscimo de 262.114,02€, quando comparados com 2012, explicado fundamentalmente, pela diferença nas transferências para Instituições de Segurança Social, nomeadamente para o ISS.IP.

### Análise Evolutiva dos acréscimos de proveitos e custos diferidos

2012 - 2013

Conta	Acréscimos de proveitos e custos diferidos	Exercícios		Euros
		2012	2013	Varição 201/2011
		(1)	(2)	Em € (3)=(2)-(1)
<b>Acréscimo de proveitos</b>				
2711000000	Juros a receber	293.219,66	309.528,49	16.308,83
2714000000	Programas	29.355.934,85	27.153.575,61	-2.202.359,24
2719000000	Outros acréscimos de proveitos	3.186.409,09	1.337.095,57	-1.849.313,52
<b>Sub total</b>		<b>32.835.563,60</b>	<b>28.800.199,67</b>	<b>-4.035.363,93</b>
<b>Custos diferidos</b>				
2722000000	Rendas adiantadas	45.526,20	25.112,08	-20.414,12
2727000000	Transferências p <sup>a</sup> Instituições de Se	514.859,56	802.965,98	288.106,42
2729000000	Outros custos diferidos	78.168,84	72.590,56	-5.578,28
<b>Sub total</b>		<b>638.554,60</b>	<b>900.668,62</b>	<b>262.114,02</b>
<b>Total</b>		<b>33.474.118,20</b>	<b>29.700.868,29</b>	<b>-3.773.249,91</b>

### Quadro 33 – Balanço - Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos

## 8.2 Fundos Próprios e Passivo

## Análise Evolutiva dos Fundos Próprios e Passivo

2012 – 2013

Euros				
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2012	2013	Evolução 2013/2012	
	Valor	Valor	Valor	%
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>				
Património	1.477.597.989,01	1.477.597.989,01	0,00	0,00%
Cedência de activo	-241.066,24	-457.632,56	216.566,32	89,84%
Ajustamento de partes capital	0	0	0,00	
Reservas de avaliação	0	0	0,00	
	<b>1.477.356.922,77</b>	<b>1.477.140.356,45</b>	<b>-216.566,32</b>	<b>-0,01%</b>
Reservas legais	487.310.891,50	487.310.891,50	0,00	0,00%
Reservas Estatutárias	35.375.282,17	32.843.440,82	-2.531.841,35	-7,16%
Doações	2.759,46	2.759,46	0,00	0,00%
Reservas decorrentes da transf. de Activos	-203.357.063,90	-202.124.843,38	1.232.220,52	-0,61%
<b>RESERVAS</b>	<b>319.331.869,23</b>	<b>318.032.248,40</b>	<b>-1.299.620,83</b>	<b>-0,41%</b>
Resultados transitados	3.042.142.177,68	3.881.350.529,04	839.208.351,36	27,59%
Resultado líquido do exercício	865.881.157,34	888.532.789,18	22.651.631,84	2,62%
	<b>3.908.023.335,02</b>	<b>4.769.883.318,22</b>	<b>861.859.983,20</b>	<b>22,05%</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PROPRIOS</b>	<b>5.704.712.127,02</b>	<b>6.565.055.923,07</b>	<b>860.343.796,05</b>	<b>15,08%</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>PROVISÕES</b>				
Fomecedores	209.895,30	156.330,05	-53.565,25	-25,52%
Estado e outros entes públicos	169.567,42	373.389,76	203.822,34	120,20%
Outros	284.456.136,49	299.166.835,11	14.710.698,62	5,17%
<b>DIVIDAS A TERCEIROS</b>	<b>284.835.599,21</b>	<b>299.696.554,92</b>	<b>14.860.955,71</b>	<b>5,22%</b>
Acréscimos de custos	20.529.564,69	20.718.984,70	189.420,01	0,92%
Proveitos diferidos	802.216.171,06	993.208.767,03	190.992.595,97	23,81%
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>	<b>822.745.735,75</b>	<b>1.013.927.751,73</b>	<b>191.182.015,98</b>	<b>23,24%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.107.858.736,45</b>	<b>1.314.059.179,07</b>	<b>206.200.442,62</b>	<b>18,61%</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PROPRIOS E PASSIVO</b>	<b>6.812.570.863,47</b>	<b>7.879.115.102,14</b>	<b>1.066.544.238,67</b>	<b>15,66%</b>

## Quadro 34 – Balanço - Fundos Próprios e Passivo

Como se pode constatar no quadro supra, os Fundos Próprios apresentam em 2013 um acréscimo 860.343.796,05€, isto é, mais 15,08% face a 2012, para o qual concorreu, nomeadamente, a variação nos “Resultados transitados” em (+) 839.208.351,36€, (27,59%), nos “Resultados líquidos” em (+)22.651.631,84€ (+2,62%) e na rubrica de reservas decorrentes da transferência de ativos em menos 1.232.220,52€, (-0,61%).

**PATRIMÓNIO**

Em 2013, o “Património” registou um decréscimo de 216.566,32€ face ao mesmo período de 2012, na sequência da cedência ao Município de Sintra de activos (bens imóveis).

**RESERVAS**

Em relação às “Reservas”, verifica-se em 2013 um decréscimo de 0,41%, no valor de 1.299.620,83€, decorrente da:

- Incorporação, nas “Reservas estatutárias”, dos resultados dos Fundos Especiais de 2012, no montante de 2.531.841,35€;
- Transferência de imobilizações corpóreas obtida do ISS.IP (valor líquido), no montante de 1.232.220,52€ (DL nº 112/2004).

**Análise das Reservas no Ano 2013**

Conta 57	Saldo Inicial	Movimentos em 2013	Saldo Final
	<b>-319.331.869,23</b>		
Conta 5710000000 - Reservas legais	-487.310.891,50		-487.310.891,50
Conta 5720000000 - Reservas estatutárias	-35.375.282,17		-32.843.440,82
		-2.531.841,35	
Fundos Especiais 2013		-2.531.841,35	
Conta 5760000000 - Doações	-2.759,46		-2.759,46
Conta 5770000000 - Reservas decorrentes da transf. de activos	203.357.063,90		202.124.843,38
		-1.232.220,52	
Transferências de imobilizado ISS		-1.232.220,52	
			<b>-318.032.248,40</b>

**Quadro 35 – Balanço – Reservas**

Em 2013 procedeu-se ao apuramento do valor dos Fundos Especiais, implicando uma variação do valor das Reservas, conforme quadro abaixo indicado:

### Análise dos Fundos Especiais no Ano 2013

Análise aos Fundos Especiais				
Conta	Designação			Saldo em
		2012	2013	Variação 2013/2012
5721111000	Ex-C.S.P. dos Seguros	-15.754.187,22	-16.194.719,71	-440.532,49
5721112000	Ex-C.S.P. do Pessoal da Indústria Vidreira	0	0	0,00
5721113000	Ex-C.S.P. do Pessoal da Indústria dos Lanifícios	-6.911.308,67	-7.118.826,66	-207.519,98
5721114000	Ex-C.P. dos Profissionais de Espectáculos	43.528,51	43.528,51	0,00
5721115000	C.P. dos Telefones de Lisboa e Porto	-40.762.924,53	-42.106.319,53	-1.342.395,00
5721117000	Ex-C.P.A.F. dos Serv. Transportes Colect. do Porto	-273.195,79	-201.033,24	72.162,55
5721118000	Federação Cimentos F.C.P.	-7.718.535,15	-7.981.395,66	-262.860,51
5721119000	C.P. do Pessoal da Comp. Carris de Ferro	38.570.441,92	43.362.061,04	4.791.619,12
5721124000	Ex-Grémio Nac. dos Industriais de Fósforos	-46.834,10	-48.058,04	-1.223,94
5721125000	C.P. dos Trabalhadores da EPAL	-2.511.591,83	-2.589.000,23	-77.408,40
5721134000	Fundo de Invalidez das Caixas	-8.514,75	-8.514,75	0,00
5721135000	Fundo de Habitação dos Trabalh. dos Lanifícios	-2.160,56	-2.160,56	0,00
<b>Total</b>		<b>-35.375.282,17</b>	<b>-32.843.440,82</b>	<b>2.531.841,35</b>

### Quadro 36 – Balanço - Fundos Especiais

#### RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do exercício de 2013 no montante de 888.532.789,18€ apresenta-se positivo, evidenciando um acréscimo de 22.651.631,84€, isto é, mais 2,62%, face a 2012 (para maior detalhe vide capítulo sobre a Demonstração de Resultados).

#### RESULTADOS TRANSITADOS

Os Resultados Transitados apresentam uma variação positiva na ordem dos 839.208.351,36€, sendo que em 2012 evidenciavam um saldo credor de 3.042.142.177,68€ e, em 2013, apresentam um saldo credor de 3.881.350.529,04€, para o qual concorreu principalmente a transferência do resultado líquido de 2012 (vide quadro seguinte).

## Análise dos Resultados Transitados no Ano 2013

Conta 59	Saldo Inicial	Movimentos em 2013	Saldo Final
<b>Conta 59 - Saldo inicial</b>	<b>-3.042.142.177,68</b>		
<b>Conta 5920000000 - Reg. grande significado</b>	2.467.319.855,44		2.496.524.502,77
Relev. do apuramento do PES; ASECE e QREN Linha de crédito		29.204.647,33	
<b>Conta 5990000000 - Res transitados - Outros</b>	<b>-5.509.462.033,12</b>		<b>-6.377.875.031,81</b>
		868.412.998,69	
Fundos Especiais 2013		-2.531.841,35	
Transferência de Resultado Líquido de 2012		-865.881.157,34	
<b>Conta 59 - Saldo final</b>			<b>-3.881.350.529,04</b>

## Quadro 37 – Balanço - Resultados Transitados

Para o acréscimo de Resultados Transitados, contribuem nomeadamente as seguintes regularizações:

- Em 2013, foram registados a débito da conta 592 – Regularizações de grande significado, os saldos na posse do IGFSS.IP referente ao PES e ao financiamento da linha de crédito de AFP, no montante de 18.511.622,51€ e 10.693.024,82€, respetivamente;
- O lançamento do apuramento do resultado dos fundos especiais em 2012;
- E, a transferência do resultado líquido do exercício de 2011 no montante total de 865.881.157,34€.

## PASSIVO

O Passivo, em 2013, no montante de 1.314.059.179,07€, apresenta um acréscimo de 18,61% em relação ao ano 2012, sendo que as dívidas a terceiros apresentam, em 2013, um peso relativo de 22,81% e os Acréscimos e Diferimentos de 77,16%.

## Análise evolutiva do Passivo

2012 – 2013

Item de balanço	Exercícios		Variação % 2013/2012	Euros	
	2012	2013		Variação Absoluta	Peso Relativo
Passivo:					
29-Provisões para riscos encargos	277.401,49	434.872,42	56,77%	157.470,93	100,00%
Dívidas a Terceiros - MLP	0,00	0,00		0,00	0,00%
*	<b>277.401,49</b>	<b>434.872,42</b>		<b>157.470,93</b>	<b>0,03%</b>
Dívidas a terceiros - curto prazo:					
23111+23211-Empréstimo por dívida titula	0,00	0,00		0,00	
23112+23212-Emprést. por dívida n titula	0,00	0,00		0,00	
269-Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00		0,00	
221-Fornecedores, c/c	66.830,84	12.883,84	-80,72%	-53.947,00	0,00%
228-Fornecedores -facturas recepção conf	143.042,32	143.446,21	0,28%	403,89	0,05%
222-Fornecedores - títulos a pagar	0,00	0,00		0,00	0,00%
2612-Fornecedores de imobilizado -Titulo	0,00	0,00		0,00	0,00%
252-Credores por execução do orçamento	0,00	0,00		0,00	0,00%
219-Adiantam. de clientes, contrib e ute	0,00	0,00		0,00	0,00%
2611-Fornecedores de imobilizado c/c	22,14	0,00	-100,00%	-22,14	0,00%
24-Estado e outros entes públicos	169.567,42	373.389,76	120,20%	203.822,34	0,12%
266-Prestações sociais	0,00	0,00		0,00	0,00%
262+263+267+268-Outros credores	284.456.136,49	299.166.835,11	5,17%	14.710.698,62	99,82%
*	<b>284.835.599,21</b>	<b>299.696.554,92</b>	<b>5,22%</b>	<b>14.860.955,71</b>	<b>22,81%</b>
Acréscimos e diferimentos:					
273-Acréscimo de custos	20.529.564,69	20.718.984,70	0,92%	189.420,01	2,04%
274-Proveitos diferidos	802.216.171,06	993.208.767,03	23,81%	190.992.595,97	97,96%
*	<b>822.745.735,75</b>	<b>1.013.927.751,73</b>	<b>23,24%</b>	<b>191.182.015,98</b>	<b>77,16%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.107.858.736,45</b>	<b>1.314.059.179,07</b>	<b>18,61%</b>	<b>206.200.442,62</b>	<b>16,68%</b>
<b>Total dos fundos próprios e do Passivo</b>	<b>6.812.570.863,47</b>	<b>7.879.115.102,14</b>	<b>15,66%</b>	<b>1.066.544.238,67</b>	-

## Quadro 38 – Balanço - Passivo



## DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a terceiros de curto prazo, a 31 de dezembro de 2013, registam um aumento de 14.860.955,71€, isto é, mais 5,22% face a 2012, atingindo no ano de 2013 o montante de 299.696.554,92€ nos quais estão incluídos, nomeadamente, os valores:

- A transferir para as ISS's correspondente a prestações sociais a aguardar reenvio aos beneficiários no valor de 234.699.662,59€;
- A transferir para as ISS's correspondente devolução de pensões a aguardar reenvio aos pensionistas no valor de 14.967.800,5€;
- A pagar a fornecedores, no valor de 12.883,84 €;
- A pagar ao Estado e Outros Entes Públicos, no valor de 373.389,76 €;

## Análise evolutiva das dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos

2012 – 2013

		Euros			
Conta		2012	2013	Variação absoluta	Variação %
2421100000	Retenção normal	94.894,00	135.261,00	40.367,00	42,54%
2421200000	Sobretaxa extraordinária	-153,00	8.094,00	8.247,00	-5390,20%
2422000000	Trabalho independente	1.794,61	482,47	-1.312,14	-73,12%
2424000000	Prediais	6.939,30	5.292,83	-1.646,47	-23,73%
2425310000	Retenção normal	1.557,00	285,00	-1.272,00	-81,70%
2425320000	Sobretaxa extraordinária	0,00	42,00	42,00	0,00%
2452100000	Da entidade empregadora	0,00	57.173,69	57.173,69	0,00%
2452200000	Dos trabalhadores	28.195,94	31.330,80	3.134,86	11,12%
2453100001	Da entidade empregadora	0,00	92.361,81	92.361,81	0,00%
2453200000	Dos trabalhadores	35.876,97	42.778,62	6.901,65	19,24%
2458100000	Cofres de previdência	227,24	233,48	6,24	2,75%
2458400000	ADM-Sistema Assistência na Doença aos	18,02	54,06	36,04	200,00%
2458900000	Outras	64,34	0,00	-64,34	-100,00%
<b>Total</b>		<b>169.350,08</b>	<b>373.389,76</b>	<b>204.039,68</b>	<b>-54,65%</b>

## Quadro 39 – Balanço - Dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos

Da análise ao quadro anterior pode observar-se que, no cômputo total das dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, estão incluídos os valores dos descontos

efectuados nos vencimentos referentes ao mês de dezembro mas só entregues ao Estado em janeiro de 2014.

- Referentes a vendas por processos executivos (9.029.724,16€) a aguardarem graduação de créditos, refletindo uma variação de menos 1.140.843,60€ do que em 2012;
- Relativos a penhoras de créditos (19.401.804,25 €), isto é mais 45,0% quando comparado com 2012;
- Entrados no âmbito da tesouraria única aguardarem identificação do ISS.IP (12.807.439,12 €);
- Referentes ao programa Integrar FSE/OE (2.653.071,35€);
- A devolver à ACSS (4.532.267,82€).

#### ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O somatório dos valores registados em “Acréscimos de Custos” com os evidenciados em “Proveitos Diferidos” atingindo 1.013.927.751,73€ regista um acréscimo de 191.182.015,98€, isto é, mais 23,24% face a 2012, concorrendo para aquele:

- O aumento dos proveitos diferidos no montante de 190.992.595,97€;
- E o acréscimo de custos em 0,92%, isto é, mais 189.420,01€ do que em 2012.

No que concerne aos “Proveitos Diferidos”, estes evidenciam uma variação, face ao período homólogo de 2012, de mais 23,81% de que se salienta:

- O acréscimo de 17.527.688,87€ na rubrica de Ações de Formação Profissional QREN/CPN, decorrente da relevação contabilística da parcela das transferências do OE recebidas para financiamento da componente pública nacional das ações

de formação profissional cofinanciadas pelo FSE e ainda não aplicada no respetivo financiamento de despesa;

- O acréscimo do valor apurado, no programa ações de formação profissional QREN POPH, em 67.788.376,05€, que respeita a valores recebidos do FSE e ainda não aplicados em despesa;
- O acréscimo verificado nos juros vincendos, no montante total de 7.799.541,73€ resultante da integração em GC/SIF dos novos acordos de contribuintes celebrados em 2013;
- O acréscimo verificado na rubrica do QREN- Linha de Crédito referente a verbas recebidas do Orçamento de Estado e não aplicadas em despesa no valor total 10.693.024,82€;
- O acréscimo na rubrica “Outros proveitos diferidos” no valor de 57.158.182,26€, decorrente do co-financiamento do subsidio de desemprego, social de desemprego e do rendimento social de inserção a pagar em 2014 a beneficiários inseridos em ações de Formação Profissional, (ao abrigo do Despacho Normativo n.º 6/2013 de 24 de Maio);
- O acréscimo verificado de 18.511.622,51€ na conta 274798 referente ao valor recebido e não aplicado em despesa com o Programa de Emergência Social;
- O acréscimo verificado na rubrica “outras receitas a repartir por outros programas” e na rubrica “apoio a IPSS para ação social – FSS” no total de 28.082.285,89€ e 6.220.744,28 respectivamente referente ao valor recebido da SCML durante o ano de 2013 e não aplicados em despesa;
- Ao decréscimo verificado na rubrica “Fundo Social Europeu” no valor de 27.164.040,78, por o valor da despesa ter sido superior ao valor recebido em 2013.

## Análise evolutiva aos Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos

2012 – 2013

Conta	Acréscimos de Proveitos	Exercícios		Δ 2012/2011 Em €	Δ 2012/2011 %
		2012	2013		
<b>Acréscimo de custos</b>					
2730000000	Remunerações a liquidar	-804.749,39	-1.316.678,79	511.929,40	63,61%
2737000000	Transferências para Inst. SS - valores a liquidar	-19.461.765,40	-19.070.013,16	-391.752,24	-2,01%
2739900000	Outros acréscimos de custos	-263.049,90	-332.292,75	69.242,85	26,32%
<b>Sub total</b>		<b>-20.529.564,69</b>	<b>-20.718.984,70</b>	<b>189.420,01</b>	<b>0,92%</b>
<b>Proveitos diferidos</b>					
2741100000	Juros Vincendos de Contribuintes	-26.957.492,02	-34.757.033,75	7.799.541,73	28,93%
2742000000	Rendas recebidas adiantadamente	-171.500,83	-182.898,52	11.397,69	6,65%
2744116100	QREN - POPH	-248.962.342,84	-316.750.718,89	67.788.376,05	27,23%
2744116200	POAT	-540.677,98	-1.479.983,17	939.305,19	173,73%
2744116300	POAT / RAA	-138.151,25	-1.160.511,89	1.022.360,64	740,03%
2744116400	POAT / RAM	-131.780,10	-8.912,06	-122.868,04	-93,24%
2744211000	QREN	-53.213.096,28	-70.740.785,15	17.527.688,87	32,94%
2744212000	OCC	-56.905.956,57	-59.769.668,52	2.863.711,95	5,03%
2744213000	QREN - linha de crédito	0,00	-10.693.024,82	10.693.024,82	-
2747400000	Fundo Social Europeu	-59.319.163,80	-32.155.123,02	-27.164.040,78	-45,79%
2747600000	Programa de Des. e Expansão da Rede Pré-escolar	-12.896.338,56	-13.506.299,51	609.960,95	4,73%
2747800000	PIDDAC-OE	-13.036.757,95	-13.819.417,70	782.659,75	6,00%
2747920000	Euromilhões - Prog. de apoio a pes. idosas e com def.	-44.690.556,94	-44.344.300,32	-346.256,62	-0,77%
2747931300	Apoio a IPSS para ação social - FSS	-65.741.322,46	-71.962.066,74	6.220.744,28	9,46%
2747939800	Recargas a repartir por outros programas	-216.212.725,42	-244.295.011,31	28.082.285,89	
2747940000	Subsídio de renda	-1.908.630,03	-854,00	-1.907.776,03	-99,96%
2747951000	POPH	-1.130.605,96	-1.649.129,84	518.523,88	45,86%
2747952000	POAT	-18.541,66	-19.492,18	950,52	5,13%
2747953000	POAT / RAA	-29.321,56	-31.550,70	2.229,14	7,60%
2747954000	POAT / RAM	-12.035,80	-13.007,12	971,32	8,07%
2747980000	PES	0,00	-18.511.622,51	18.511.622,51	-
2749900000	Outros	-199.173,05	-57.357.355,31	57.158.182,26	28697,75%
<b>Sub total</b>		<b>-802.216.171,06</b>	<b>-993.208.767,03</b>	<b>190.992.595,97</b>	<b>23,81%</b>
<b>Total</b>		<b>-822.745.735,75</b>	<b>-1.013.927.751,73</b>	<b>191.182.015,98</b>	<b>23,24%</b>

## Quadro 40 – Balanço - Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos

## PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

A rubrica de provisões para riscos e encargos, a 31 de dezembro de 2013, apresenta um saldo de 434.872,42€, relevando as provisões constituídas pelo IGFSS.IP em 2013 para fazer face aos riscos inerentes aos seguintes processos litigiosos:

- Maria Cristina Gorgulho Caldeira Dionísio – no montante de 26.733,00€;
- Kapinvest – no montante de 35.000,00€;
- M.ª Albertina S. Rocha Amorim - no montante de 2.750,70€;
- Agostinho Marques de Araújo – no montante de 4.201,64€;
- João Paulo de Carvalho Campos Costa – no montante total de 48.898,12€;

- Sérgio José Ferreira Ribeiro – no montante total de 7.000,00€;
- ICON - Media Lab Portugal – no montante total de 32.887,47.

Não tendo sido anulada nenhuma provisão das que se encontravam constituídas em anos anteriores.

## 9. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2013 o valor total dos proveitos e ganhos ascende a 31.712.230.662,40€, superior em 888.532.789,18€ ao total dos custos e perdas incorridas.

Demonstração de Resultados				Varição	
	2012		2013		2013/2012
<b>CMVMC</b>					
consumidas:					
Mercadorias	-		-		
Matérias	177.901,23	177.901,23	159.955,10	159.955,10	-10,09%
Fornecimentos e serviços externos	10.659.409,55		10.214.476,28		
Custos com o pessoal:					
Remunerações	8.136.677,56		9.457.946,39		
Encargos Sociais:					
Pensões	20.662,81		26.008,52		
Outros	3.596.669,25	22.413.419,17	4.163.627,27	23.862.058,46	6,46%
Transf. Corr.concedidas e prestações sociais	23.185.370.652,79	23.185.370.652,79	24.211.337.369,82	24.211.337.369,82	4,43%
Amortizações do exercício	279.955,30		232.601,63		
Provisões do exercício	377.526.800,67	377.806.755,97	428.267.667,14	428.500.268,77	13,42%
Outros Custos e perdas operacionais	282.133,03	282.133,03	74.325.254,22	74.325.254,22	26244,05%
		<b>23.586.050.862,19</b>		<b>24.738.184.906,37</b>	<b>4,88%</b>
<b>Custos e perdas financeiras</b>	1.275.635,06	1.275.635,06	1.349.171,00	1.349.171,00	5,76%
		<b>23.587.326.497,25</b>		<b>24.739.534.077,37</b>	<b>4,88%</b>
<b>Custos e perdas extraordinárias</b>	95.063.768,90	95.063.768,90	6.084.163.795,85	6.084.163.795,85	6300,09%
		<b>23.682.390.266,15</b>		<b>30.823.697.873,22</b>	<b>30,15%</b>
<b>Resultado Líquido do exercício</b>		<b>865.881.157,34</b>		<b>888.532.789,18</b>	<b>2,62%</b>
		<b>24.548.271.423,49</b>		<b>31.712.230.662,40</b>	<b>29,18%</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>					
<b>Vendas e prestações de serviços</b>					
Prestações de serviços	28.389.160,01	28.389.160,01	29.951.768,80	29.951.768,80	5,50%
Impostos e taxas	14.436.538.481,76		14.480.998.999,93		
Trabalhos para a própria entidade	-		-		
Proveitos suplementares	95.808,23		0,00		
Transferências e subsídios correntes obtidos:					
Outras	9.435.013.413,23		11.089.070.580,70		
<b>Outros proveitos e ganhos operacionais</b>	3.748,81	23.871.651.452,03	4.937,85	25.570.074.518,48	7,11%
		<b>23.900.040.612,04</b>		<b>25.600.026.287,28</b>	<b>7,11%</b>
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>	32.064.760,66	32.064.760,66	17.441.386,00	17.441.386,00	-45,61%
		<b>23.932.105.372,70</b>		<b>25.617.467.673,28</b>	<b>7,04%</b>
<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	616.166.050,79	616.166.050,79	6.094.762.989,12	6.094.762.989,12	889,14%
		<b>24.548.271.423,49</b>		<b>31.712.230.662,40</b>	<b>29,18%</b>

### Quadro 41 – Demonstração de Resultados

Para o “Resultado Líquido do Exercício” concorrem os “Resultados Operacionais” no valor de 861.841.380,91€, os “Resultados Financeiros” de 16.092.215,00€ e os Resultados Extraordinários de 10.599.193,27€, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

**Análise comparativa 2013 / 2012 dos resultados do exercício**

	2012	2013	Euro Variação
Resultados operacionais	313.989.749,85	861.841.380,91	174,48%
Resultados Financeiros	30.789.125,60	16.092.215,00	-47,73%
<b>Resultados Correntes</b>	<b>344.778.875,45</b>	<b>877.933.595,91</b>	<b>154,64%</b>
Resultados Extraordinários	521.102.281,89	10.599.193,27	-97,97%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>865.881.157,34</b>	<b>888.532.789,18</b>	<b>2,62%</b>

**Quadro 42 – Demonstração de Resultados - Síntese dos Resultados do Ano 2013****RESULTADOS OPERACIONAIS**

Como pode observar-se no quadro seguinte, em 2013, os “Resultados Operacionais” apresentam-se superiores, em 547.851.631,06€ , ao valor apurado em 2012, sendo que para tal concorreram, os proveitos operacionais registando um acréscimo de 1.699.985.675,24€, no cômputo dos quais se destacam:

- As transferências correntes e a transferência extraordinária, recebidas do OE no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social e para o financiamento do défice do Sistema de Segurança Social e as transferências do exterior para financiamento de ações de formação profissional que, no conjunto, registam um acréscimo de 17,53%, ou seja, mais 1.654.057.167,47€ do que em 2012;
- Os impostos e taxas, incluindo as contribuições declaradas, que registam um diferencial de mais 44.460.518,17€ (0,31%) quando comparados com igual período de 2012.

No que concerne aos custos operacionais, estes registam um acréscimo, no montante de 1.152.134.044,18€, isto é mais 4,88%, comparativamente a 2012.

Para o referido agravamento dos custos operacionais concorre fundamentalmente:

- O aumento do valor das provisões do exercício no montante de 50.740.866,47€;
- O aumento das transferências correntes concedidas no valor de 1.025.966.717,03€, fruto, nomeadamente, do impacto da conjuntura económico-social sobre o comportamento das prestações sociais e subsídios concedidos;
- A variação positiva na rubrica de Outros Custos e Perdas Operacionais no montante global de 74.043.121,19€ deve-se à alteração da contabilização da despesa com acções de formação profissional na sequência do acolhimento da recomendação n.º 59 do Tribunal de Contas. Em síntese, passou a classificar-se como transferências correntes concedidas, apenas, os valores pagos a entidades intermediárias em acções de formação profissional.

### Análise evolutiva dos Resultados Operacionais

2012 – 2013

Resultados Operacionais							Euro
	2012	Peso relativo 2012	2013	Peso relativo 2013	Variação Absoluta	Variação 2013/2012	
<b>CMVMC</b>							
consumidas:							
Mercadorias	-		-				
Matérias	177.901,23	0,00%	159.955,10	0,00%	-17.946,13	-10,09%	
Fornecimentos e serviços externos	10.659.409,55	0,05%	10.214.476,28	0,04%	-444.933,27	-4,17%	
Custos com o pessoal:							
Remunerações	8.136.677,56	0,03%	9.457.946,39	0,04%	1.321.268,83	16,24%	
Encargos Sociais:							
Pensões	20.662,81	0,00%	26.008,52	0,00%	5.345,71	25,87%	
Outros	3.596.669,25	0,02%	4.163.627,27	0,02%	566.958,02	15,76%	
Transf. Corr. concedidas e prestações sociais	23.185.370.652,79	98,30%	24.211.337.369,82	97,87%	1.025.966.717,03	4,43%	
Amortizações do exercício	279.955,30	0,00%	232.601,63	0,00%	-47.353,67	-16,91%	
Provisões do exercício	377.526.800,67	1,60%	428.267.667,14	1,73%	50.740.866,47	13,44%	
Outros Custos e perdas operacionais	282.133,03	0,00%	74.325.254,22	0,30%	74.043.121,19	26244,05%	
<b>Custos e perdas operacionais</b>	<b>23.586.050.862,19</b>		<b>24.738.184.906,37</b>		<b>1.152.134.044,18</b>	<b>4,88%</b>	
<b>Vendas e prestações de serviços</b>							
Prestações de serviços	28.389.160,01	0,12%	29.951.768,80	0,12%	1.562.608,79	5,50%	
Impostos e taxas	14.436.538.481,76	60,40%	14.480.998.999,93	56,57%	44.460.518,17	0,31%	
Trabalhos para a própria entidade	-		-				
Proveitos suplementares	95.808,23	0,00%	0,00	0,00%	-95.808,23	-100,00%	
Transferências e subsídios correntes obtidos:							
Outros	9.435.013.413,23	39,48%	11.089.070.580,70	43,32%	1.654.057.167,47	17,53%	
Outros proveitos e ganhos operacionais	3.748,81	0,00%	4.937,85	0,00%	1.189,04	31,72%	
<b>Proveitos e ganhos operacionais</b>	<b>23.900.040.612,04</b>		<b>25.600.026.287,28</b>		<b>1.699.985.675,24</b>	<b>7,11%</b>	

### Quadro 43 – Demonstração de Resultados – Resultados Operacionais



#### RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros obtidos pelo IGFSS.IP, no exercício de 2013 atingem 16.092.215,00€ acusando um decréscimo de 14.696.910,60€, isto é, menos 47,73% que em 2012, explicado fundamentalmente pela diminuição nos “Juros obtidos”, apurada em 14.611.362,65€, sendo que para este resultado concorreu a redução das taxas de juro obtidas na rendibilização dos excedentes de tesouraria.

No que concerne aos custos e perdas financeiras, estes registam um agravamento de 73.535,94€, sendo de referir nomeadamente:

- Amortizações de investimentos em imóveis, na sequência das reclassificações efetuadas aos imobilizados;
- Outros custos e perdas financeiras, nomeadamente em encargos bancários.

Em relação às provisões para aplicações financeiras, em 2013 registou-se um agravamento de 2.324,30€ resultante da diferença entre o valor de mercado e o valor de aquisição das ações da empresa FRME.

#### RESULTADOS CORRENTES

Na sequência do comportamento dos resultados operacionais e financeiros, os resultados correntes atingem o montante de 877.933.595,91€, apresentando-se superior em 533.154.720,46€ face a 2012, isto é mais 154,64%.

#### RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

No que respeita aos resultados extraordinários, estes situam-se em 10.599.193,27€, isto é, menos 510.503.088,62€ (-97,97%) que em 2012, sendo que esta evolução é explicada fundamentalmente:

- Pelo facto de o valor das “anulações de débitos de contribuições de anos anteriores” ter sido superior em 120M€, ao valor das contribuições declaradas no ano mas relativas a exercícios anteriores, enquanto que em 2012 o resultado deste balanceamento foi de -429M€, implicando uma variação negativa de 550M€ de 2013 face a 2012;
- Ao aumento do valor processado de juros de mora que, comparado com 2012, foi superior em 33M€;

### Análise evolutiva dos Resultados Extraordinários

2012 – 2013

Demonstração dos Resultados Extraordinários									
Custos e Perdas					Proventos e Ganhos				
	2012	2013	Varição Absoluta	%		2012	2013	Varição Absoluta	%
Transf. de capital concedidas	18.792.819,93	20.218.131,76	1.425.311,83	7,58%	Restituições de impostos	0	0	0,00	
Dívidas incobráveis	69.444.452,20	30.174.403,29	-39.270.048,99	-55,93%	Recuperação de dividas	0	0	0,00	
Faços em existências	12,4	16.585,37	16.572,97	133652,98%	Contrib. em existências	0	26,49	26,49	
Faços em imobilizações	5.040.010,25	735.229,01	-4.304.781,24	-85,41%	Ganhos em imobilizações	3.640.672,94	3.703.256,62	62.583,68	1,72%
Multas e penalidades	3840,61	14.544,14	10.703,53	278,71%	Perdas em imobilizações	107.563.165,60	145.506.161,30	37.942.995,70	35,32%
Aumentos de amortizações e provisões	0	3.520,00	3.520,00		Reduções de amortizações	70.427.917,22	38.278.410,55	-32.149.506,67	-45,66%
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.607.675,22	6.025.946.512,17	6.023.950.836,95	356930,21%	Correcções relativas a exercícios anteriores	431.220.492,79	5.905.043.776,20	5.473.715.283,41	1269,04%
Outros custos e perdas extraordinários	52.107,91	16.566,22	-35.541,69	-68,21%	Outros proventos e ganhos	3.197.602,24	2.231.977,66	-965.624,58	-30,20%
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>521.102.281,89</b>	<b>10.899.193,27</b>	<b>-510.203.088,62</b>	<b>-97,97%</b>					
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>616.166.050,79</b>	<b>6.094.762.989,12</b>	<b>5.478.596.938,33</b>	<b>889,14%</b>		<b>616.166.050,79</b>	<b>6.094.762.989,12</b>	<b>5.478.596.938,33</b>	<b>889,14%</b>

### Quadro 44 – Demonstração de Resultados - Resultados Extraordinários

## Análise da Conta 69

Conta 69	Movimentos em 2013
<b>Conta 6910000000 - Transferências de Capital Concedidas</b>	<b>20.218.131,76</b>
Conta 6911511000 - Transferências de capital PIDDAC - OE	1.639.065,04
Conta 6911517000 - Transferências de capital - Outras	11.903.864,56
Conta 6911524000 Transferência capital OSS Saldos anuais do Subsistema Previdencial (Inst. Gestão Fundos)	16.750,00
Conta 6911525000 - Transferência capital OSS Receitas da alienação Património da Seg. Social (Inst. Gestão)	3.318.556,79
Conta 6912110000 - Transferências de capital concedidas com suporte no PIDDAC - OE (IPSS - Instituições sem fins)	388.442,37
Conta 6912410000 - INATEL - Subsistema de Solidariedade	2.951.453,00
<b>Conta 6920000000 - Dívidas Incobráveis (Prescrições)</b>	<b>38.174.403,29</b>
Conta 6922000000 - De Contribuintes	0,00
Conta 6922100000 Por prescrição	37.953.937,08
Conta 6928000000 - De outros devedores	0,00
Conta 6928100000 - Por prescrição	1.985,59
Conta 6928400000 - Por outras razões	218.480,62
<b>Conta 6930000000 - Perdas em Existências</b>	<b>16.585,37</b>
<b>Conta 6940000000 - Perdas em Imobilizações (Abate por cedência patrimonial)</b>	<b>73.532,90</b>
Conta 6941111000 - Alienação de investimentos financeiros (Habitações - Rendas social)	0,00
Conta 6941112000 - Alienação de investimentos financeiros (Habitações - Renda livre)	16.018,30
Conta 6941122000 - Outros (Edifícios)	6.000,00
Conta 6945000000 - Abates (Parte de capital)	51.514,60
<b>Conta 6950000000 - Multas e Penalidades</b>	<b>14.544,14</b>
Conta 6951000000 - Multas fiscais	376,50
Conta 6952000000 - Multas não fiscais	48,50
Conta 6958000000 - Outras Penalidades	14.119,14
<b>Conta 6960000000 - Aumentos de amortizações</b>	<b>3.520,00</b>
<b>Conta 6970000000 - Correções rel. a exercícios anteriores</b>	<b>6.025.646.512,17</b>
Conta 6971200000 - Contribuições	284.413,81
Conta 6971900000 - Outras	443.747,31
Conta 6972870000 - Reg. Transferências	2.523,34
Conta 6972900000 - Outras	2.065.566,05
Conta 6973100000 - Anulações	6.022.654.577,82
Conta 6973300000 - Rendas e multas	101.279,51
Conta 6977000000 - Contribuições	2.006,48
Conta 6978000000 - Outras	92.397,85
<i>Verificação de Incapacidade p/ trabalho</i>	-84,30
<i>Manuel da Maia (Consev. Notariado)</i>	84,30
<i>Regime Seg. Social Trabalho Independente</i>	91.647,06
<i>Regime Seg. Social Trabalhador p/ Conta de Outrem</i>	750,61
<i>Outras</i>	0,18
<b>Conta 6980000000 - Outros custos e perdas extraordinárias</b>	<b>16.566,22</b>

## Quadro 45 – Demonstração de Resultados – Transferências de Capital Concedidas

## 10. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2013/2011

Evolução da Despesa por classificação económica no triénio 2013/2011 (euros)										
Capítulo	Grupo	Designação	Despesa Paga Total							
			Peso Relativo 2011%	2011	Peso Relativo 2012%	2012	Δ 12/11 %	Peso Relativo 2013 %	2013	Δ 13/12 %
		<b>Despesas Correntes</b>	<b>98,60%</b>	<b>22.554.212.474,03</b>	<b>88,47%</b>	<b>23.216.399.936,43</b>	<b>2,94%</b>	<b>65,55%</b>	<b>24.283.370.346,01</b>	<b>4,60%</b>
<b>1</b>		Despesas com o pessoal	0,06%	14.229.177,27	0,05%	11.813.332,53	-16,98%	0,04%	12.988.498,63	9,95%
<b>2</b>		Aquisição de bens e serviços	0,06%	13.116.710,93	0,04%	10.506.139,43	-19,14%	0,03%	9.872.789,23	-6,91%
<b>3</b>		Juros e outros encargos	0,00%	73.277,68	0,00%	118.416,84	61,60%	0,00%	560.620,88	373,43%
<b>4</b>		Transferências Correntes	95,30%	21.800.827.577,91	83,62%	21.945.614.469,90	0,66%	62,40%	23.118.292.232,74	5,34%
	1	Soc.e q.soc.não fin.	0,03%	7.560.021,37	0,02%	6.124.170,25	-18,99%	0,10%	35.559.378,65	480,64%
	3	Administração Central	5,05%	1.166.145.000,13	2,32%	608.363.770,11	-47,38%	2,30%	853.666.131,34	40,32%
	4	Administração Regional	0,32%	72.320.879,67	0,00%	0,00	-100,00%	0,17%	63.722.366,37	
	5	Administração Local	0,05%	10.596.868,47	0,00%	0,00	-100,00%	0,00%	0,00	
	6	Segurança Social	89,47%	20.466.233.249,39	81,09%	21.279.974.964,10	3,98%	59,68%	22.109.188.379,83	3,90%
	7	Instituições sem fins lucrativos	0,16%	36.306.784,75	0,00%	0,00	-100,00%	0,00%	0,00	
	8	Famílias	0,20%	44.978.219,73	0,17%	45.616.303,13	1,42%	0,14%	51.981.566,22	13,95%
	9	Resto do Mundo	0,03%	6.687.564,40	0,02%	5.635.262,31	-17,23%	0,01%	4.174.410,33	-24,59%
<b>5</b>		<b>Subsídios</b>	<b>3,16%</b>	<b>722.240.431,12</b>	<b>4,73%</b>	<b>1.240.212.841,47</b>	<b>71,72%</b>	<b>2,87%</b>	<b>1.063.091.930,65</b>	<b>-14,28%</b>
<b>6</b>		<b>Outras despesas correntes</b>	<b>0,02%</b>	<b>3.725.299,12</b>	<b>0,03%</b>	<b>8.034.736,26</b>	<b>115,68%</b>	<b>0,21%</b>	<b>78.564.273,88</b>	<b>877,81%</b>
	2	Diversas	0,02%	3.725.299,12	0,03%	8.034.736,26	115,68%	0,21%	78.564.273,88	877,81%

Evolução da Despesa por classificação económica no triénio 2013/2011 (euros)										
Capítulo	Grupo	Designação	Despesa Paga Total							
			Peso Relativo 2011%	2011	Peso Relativo 2012 %	2012	Δ 12/11 %	Peso Relativo 2013%	2013	Δ 13/12%
		<b>Despesas Capital</b>	<b>1,40%</b>	<b>320.818.125,87</b>	<b>0,10%</b>	<b>26.640.374,27</b>	<b>-91,70%</b>	<b>0,06%</b>	<b>23.581.385,13</b>	<b>-11,48%</b>
7		<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>0,01%</b>	<b>3.007.114,35</b>	<b>0,03%</b>	<b>7.217.770,48</b>	<b>140,02%</b>	<b>0,00%</b>	<b>234.438,83</b>	<b>-96,75%</b>
	1	Investimentos	0,01%	3.007.114,35	0,03%	7.217.770,48	140,02%	0,00%	234.438,83	-96,75%
8		<b>Transferências de capital</b>	<b>1,39%</b>	<b>317.811.011,52</b>	<b>0,07%</b>	<b>19.422.603,79</b>	<b>-93,89%</b>	<b>0,06%</b>	<b>23.346.946,30</b>	<b>20,21%</b>
	1	Sociedade sociação fin.	0,02%	4.343.170,00	0,01%	3.257.400,00	-25,00%	0,01%	2.951.453,00	-9,39%
	3	Administração Central	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
	4	Administração Regional	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
	6	Segurança Social	1,36%	310.286.665,45	0,06%	15.111.888,78	-95,13%	0,05%	20.007.050,93	32,39%
	7	Instituições sem fins lucrativos	0,01%	3.005.909,39	0,00%	334.905,90	-88,86%	0,00%	388.442,37	15,99%
	9	Resto do Mundo	0,00%	175.266,68	0,00%	718.403,11	303,89%	0,00%	0,00	-100,00%
9		<b>Activos financeiros</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>11,43%</b>	<b>3.000.000,00,00</b>		<b>34,39%</b>	<b>12.739.793.000,00</b>	<b>324,66%</b>
10		<b>Passivos financeiros</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	
	5	Empréstimos de curto prazo	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
	7	Outros passivos fin.	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
		<b>TOTAL</b>		<b>22.875.030.599,90</b>		<b>26.243.040.310,70</b>	<b>14,72%</b>		<b>37.046.744.731,14</b>	<b>41,17%</b>

Quadro 46 – Evolução da Despesa por classificação económica no triénio 2013/2011

A evolução das “Despesas Correntes” e das “Despesas de Capital” regista, ao longo destes 3 anos, uma variação percentual positiva, tendo sido mais acentuada no biénio 2013/2012 no que se situou em 41,17%.

#### I. DESPESAS CORRENTES

Compreendem as “Despesas com Pessoal e Encargos Sociais”, “Aquisição de Bens e Serviços”, “Juros e Encargos”, “Transferências Correntes”, “Subsídios e Outras Despesas Correntes”, respeitando os dispositivos legais e normas pertinentes em vigor. No biénio 2012/2011 verificou-se um aumento de 2,94% e em 2013/2012 um aumento de 4,60%.

##### D.01 – DESPESAS COM O PESSOAL

«Despesas com o pessoal» — Neste agrupamento consideram-se todas as remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço ao Estado nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

Compreendem-se, também, no âmbito deste agrupamento, as despesas que o Estado, como entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus funcionários além das contribuições à CGA, Segurança Social e ADSE, encontram-se também aqui os subsídios de proteção familiar assim como seguros de acidentes de trabalho, bem como a comparticipação da Segurança Social para os Serviços Sociais da Administração Pública (financiamento da ação social complementar dos trabalhadores da Administração direta e indireta do estado)

«Abonos acessórios» também fazem parte deste agrupamento, onde se entende, os abonos que são atribuídos como contrapartida de certa situação, esforço ou responsabilidade especial, tais como gratificações variáveis, suplementos e prémios, despesas de representação, horas extraordinárias, abonos para falhas, ajudas de custo.

A despesa paga e registada neste agrupamento acusa um aumento de 9,95% neste último biénio, invertendo a tendência registada no biénio anterior de 2012/2011, devido

principalmente, ao pagamento de subsídio de férias<sup>2</sup>, e ao aumento da contribuição da entidade empregadora para a Caixa Geral de Aposentações CGA (passando de 20% para 23,75%).

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÉNIO 2012/2013 (em €)				
Descrição - D.01	2012	2013	Evolução (valor)	%
<b>Despesas com Pessoal do IGFSS</b>	<b>9.745.938,53</b>	<b>10.998.299,59</b>	<b>1.252.361,06</b>	<b>12,85%</b>
Remunerações - Certas e Permanentes	8.047.940,41	8.909.171,71	861.231,30	10,70%
Remunerações - Abonos Variáveis ou Eventuais	122.560,54	70.775,63	-51.784,91	-42,25%
Remunerações - Prestações de Segurança Social e Saúde	1.575.437,58	2.018.352,25	442.914,67	2811,38%
<b>Despesas com Pessoal do Gastos Comuns</b>	<b>2.067.394,00</b>	<b>1.990.199,04</b>	<b>-77.194,96</b>	<b>-3,73%</b>
Remunerações - Prestações de Segurança Social e Saúde	2.067.394,00	1.990.199,04	-77.194,96	-3,73%
<b>TOTAL</b>	<b>11.813.332,53</b>	<b>12.988.498,63</b>	<b>1.175.166,10</b>	<b>9,95%</b>

#### Quadro 47 – Comparação dos Encargos de Administração – Despesas com Pessoal – no biénio 2013/2012

Da análise ao quadro supra, pode constatar-se que, em 2013 e no seu cômputo global, as despesas com pessoal do IGFSS.IP, que representam cerca de 50,98% do total das despesas de funcionamento, registam um aumento de 1.252.361,06€, isto é (+) 12,85% em relação ao ano anterior, explicada fundamentalmente:

- Pelo aumento de 861.231,30€ na rubrica “Remuneração Certas e Permanentes”, onde se incluem 10.195,91€ da remuneração base paga ao fiscal único, devido ao pagamento do subsídio de férias;
- Pelo aumento de 442.914,67€ na rubrica “Prestações de Segurança Social e Saúde”, devido ao agravamento das taxas contributivas relativas às contribuições devidas pela entidade patronal á CGA.

Comparativamente com 2012, regista-se uma diminuição de 42,25% em “Abonos Variáveis e Eventuais”, devendo-se tal, principalmente, à contração das despesas em “Ajudas de Custo” e “Horas Extraordinárias ao fim de semana e dias úteis”.

<sup>2</sup> Suspensos em 2012 nos termos da Lei n.º 55-A/2011 de 31 de dezembro

Em relação aos “Gastos comuns” da Segurança Social, que incluem as transferências para os Serviços Sociais (despesas com o pessoal), verifica-se uma diminuição de 3,73% face ao ano 2012.

#### D.02 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

No que se refere à “Aquisição de bens e Serviços”, esta regista uma diminuição no biénio 2013/2012 de 6,91%, mantendo a tendência, embora menos acentuada, registada no biénio anterior (2012/2011) de 19,14%, devida fundamentalmente à redução das despesas em quase todas as suas rubricas, exceto comunicações, formação e publicidade.

O grau de execução orçamental registado em 2013, no agrupamento em análise, é de 88,36%.

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÉNIO 2012/2013 (em €)				
Descrição - D. 02	2012	2013	Evolução (valor)	%
<b>Fornecimentos Serviços de Terceiros</b>	<b>10.606.139,43</b>	<b>9.872.789,23</b>	<b>-733.350,20</b>	<b>-6,91%</b>
<b>Administração-Total</b>	<b>10.083.738,70</b>	<b>9.758.636,10</b>	<b>-325.102,60</b>	<b>-3,22%</b>
Viaturas	70.238,54	49.797,81	-20.440,73	-29,10%
Limpeza e higiene	284.405,74	278.292,76	-6.112,98	-2,15%
Material de escritório Livros	184.187,59	146.644,39	-37.543,20	-20,38%
Outros Bens	25.560,99	17.906,58	-7.654,41	-29,95%
Água, Electricidade e Gás	239.267,54	238.158,37	-1.109,17	-0,46%
<b>Conservação e Reparação de bens</b>	<b>1.597.286,02</b>	<b>1.571.070,47</b>	<b>-26.215,55</b>	<b>-1,64%</b>
Património Imobiliário- Edifícios	1.302.654,89	1.175.366,99	-127.287,90	-9,77%
Administração-Sede_ Instalações e Equipamento	294.631,13	395.703,48	101.072,35	34,30%
<b>Rendas e Alugueres</b>	<b>548.319,98</b>	<b>465.165,62</b>	<b>-83.154,36</b>	<b>-15,17%</b>
<b>Comunicações- Correiros, Telefones</b>	<b>2.463.517,17</b>	<b>2.584.983,11</b>	<b>121.465,94</b>	<b>4,93%</b>
<b>Deslocação e estadas</b>	<b>6.201,81</b>	<b>3.362,25</b>	<b>-2.839,56</b>	<b>-45,79%</b>
<b>Trabalhos especializados</b>	<b>641.760,31</b>	<b>471.236,91</b>	<b>-170.523,40</b>	<b>-26,57%</b>
<b>Formação</b>	<b>43.484,10</b>	<b>46.109,75</b>	<b>2.625,65</b>	<b>6,04%</b>
<b>Publicidade</b>	<b>24.395,04</b>	<b>26.717,34</b>	<b>2.322,30</b>	<b>9,52%</b>
<b>Vigilância e segurança</b>	<b>599.305,35</b>	<b>521.455,45</b>	<b>-77.849,90</b>	<b>-12,99%</b>
<b>Enc.cobrança receita</b>	<b>2.735.408,92</b>	<b>2.730.607,53</b>	<b>-4.801,39</b>	<b>-0,18%</b>
<b>Outros Serviços</b>	<b>620.399,60</b>	<b>607.127,76</b>	<b>-13.271,84</b>	<b>-2,14%</b>
Instituições de crédito	412.915,20	392.005,51	-20.909,69	-5,06%
Outros	207.484,40	215.122,25	7.637,85	3,68%
<b>Total Gastos Comuns</b>	<b>460.021,87</b>	<b>66.399,19</b>	<b>-393.622,68</b>	<b>-99,90%</b>
Locação de edifícios	393.685,70	0,00	-393.685,70	-100,00%
Formação	66.336,17	66.399,19	63,02	0,10%
<b>Total Cooperação</b>	<b>62.378,86</b>	<b>47.753,94</b>	<b>-14.624,92</b>	<b>-23,45%</b>
Comunicações	0,00	208,72	208,72	
Deslocação e estadas	62.378,86	47.545,22	-14.833,64	-23,78%

#### Quadro 48 – Comparação dos Encargos de Administração – Fornecimentos e Serviços Externos – no biénio 2013/2012



A despesa paga incluída no agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”, onde se exclui a despesa com gastos comuns e cooperação, atinge em 2013 o valor de 9.758.636,10€, registando uma diminuição de 3,22% em relação ao ano anterior decorrente, nomeadamente, das despesas com:

- “Viaturas” (incluindo os combustíveis, portagens, estacionamento, reparação de viaturas, locação de material de transporte e seguro), que evidenciam uma variação negativa de 20.440,73 €, isto é, de (-) 29,10% em relação ao período homólogo. Esta redução deve-se sobretudo à não renovação do contrato de locação de viaturas e à redução dos gastos na conservação de viaturas do IGFSS.IP;
- “Material de escritório” onde se verifica uma diminuição de 37.543,20€, isto é, menos 20,38% relativamente ao ano anterior, devida à racionalização de consumíveis e à diminuição de preços conseguidos pelo procedimento desenvolvido pela UMC (unidade ministerial de compras);
- “Outros bens” os quais evidenciam uma redução de 7.654,41€, representando menos 29,95%, em relação ao ano anterior;
- “Rendas e Alugueres”, as quais registam uma diminuição de 15,17%, em 2013 relativamente a 2012, representando uma poupança de 83.154,36€. Esta redução deve-se à transferência dos serviços do IGFSS dos edifícios arrendados na Praça de Londres e Av. António Serpa para edifícios próprios;
- “Deslocações e estadas”, que apresentam uma diminuição de 45,79%, no montante total de 2.839,56€, em relação ao período homólogo;
- “Outros trabalhos especializados”, que registam uma diminuição de 26,57% em 2013, sendo que nesta rubrica estão incluídos os honorários a solicitadores e os

gastos com avaliações de património próprio e de património a adquirir por dação em cumprimento. Verificou-se ainda uma redução nas despesas de outsourcing e foram finalizados os planos de gestão de carbono e da comunicação interna;

- “Cursos de Formação”, refletindo um aumento de 6,40% em relação ao período anterior. Tal como foi referido anteriormente, em 2013, o número de horas de formação aumentou implicando um aumento na despesa;
- “Publicidade”, a qual evidencia um aumento de 9,52% em relação a 2012. Em 2013, o IGFSS adoptou uma nova política publicitária associada ao seu património imobiliário;
- “Vigilância e Segurança”, registando-se uma diminuição de 12,99% mantendo a tendência já registada no biénio anterior. Deve-se sobretudo à redução do número de horas contratadas com a empresa vigilância;
- “Outros Serviços” essencialmente na rubrica – Instituições de Crédito – que regista uma diminuição 20.909,69€ no biénio em análise, isto é (-) 5,06%, associada aos encargos com as penhoras. Nesta rubrica estão também incluídos os passes dos colaboradores com contrato de emprego/inserção (CEI) tendo se verificado um aumento de 3,68% em relação ao período homólogo.

#### Gastos Comuns

Em relação a aquisição de serviços registada neste agrupamento, verificou-se uma diminuição de 99,90%, devida à rescisão do contrato de arrendamento do edifício Castilho em Abril de 2012.

## D.03 – JUROS E OUTROS ENCARGOS

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÊNIO 2012/2013 (em €)				
Descrição - D.03	2012	2013	Evolução (valor)	%
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>118.416,84</b>	<b>553.452,31</b>	<b>435.035,47</b>	<b>367,38%</b>
Encargo com Títulos	315,48	334,54	19,06	6,04%
Comissões p/ cheques devolvidos	9.794,30	13.181,08	3.386,78	34,58%
Encargos bancários	106.606,51	537.840,00	431.233,49	404,51%
FSE-QCA	76,95	92,14	15,19	19,74%
FSE-QREN	1.623,60	2.004,55	380,95	23,46%

**Quadro 49 – Comparação dos Encargos de Administração – Juros e outros encargos – no biénio 2013/2012**

A despesa paga e registada em “Juros e Encargos Financeiros”, no montante de 553.452,31€, evidencia um aumento de 367,38% no biénio 2013/2012, devido, fundamentalmente, ao aumento dos encargos bancários associados ao protocolo, para emissão de carta-cheque de prestações sociais, com o Banco Millenium BCP.

## D.04 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

«Transferências correntes» — Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador. Os sub agrupamentos por que se desagrega o presente agrupamento correspondem aos setores institucionais em que é previsível a existência de beneficiários de transferências correntes.

Neste agrupamento verifica-se um acréscimo de 5,34%, no biénio 2013/2012, no cômputo do qual assumem especial relevância as transferências correntes para as ISS's destinadas ao financiamento da sua atividade corrente, nomeadamente, no que concerne ao pagamento das prestações sociais:

**D.04.01 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - SOC. E Q. SOC. NÃO FINANCEIRAS**

A despesa registada nesta rubrica ascende a 35.559.378,65€ em 2013, a que corresponde um aumento de 480,64 % face ao período homólogo.

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÉNIO 2012/2013 (em €)						
Descrição	OSS 2012	Execução 2012	OSS 2013	Execução 2013	Δ Execução (valor)	Δ%
<b>D.04.01</b>						
INATEL-Transf Corrent Sub Solidariedade	5.091.147,00	4.242.900,00	5.341.284,00	5.341.284,00	1.098.384,00	25,89%
INATEL - Transf Corrente S. Acção Social	2.762.612,00	1.881.270,25	250.706,00	218.094,65	-1.663.175,60	-88,41%
Fundo Reestruturação Sector Solidariedade	0,00	0,00	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	
<b>Total</b>	<b>7.853.759,00</b>	<b>6.124.170,25</b>	<b>35.591.990,00</b>	<b>35.559.378,65</b>	<b>29.435.208,40</b>	<b>480,64%</b>

**Quadro 50 – Comparação dos Encargos de Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras no biénio 2013/2012**

Da análise ao quadro anterior pode-se constatar que:

- No âmbito do subsistema de Solidariedade, foi transferido pelo IGFSS.IP, para o INATEL – Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres, o valor de 5.341.284€, evidenciando um crescimento de 25,89% face a 2012;
- Quanto às transferências para o INATEL que, durante o biénio 2013/2012, abrangem os programas: Turismo Sénior, Turismo Solidário e Abrir Portas à Diferença, totalizam, em 2013, 218.094,65€, refletindo um decréscimo 88,41% face a 2012, cuja repartição por anos de referência consta no quadro seguinte:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES PARA O INATEL – 2012/2013				
Programas	Ano de Referência			
	2012	2013	2013	
	Despesa paga em 2012	Despesa paga em 2013	Dotação Corrigida	Despesa paga
	<b>1.881.270,25</b>	<b>188270,63</b>		
		Corresponde à última tranche de 2011-2012	188.271,00	188.270,63
<b>Turismo Sénior</b>				
<b>Turismo Solidário</b>	0,00	0,00	13.393,00	0,00
<b>Abrir Portas à Diferença</b>	0,00	29.824,02	29.825,00	29.824,02
<b>TOTAL</b>	<b>1.881.270,25</b>	<b>218.094,65</b>	<b>231.489,00</b>	<b>218.094,65</b>

**Quadro 51 – Transferências correntes para o INATEL**

- Neste agrupamento está ainda registada a transferência efectuada no valor de 30.000.000,00€ para o Fundo de Reestruturação do Sector de Solidário de acordo com n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº.95-A/2013 de 27 de Dezembro;

#### D.04.03 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES PARA A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

As transferências registadas nesta rubrica cifram-se no montante de 853.666.131,34€ em 2013, registando um aumento de 40,32%, em relação ao período homólogo de 2012.

#### Análise evolutiva das transferências correntes para a Administração Central

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÉNIO 2012/2013 (em €)						
Descrição	OSS 2012	Execução 2012	OSS 2013	Execução 2013	Δ Execução (valor)	Δ%
<b>D.04.03</b>						
<b>Direção Regional Educação</b>	<b>70.000.000,00</b>	<b>70.000.000,00</b>	<b>99.173.404,00</b>	<b>99.173.404,00</b>	29.173.404,00	41,68%
Pré-escolar	70.000.000,00	70.000.000,00	95.000.000,00	95.000.000,00	25.000.000,00	35,71%
Alargamento da rede do pré-escolar			4.173.404,00	4.173.404,00	4.173.404,00	
<b>Agência Nacional para a Qualificação</b>	<b>4.000.000,00</b>	<b>3.900.773,00</b>	<b>3.705.000,00</b>	<b>3.705.000,00</b>	-195.773,00	-5,02%
<b>Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu</b>	<b>3.529.931,25</b>	<b>2.777.720,00</b>	<b>10.486.736,00</b>	<b>9.912.768,15</b>	7.135.048,15	256,87%
IGFSE		2.777.720,00	10.486.736,00	2.502.384,00	-274.736,00	-8,89%
AFP - C/ Suporte FSE		0,00		7.229.542,34	7.229.542,34	
AFP - C/ Suporte CPN		0,00		180.241,81	180.241,81	
<b>Autoridade p/ as Condições de Trabalho (ex. ISHST + Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho)</b>	<b>23.415.517,00</b>	<b>20.771.634,00</b>	<b>21.276.653,00</b>	<b>21.134.196,00</b>	362.562,00	1,75%
	1.170.776,00	800.066,35	910.630,00	623.103,00	-176.963,35	-22,12%
<b>Instituto de Emprego e Formação Profissional</b>	<b>471.000.000,00</b>	<b>470.004.839,00</b>	<b>435.301.917,00</b>	<b>435.301.917,00</b>	-34.702.922,00	-7,38%
INR	450.000,00	3.828.805,00	3.822.898,00	3.821.453,00	-7.352,00	-0,19%
Formação Profissional	0,00	0,00	366.240.009,00	244.774.780,06	244.774.780,06	
Casa Pia*	38.000.000,00	33.505.293,00	32.650.000,00	32.650.000,00	-855.293,00	-2,55%
<b>Administração- Gastos Comuns</b>	<b>3.323.116,00</b>	<b>2.774.639,76</b>	<b>2.881.474,00</b>	<b>2.569.510,13</b>	-205.129,63	-7,39%
<b>Total</b>	<b>684.889.340,25</b>	<b>608.363.770,11</b>	<b>1.086.108.861,00</b>	<b>853.666.131,34</b>	<b>245.302.361,23</b>	<b>40,32%</b>
* a rubrica da casa Pia foi alterada da d.04.07.03.03.01 para D.04.03.06.04 em 2012						

#### Quadro 52 – Transferências correntes para a Administração Central

Da análise ao quadro supra pode constatar-se que:

- As transferências para o Ministério da Educação se cifram no montante de 99.173.404,00€, refletindo um acréscimo de 41,68% face a igual período do ano anterior.

A despesa paga ao Ministério da Educação desdobra-se em:

- Financiamento da componente social do pré-escolar – 95.000.000€ (variação de mais 35% face a 2012);
- Financiamento do alargamento da rede pública do pré – escolar – 4.873.404€.

- No caso da Agência Nacional para a Qualificação, as transferências realizadas no ano de 2013 ascendem a 3.705.000€, correspondendo a um decréscimo de 5,02% face a igual período de 2012;
- Quanto às transferências correntes registadas na rubrica D.04.03.07.03 – IGFSE verificou-se uma despesa no valor de 9.912.768,15€ em 2013;

Comparativamente com o período homólogo de 2012, verifica-se um aumento de 256,86%, uma vez que durante o ano 2013 foram registadas nesta rubrica não só as transferências correntes para financiamento da actividade do IGFSE no montante de 2.502.984€, como também o financiamento de formação profissional com suporte no FSE (Fundo Social Europeu) e CPN (Componente Pública Nacional), totalizando 7.409.784,15€, conforme recomendação 59 – PCGE/2012 do Tribunal de Contas e passa-se a citar: *“O governo deve providenciar no sentido de que a despesa relevada na conta da segurança social relativa a formação profissional seja devidamente enquadrada em subsídios ou em transferências, consoante se trate de verbas a aplicar pela entidade que diretamente a receber ou por entidade terceira, para a qual aquela as transfere, respetivamente”*.

- No que diz respeito às transferências para a Autoridade para as Condições Trabalho (ex. ISHST + IGT), no montante de 21.134.196.00€, verifica-se um aumento na despesa na ordem dos 1,75% face a 2012;
- As transferências para o IEFP cifram-se no montante de 435.301.917€ registando, em 2013, uma diminuição de 7,38% relativamente ao período homólogo de 2012;
- As Transferências para o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) evidenciam uma variação de -0,19% em relação ao período homólogo de 2012.

- Ainda no âmbito do financiamento das acções de formação profissional co-financiadas pelo FSE, foram transferidos para a Administração Central Estado 244.774.780,06€;
- As transferências para a Casa Pia de Lisboa – que, durante o ano 2013, foi enquadrada como Entidade Publica Reclassificada – registaram um grau de execução orçamental de 100,00%, e uma diminuição na sua execução de 2,55% em relação ao período homólogo do ano anterior;
- Em “Administração”, estão registadas transferências no montante de 2.569.510,13€, registando-se um decréscimo de 7,39%, relativamente a igual período de 2012, justificado pelo facto de, em 2013, não se ter transferido para a Secretaria do MSSS a verba relativa ao Conselho Nacional para Integração das pessoas com Deficiência (CNRIPD) e de o valor da transferência para o Sistema de Mobilidade Especial ter sofrido uma redução de 33,8%

No quadro infra são apresentadas as transferências concretizadas no âmbito das despesas de “Administração” distribuídas por destinatários:

#### Análise Evolutiva das transferências correntes no âmbito da Administração (em €)

Descrição	2012	2013	Evolução	%
<b>Administração - GASTOS COMUNS</b>				
<b>Transferências</b>	<b>2.774.639,76</b>	<b>2.567.633,13</b>	<b>-207.006,63</b>	<b>-7,46%</b>
IGMSSS	1.697.069,24	1.854.324,09	157.254,85	9,27%
SGMSSS:	1.077.570,52	713.309,04	-364.261,48	-33,80%
-Mobilidade Especial	1.077.570,52	713.309,04	-364.261,48	-33,80%
- CNRIPD	0,00	0,00	0,00	

#### Quadro 53 – Transferências correntes no âmbito da Administração

Sobre as “Transferências” incluídas no quadro supra, refira-se que, relativamente à:

- Inspeção-Geral do MSSS, assegurando os pagamentos dos vencimentos com o pessoal em exercício, bem como o funcionamento da atividade inspetiva externa, a referida transferência, em 2013, no montante 1.854.324,09€, evidencia um aumento de 9% em relação a 2012;
- Secretaria-Geral do MSSS que, incluindo unicamente o financiamento do “Sistema de Mobilidade Especial” aprovado pelo Despacho SESS 15/12/2009, acusa, no ano 2013, uma despesa de 713.309,04€, registando uma taxa de execução orçamental de 95,22%.

#### D.04.04 – TRANSFERÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

No âmbito do financiamento da Formação Profissional (AFP) cofinanciada pelo FSE, em 2013 , foi atingido o montante de 63.722.366.37€ nesta rubrica acolhendo a recomendação 59- PCGE/2012 do Tribunal de Contas: *“a formação profissional seja devidamente enquadrada em subsídios ou em transferências, consoante se trate de verbas a aplicar pela entidade que diretamente as recebe ou por entidade terceira, para a qual aquela as transfere, respetivamente”*.

#### D.04.05 – TRANSFERÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Em 2013, não se registaram transferências para a Administração Local , á semelhança do que havia acontecido em 2012.

#### D.04.06 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

As despesas registadas neste subagrupamento assumem naturalmente o maior peso relativo na despesa total do IGFSS.IP, apresentando a expressão relativa de 89,47%, 81,09% e 59,68% nos anos 2011, 2012 e 2013, respetivamente.



As transferências para as Instituições de Segurança Social visam fazer face, nomeadamente, a despesas com prestações sociais, despesas de administração e outras despesas correntes.

Em 2013, esta rubrica da despesa regista um aumento de 3,90% em relação ao período homólogo do ano anterior, justificado, nomeadamente, pelo agravamento da despesas das prestações desemprego e transferências para ações de formação profissional.

#### D.04.07 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES -INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS

Neste sub agrupamento deixou de ser registada a transferência para a Casa Pia de Lisboa (Subsistema de Ação Social) refletindo-se desde 2012 na D.04.03.

#### D.04.08 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - FAMÍLIAS

Neste sub agrupamento estão incluídas transferências para famílias relativas a prestações sociais enquadradas no Subsistema de Ação Social, políticas ativas de emprego e formação profissional (PEPAC) e o pagamento da parcela de pensões de velhice e sobrevivência dos pensionistas (Sistema Previdencial – Repartição), sendo que a evolução de despesa paga no biénio 2013/2012 está refletida no quadro seguinte:

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÉNIO 2012/2013 (em €)					
Descrição	Execução 2012	OSS 2013	Execução 2013	Execução % 2013	Δ período Homologo%
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)	(5)=(3-1)/1
Subsistema Acção Social	<b>30.895.617,90</b>	<b>34.805.773,00</b>	<b>34.741.543,53</b>	<b>99,82%</b>	<b>12,45%</b>
Prestação de alimentos devida a menores	25.675.631,74	27.485.532,00	27.450.835,80	99,87%	6,91%
Ajudas sociais pecuniárias a hemofílicos	433.808,60	440.181,00	424.418,24	96,42%	-2,16%
Apoio soc. a idosos carenciados das comunidades portugues	1.661.278,42	2.260.000,00	2.254.469,77	99,76%	35,71%
ASECE	3.124.899,14	4.620.000,00	4.611.819,72	99,82%	47,58%
Sistema Previdencial	<b>14.720.685,23</b>	<b>17.293.982,00</b>	<b>17.182.826,52</b>	<b>99,36%</b>	<b>16,73%</b>
Pensão Velhice	14.236.595,35	16.750.056,00	16.662.822,06	99,48%	17,04%
Pensão Sobrevivência	484.089,88	543.926,00	520.004,46	95,60%	7,42%
<b>Total</b>	<b>45.616.303,13</b>	<b>52.099.755,00</b>	<b>51.924.370,05</b>	<b>99,66%</b>	<b>13,83%</b>

#### Quadro 54 – Comparação dos Encargos – Subsistema de Ação Social – no biénio 2013/2012

Da análise á sua evolução no biénio 2013/2012, refira-se que:

- A prestação de alimentos devida a menores regista uma execução orçamental que se situa em 99,87% do orçamento aprovado. Em 2013 verifica-se, ainda, um aumento da despesa em relação ao período homólogo de 2012, em 6,91%, justificada pela continuação da entrada de novos processos;
- As “Ajudas sociais pecuniárias a hemofílicos” evidenciam um grau de execução orçamental de 96,42%, sendo que a despesa paga regista um decréscimo de 2,16% face a 2012, fruto da redução do número de beneficiários abrangidos, comportamento expectável por se tratar de um grupo fechado;
- O “Apoio Social a Idosos Carenciados das Comunidades Portuguesa (ASEC/ASIC)” reflete um grau de execução orçamental de 99,76%, podendo também verificar-se, no que se refere à despesa paga, um aumento em 35,71%, relativamente à registada em período homólogo do ano anterior;
- O ASECE – Apoio Social Extraordinário a Consumidores de Energia – apoio iniciado em 2012 acusa um grau de execução orçamental em 2013 de 99,82%;
- A transferência referente à parcela de pensão dos pensionistas (art. 6.º do DL278/82, de 20 de Junho), Velhice, Sobrevivência e Invalidez regista, em 2013, relativamente a 2012, um agravamento da despesa de 16,76%;

#### D.04.09 – TRANSFERÊNCIAS PARA O EXTERIOR

Neste subgrupo são registadas as despesas referentes a projetos aprovados pelo GEP – Cooperação em Países Terceiros e Organizações Internacionais (Orçamento de Administração do IGFSS.IP).

Em 2013, as transferências correntes para o exterior no âmbito da “Cooperação Externa” atingem 4.174.410,33€, refletindo uma contração de 24,59% relativamente a igual período de 2012.

#### D.05 – SUBSÍDIOS

«Subsídios». — Os subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, para efeitos do presente classificador, consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos de produção. Considera-se ainda «Subsídios» as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional.

O montante total da despesa registada, em 2013, em subsídios atinge 1.063.091.930,65€, refletindo um decréscimo de 14,21% em relação ao ano anterior refletindo a alteração da política de contabilização do financiamento das AFP's, pelo acolhimento da recomendação 59- PCGE/2012 do Tribunal de Contas.

Também se registam neste agrupamento os subsídios concedidos no âmbito da Ação Social e os subsídios aos Centros de Cultura e Desporto da Segurança Social.

Os subsídios concedidos no âmbito da Ação Social, no valor de 801.664,00€, registam um acréscimo de 12,26% em relação ao ano anterior.

As condições de atribuição dos subsídios aos CCD's estão definidos no despacho o Despacho SESS n.º 7593/2012 de 15 Maio e Despacho SESS n.º 9739/2013, tendo sido efetuado o pagamento de 147.896,00€ autorizados pelo Despacho SESS 207/2013 de 22.10.2013, despesa superior à registada em 2012 no valor percentual de 27,42.

**D.06 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

Neste agrupamento são registadas as contribuições e outras receitas restituídas aos contribuintes, os “Impostos e Taxas” e outras despesas correntes pagas no âmbito das despesas de Administração, verificando-se um aumento na despesa no biénio 2013/2012, de 877,81% para a qual contribui a regularização dos adiantamentos concedidos no âmbito das AFP’s, no montante total de 74.031.421,87€.

No que se refere a “Restituição de contribuições e outras receitas”, a despesa regista uma diminuição de 43,20% em relação ao período homólogo de 2012.

**II. DESPESAS E TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

Correspondem às despesas com aquisição de bens de capital, transferências de capital, ativos financeiros e passivos financeiros respeitando os dispositivos legais e normas pertinentes em vigor, tendo diminuído, no biénio 2013/2012, em 11,48%.

**D.07 – AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**

Este agrupamento engloba as dações em cumprimento provenientes de recuperação de dívidas e ainda grandes reparações nas Instalações próprias e no restante património imobiliário do IGFSS.IP.

Como se pode verificar, a despesa registada neste agrupamento apresenta em 2013 um decréscimo de 96,75%, relativamente a 2012, devido fundamentalmente por, em 2013, não terem sido registadas dações em cumprimento.

Quanto às despesas de capital, estas atingem em 2013 o montante de 234.438,83€ registando uma diminuição de 37,79% relativamente a idêntico período de 2012.

**D.08 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

«Transferências de capital». — Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital das unidades receptoras. Os subgrupos correspondem aos setores institucionais anteriormente referidos são:

**D.08.01. SOC. E Q. SOC. NÃO FINANCEIRAS**

Em 2013 foi aprovada pela Tutela uma dotação de despesa de 2.951.453€, o que conduziu a que a transferência de capital se tenha situado em 100% daquela e inferior em 9,39% à despesa registada em igual período de 2012.

**D.08.06 – SEGURANÇA SOCIAL**

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÊNIO (em €)				
Descrição D.08.06	2012	2013	Evolução (valor)	%
<b>Transferências de Capital Total</b>	<b>15.111.888,78</b>	<b>20.007.050,93</b>	<b>4.895.162,15</b>	<b>32,39%</b>
PIDDAC OE/ OSS e FEDER	12.243.431,72	16.671.744,14	4.428.312,42	36,17%
IGFCSS/FEFSS	2.868.457,06	3.335.306,79	466.849,73	<b>16,28%</b>

**Quadro 55 – Comparação dos Encargos de Administração – Transferências de Capital – no biénio 2013/2012**

Este subgrupo que assume o maior peso relativo em relação ao total do Agrupamento salientando-se aquele em 98%, 78% e 86% nos anos de 2011, 2012 e 2013, respetivamente, pois inclui as transferências para as Instituições de Segurança Social para financiamento dos investimentos das ISS's e transferência para IPSS's com suporte em PIDDAC, OE. Inclui, ainda, as transferências para o Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social que, no ano 2013, se situou no valor de 3.335.306,79€ correspondente apenas ao produto de alienação de Imóveis de 2013 (3.335.306,79€) e de parte residual de 2012 (16.750,00€).

**D.08.07 – INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS**

Este subgrupo inclui as transferências para Instituições S/fins Lucrativos relativas quer à participação comunitária em Projetos co-financiados quer ao financiamento do OE em projetos não co-financiados (PIDDAC OE). Regista um aumento de 15,99% em relação ao período homólogo.

**D.08.09 – RESTO DO MUNDO**

Em 2013, não houve transferências para o exterior, para os países incluídos no programa de cooperação bilateral entre Portugal - MTSS - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor.

**D.09 – ATIVOS FINANCEIROS**

Durante o ano 2013, as aplicações financeiras de curto prazo suportadas pelos CEDIC's (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo) atingiram o montante total de 12.739.793.000,00€.

## 11. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2013/2011

### I. RECEITAS CORRENTES

#### R.02 – IMPOSTOS INDIRECTOS

Conforme orientação recebida da Direção Geral do Orçamento (ofício de 11 de novembro de 2013, Proc:P11067/2013, refª 100.10-2013/39111), no âmbito da normalização da contabilização das transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) para as entidades beneficiárias das verbas que lhe são afetas, o IGFSS.IP procedeu, no exercício de 2013, à correção da contabilização da receita proveniente da SCML respeitante à distribuição dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais.

Assim, a contabilização efetuada até à data nas económicas:

RCE R.06.07.01.01.06 - "Ap. IPSS AS-FSS-c");

RCE R.06.07.01.01.99 - "Outras".

Foi substituída pela afetação desta receita às seguintes económicas:

**RCE R.02.02.01.01** - "Lotarias - FSS" (contabilização da receita proveniente da SCML relativa a resultados de Lotarias a transferir para o Fundo Socorro Social);

**RCE R.02.02.01.02** - "Lotarias - Outros" (contabilização da restante receita proveniente da SCML relativa a resultados de Lotarias);

**RCE R.02.02.05.01** - "Resultados da exploração de apostas mútuas - FSS" (contabilização da receita proveniente da SCML relativa a resultados da exploração de apostas mútuas a transferir para o Fundo Socorro Social);

**RCE R.02.02.05.02** - "Resultados da exploração de apostas mútuas - Outros" (contabilização da restante receita proveniente da SCML relativa a resultados da exploração de apostas mútuas).

A parcela das receitas dos jogos sociais, consignada à Segurança Social, regista uma evolução positiva até dezembro de 2013, face a igual período de 2012, sendo os valores recebidos de 177.368.889,92€ e de 171.064.982,16€ respetivamente, representando um acréscimo de 3,69%.

#### Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Euros	
<b>Transferências da SCML - Departamento de Jogos - Ano 2012</b>	<b>Valor (1)</b>
Programas, Prestações e Projectos do Subsistema de Acção Social	158.183.789,00
Apoio a IPSS para Acção Social - FSS	12.881.193,16
<b>Total</b>	<b>171.064.982,16 €</b>
<b>Transferências da SCML - Departamento de Jogos - Ano 2013</b>	<b>Valor (2)</b>
Programas, Prestações e Projectos do Subsistema de Acção Social	164.797.481,18
Apoio a IPSS para Acção Social - FSS	12.571.408,74
<b>Total</b>	<b>177.368.889,92 €</b>
<b>Diferença (3)=(2)-(1)</b>	<b>6.303.907,76 €</b>

#### Quadro 56 – Receita da SCML no biénio 2013/2012

O quadro seguinte apresenta de forma detalhada os valores recebidos pelo IGFSS.IP nos anos de 2012 e 2013, em subordinação à respetiva distribuição por alíneas, conforme artigo 2º da Portaria nº 418/2012, de 19 de dezembro, e artigo 2º da Portaria nº 422/2012, de 24 de dezembro, dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Da análise ao referido quadro pode concluir-se que:

- o O valor das transferências correntes obtidas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa até dezembro de 2013, relativamente a resultados de exploração dos jogos sociais de 2012 (29.355.934,85€), regista um acréscimo de 4,56% relativamente à parcela dos resultados dos jogos sociais de 2011 recebida em 2012 (28.074.531,29€);



- O montante das transferências correntes obtidas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa até dezembro de 2013, relativamente a receitas de jogos sociais do próprio ano de 2013 (148.012.955,07€), evidencia um acréscimo de 3,51% quando comparado com a receita obtida em 2012, referente a 2012 (142.990.450,87€).

Euros

	2012 (Ref. a 2012) (1)	2012 (Ref. a 2011) (2)	2012 (3)=(1)+(2)	2013 (Ref. a 2013) (4)	2013 (Ref. a 2012) (5)	2013 (6)=(4)+(5)	Var % (7)=(4)/(1)	Var % (8)=(5)/(2)	Var % (9)=(6)/(3)
<b>TRANSFERÊNCIAS DA SCML</b>									
PROGRAMAS, PRESTAÇÕES E PROJECTOS DO SUBSISTEMA DE ACÇÃO SOCIAL	132.223.269,92	25.960.519,08	158.183.789,00	137.652.048,23	27.145.432,95	164.797.481,18	4,11%	4,56%	4,18%
APOIO A IPSS PARA ACÇÃO SOCIAL - FSS	10.767.180,95	2.114.012,21	12.881.193,16	10.360.906,84	2.210.501,90	12.571.408,74	-3,77%	4,56%	-2,40%
<b>TOTAL</b>	<b>142.990.450,87</b>	<b>28.074.531,29</b>	<b>171.064.982,16</b>	<b>148.012.955,07</b>	<b>29.355.934,85</b>	<b>177.368.889,92</b>	<b>3,51%</b>	<b>4,56%</b>	<b>3,69%</b>

Quadro 57 – Receita da SCML no biénio 2013/2012 – distribuição por alíneas

### R.03 – CONTRIBUIÇÕES E COTIZAÇÕES

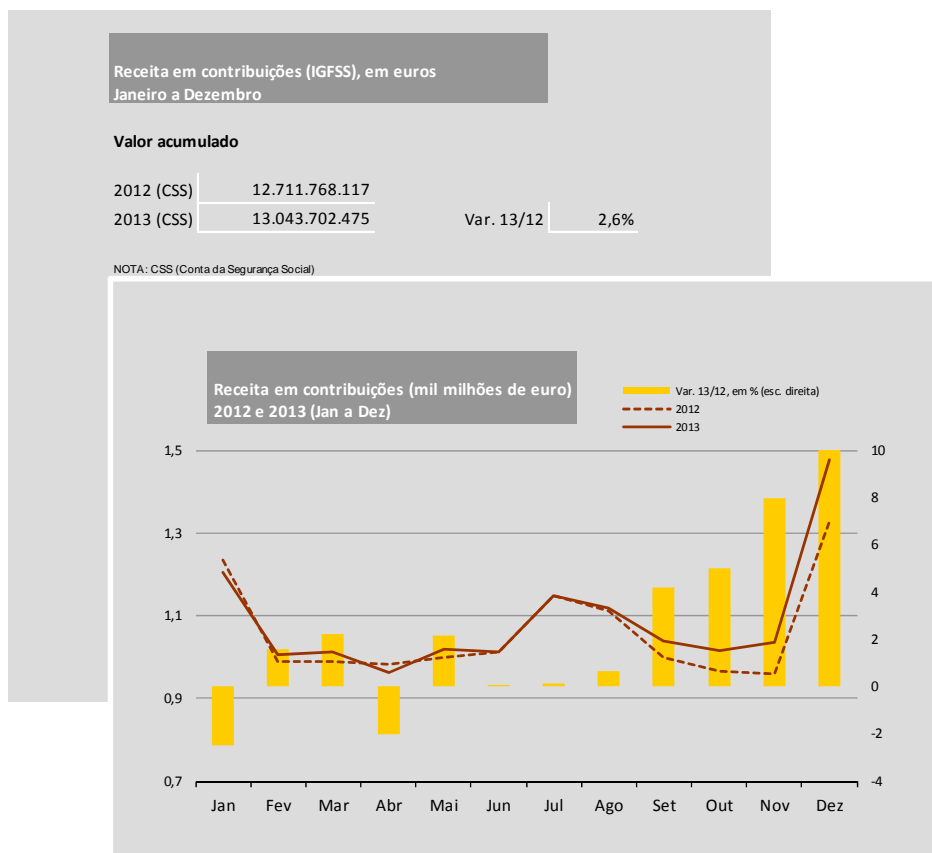
A receita cobrada em contribuições (IGFSS.IP) evidenciou, entre janeiro e dezembro de 2013, um aumento nominal de 2,6% face a igual período de 2012, atingindo um total de 13.043.702.474,91€.

Dos fatores que contribuíram para a evolução positiva das contribuições, mais forte nos últimos quatro meses de 2013 (ver gráfico seguinte), destacam-se a reposição parcial dos subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos<sup>3</sup>, a recuperação do cenário macroeconómico do país, nomeadamente do *Produto Interno Bruto* (PIB) e da *taxa de desemprego*, e ainda a cobrança extraordinária de dívida operada no final do ano.

Nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (artigos 78.º e 117.º), foram ainda introduzidas, a partir de janeiro de 2013, a *Contribuição Extraordinária de Solidariedade* (CES) e as *contribuições sobre desemprego/doença*, num montante global que se situou em cerca de 187 milhões de euros.

---

<sup>3</sup> Suspensos em 2012 nos termos da Lei n.º 55-A/2011, de 31 de dezembro.

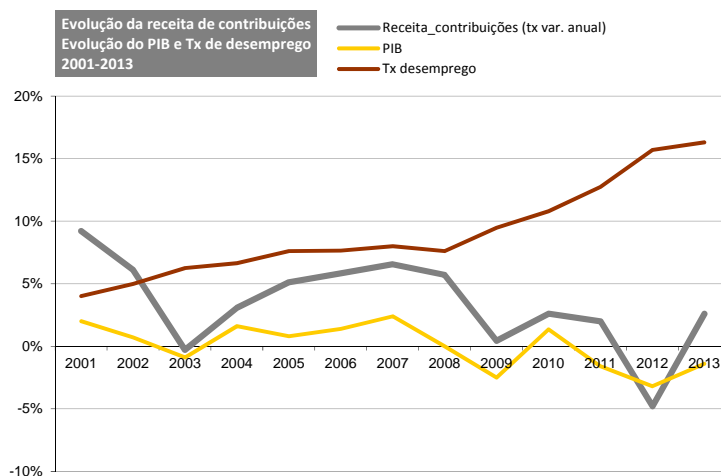


**Gráfico 13 – Receita de Contribuições no biénio 2013/2012**

Relativamente à evolução do cenário macro, e segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, o PIB caiu nos três primeiros trimestres de 2013, embora em desaceleração crescente, o que indicava já uma recuperação positiva no último trimestre do ano. De facto, entre outubro e dezembro de 2013 este indicador assumiu um valor real de 1,7%. Também a evolução dos indicadores relativos ao mercado de trabalho traduziu este desagravamento, sendo que a taxa de desemprego evoluiu, entre o primeiro e o último trimestre do ano, de 17,7% para 15,3%<sup>4</sup>.

A variação nominal destes indicadores, assim como a evolução da variação anual da receita cobrada em contribuições, é apresentada no gráfico seguinte, desde 2001:

<sup>4</sup> A taxa média anual fixou-se em 16,3% (2013), comparativamente a 15,7% em 2012.



**Gráfico 14 – Evolução da Receita de Contribuições no período de 2001 a 2013**

Da análise gráfica podemos concluir que os ciclos económicos mais desfavoráveis surgem naturalmente associados a uma desaceleração da receita cobrada em contribuições, sendo que este facto se tornou mais evidente no período 2009-2013, em que se registou uma taxa de crescimento média nominal da receita de apenas +0,6%. No entanto, o final de 2013 indicia já uma inversão de trajetória, em que grande parte dos indicadores conflui para uma evolução positiva do cenário macro, refletida diretamente nos montantes cobrados da receita de contribuições.

**R.04 – TAXAS, MULTAS E PENALIDADES**

Nos termos do DL nº 26/2002 de 14 de fevereiro, incluem-se neste capítulo “...«Taxas» inclui-se os pagamentos em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. No grupo das «Multas e outras penalidades» engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.”

No cômputo global, nesta rubrica estão registados 100.099.509,77€, cuja distribuição pelas principais componentes está refletida no quadro seguinte:

**Análise Evolutiva de Taxas, Multas e Penalidades no biénio 2013/2012**

Rubrica	Δ 2013/2012	Euros			
		2012		2013	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
<b>R.04 - Taxas, Multas e Penalidades</b>	<b>2,39%</b>	<b>97.762.753,26</b>	<b>100,00%</b>	<b>100.099.509,77</b>	<b>100,00%</b>
R.04.01.01 - Taxas de Justiça	-16,03%	10.679.824,66	10,92%	8.967.550,23	8,96%
R.04.02.01 - Juros de Mora - Contribuição	-2,20%	84.302.823,66	86,23%	82.445.737,47	82,36%
R.04.02.02 - Juros Compensatórios	298,97%	404.800,29	0,41%	1.615.013,05	1,61%
R.04.02.04 - Coimas	199,56%	2.345.276,59	2,40%	7.025.585,98	7,02%
R.04.02.99 - Multas	51,93%	30.028,06	0,03%	45.623,04	0,05%

**Quadro 58 – Taxas, Multas e Penalidades no biénio 2013/2012**

Como pode observar-se, no IGFSS.IP, são parte essencial desta rubrica os **juros de mora de contribuições** – 82,36% do total – que, em 2013, ascendem a 82.445.737,47€, refletindo uma variação negativa de 2,20% no biénio 2013/2012.

O valor constante na económica R.04.01.01 – Taxas de Justiça, corresponde ao valor recebido das referidas taxas por conta de processos executivos que, em 2013, ascende a 8.967.550,23€, refletindo uma variação negativa de 16,03% no biénio 2013/2012.

No que concerne à parcela das **coimas** (R.04.02.04), constata-se que a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), em 2013, transferiu para o IGFSS.IP 1.292.332,91€, o

que reflete um decréscimo, face a 2012, de 5,49%, apesar de verificarmos que, em termos médios, os valores mensais em 2013 são superiores aos registados em 2012 em 7,34%.

<b>Euros</b>		
<b>Recebimento de Coimas da ACT</b>		
<b>2012</b>		
421.040,48	Coimas 4º trimestre 2011	R.04.02.04
664.299,32	Coimas 1º e 2º trimestres 2012	R.04.02.04
282.027,68	Coimas 3º trimestre 2012	R.04.02.04
<b>1.367.367,48</b>	<b>Total em 2012</b>	
<b>2013</b>		
276.562,33	Coimas 4º trimestre 2012	R.04.02.04
323.656,72	Coimas 1º trimestre 2013	R.04.02.04
195.554,93	Coimas 2º trimestre 2013	R.04.02.04
171.739,58	Coimas 3º trimestre 2013	R.04.02.04
324.819,35	Coimas - Transferência Extraordinária	R.04.02.04
<b>1.292.332,91</b>	<b>Total em 2013</b>	

**Quadro 59 – Receita de Coimas da ACT**

**R.05 – RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE**

Este capítulo regista, conforme DL nº 26/2002 de 14 de fevereiro, “...as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) ...”.

**Análise Evolutiva dos Rendimentos da Propriedade 2012 - 2013**

Rubrica	Δ 2013/2012	Euros			
		2012		2013	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
<b>R.05 - Rendimentos da Propriedade</b>	<b>-44,89%</b>	<b>32.439.862,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.877.605,85</b>	<b>100,00%</b>
<b>R.05.02 - Juros - Sociedades financeiras</b>	<b>-56,94%</b>	<b>29.378.633,11</b>	<b>90,56%</b>	<b>12.649.605,07</b>	<b>70,76%</b>
R.05.02.01 - Bancos e outras instituições financeiras	-56,94%	29.378.633,11	90,56%	12.649.605,07	70,76%
<b>R.05.03 - Juros - Adm. Pública</b>	<b>547,73%</b>	<b>361.545,28</b>	<b>1,11%</b>	<b>2.341.833,02</b>	<b>13,10%</b>
R.05.03.01 - Adm. Central -Estado	547,73%	361.545,28	1,11%	2.341.833,02	13,10%
R.05.03.02 - Adm. Central -Serviços e Fundos Autó.		0,00		0,00	
<b>R.05.04.00 - Juros-Instituições s/ fins lucr.</b>	<b>113,40%</b>	<b>27.751,96</b>	<b>0,09%</b>	<b>59.221,90</b>	<b>0,33%</b>
R.05.04.00.99 - Outros	113,40%	27.751,96	0,09%	59.221,90	0,33%
<b>R.05.07 - Soc. e quase soc. não financeiras</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	
<b>R.05.10 - Rendas</b>	<b>5,80%</b>	<b>2.671.931,94</b>	<b>8,24%</b>	<b>2.826.945,86</b>	<b>15,81%</b>
R.05.10.03 - Habitações	2,66%	1.252.296,57	3,86%	1.285.634,36	7,19%
R.05.10.04 - Edifícios	8,59%	1.418.818,73	4,37%	1.540.708,38	8,62%
R.05.10.99 - Outros	-26,15%	816,64	0,00%	603,12	0,00%

**Quadro 60 – Receita de Rendimentos da Propriedade no biénio 2013/2012**

Como pode observar-se no quadro supra, na rubrica de rendimentos, o valor arrecadado em 2013 é de 17.877.605,85€ e de 32.439.862,29€ no período homólogo de 2012, evidenciando um decréscimo de 44,89%, para o qual concorreram nomeadamente os rendimentos obtidos na rendibilização de excedentes de tesouraria junto do sistema financeiro.

Quanto a estes últimos importa referir que:

- Os juros bancários, no biénio 2013/2012, evidenciam uma variação negativa de 56,94%, sendo que a diminuição significativa da *performance* atingida na rubrica R.05.02, em relação a 2012, está associada a três fatores externos:



- manutenção, por parte do Banco de Portugal, de limites máximos a atribuir pelos bancos nas aplicações negociadas com os seus clientes face às taxas do Mercado Monetário Interbancário, para prazos equivalentes;
- cooperação, entre o IGFSS.IP e o IGCP.IP, através da constituição de Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC's);
- a 2 de maio e a 7 de novembro de 2013, o Banco Central Europeu decidiu diminuir em 25 pontos base a taxa mínima de proposta das operações de refinanciamento, pelo que a taxa proposta diminuiu 50 pontos base no ano de 2013, situando-se em 0,25%.

- Os Juros (R.05.03) da Administração Pública, no biénio 2013/2012, evidenciam uma variação positiva significativa, refletindo os resultados obtidos na carteira de títulos de rendimento fixo composta por Títulos de Dívida Pública emitidos pela Administração Central, tendo os “consolidados” taxas de rendimento de 2,75%, 3,0%, 3,5% e 4,0% e vencimento com datas fixas. Estão, ainda, incluídos nesta rubrica, os rendimentos obtidos nas aplicações financeiras suportadas em CEDIC's;

- Os Juros (R.05.04) de Instituições sem fins lucrativos, que contemplam os juros cobrados à Confederação Geral Trabalhadores Portugueses (CGTP), à *Absolut Logistics, Unipessoal, Lda.* (contrato associado ao edifício da *Lanidor* na sequência de dação em pagamento), à Câmara Municipal da Golegã e à Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E (REFER).

Para a CGTP e para a *Absolut Logistics, Unipessoal, Lda.* os juros sobre o capital em dívida são calculados mensalmente através da aplicação da taxa Euribor a 6 meses, sendo de 7% a taxa de juro aplicada ao capital em dívida. Para a Câmara Municipal da Golegã e para a REFER os juros são calculados anualmente; no primeiro caso, os juros são calculados com a taxa Euribor a um ano (respeitante ao primeiro dia útil do ano da celebração do contrato) mais trezentos pontos base, isto é, 4,937% e, no segundo caso, a taxa de juro aplicada é de 2,532%.

Esta rubrica regista no período em análise 59.221,90€ e 27.751,96€ no período homólogo de 2012;

- A rubrica R.05.07 – Rendimentos - Sociedades e quase sociedades não financeiras regista uma receita nula, uma vez que a Margueira não distribuiu dividendos, tendo os mesmos sido aplicados em “reserva legal” e “resultados transitados”;

- No que diz respeito a receitas provenientes de arrendamento de imóveis (R.05.10), verificou-se um acréscimo de cerca de 5,80 % relativamente a 2012.

**R.06 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

Sendo esta rubrica a terceira com maior expressão relativa no total das receitas arrecadadas pelo IGFSS.IP, com um peso relativo, em 2013, de 29,63%, apresenta-se a sua discriminação no quadro seguinte.

No biénio 2013/2012, verifica-se um acréscimo de 17,86% na receita inscrita neste capítulo, sendo que, no biénio anterior, tinha sido registado um acréscimo de 4,69%.

Este significativo aumento deve-se sobretudo às verbas recebidas do IEFP e do MSESS (componente “Transferência Extraordinária” para financiamento do défice do Sistema de Solidariedade e Segurança Social), no decorrer do ano 2013, e à alteração da política contabilística subjacente à relevação da receita inerente ao IVA Social (R.02 no ano 2012 e R.06 no ano 2013).

**Análise Evolutiva das transferências correntes obtidas no biénio 2013/2012**

Rubrica	Δ 2013/2012	2012		2013	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
<b>R.06 - Transferências Correntes</b>	<b>17,86%</b>	<b>9.439.056.468,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.125.179.640,00</b>	<b>100,00%</b>
Transf. Correntes soc. Q fin. Públicas - NAV	54,37%	650.648,93	0,01%	1.004.393,42	0,01%
Transferências do MSESS	19,38%	7.854.691.843,81	83,21%	9.377.294.741,42	84,29%
Transfª p/ Sub. Renda - MAOTDR	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Transfª Min. Defesa - Prestações Sociais	120,93%	59.472,79	0,00%	131.392,84	0,00%
Transfª Min. Defesa - Dívida de anos anteriores		0,00		0,00	
Transfª Min. Saúde	100,00%	0,00	0,00%	784.542,61	0,01%
Transf. Min. das Finanças - Desalojados Ex-Colónias	-18,78%	16.597.840,09	0,18%	13.480.519,58	0,12%
Transfª Min. Educação - GEF - Pré-escolar	0,35%	128.554.811,00	1,36%	129.000.000,00	1,16%
Transfª Min. Educação - GEF - Bolsas	0,14%	29.783.337,99	0,32%	29.824.278,88	0,27%
CGA - BPN	147,72%	135.898,58	0,00%	336.643,92	0,00%
CGA - Rádio Marconi	10,61%	14.333.300,75	0,15%	15.854.074,32	0,14%
IEFP	100,00%	0,00	0,00%	120.000.000,00	1,08%
Outras Instituições SS e RA's	92,71%	47.068.149,00	0,50%	90.703.404,94	0,82%
Outras transferências	-100,00%	1.826,58	0,00%	0,00	0,00%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Lei nº 56/200	-100,00%	171.064.982,16	1,81%	0,00	0,00%
Resto do Mundo (QCA III e QREN)	14,51%	1.176.114.356,67	12,46%	1.346.765.648,07	12,11%

**Quadro 61 – Receita de Transferências Correntes no biénio 2013/2012**

**R.06.01 - Transferências de sociedades e quase sociedades não financeiras**, no total de 1.004.393,42€ cobrados à NAV Portugal no âmbito do Regime dos Controladores de Tráfego Aéreo (conforme a Portaria nº 496/2008, de 23 de junho) e correspondente à parcela devida (60%) relativamente ao pagamento de pensões antecipadas aos controladores de tráfego aéreo no período de dezembro de 2012 a novembro de 2013, sendo significativa a variação de 54,37% face ao período homólogo do ano anterior (650.648,93€, relativamente às pensões pagas no período de janeiro a novembro de 2012).

**R.06.03 - Transferências da Administração Central** no total de 9.686.706.193,57€ onde estão incluídas:

- **As transferências do MESS**

- As transferências do MESS, incluindo o IVA - Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, para cobertura financeira das despesas do Sistema Previdencial – Repartição, do Sistema de Proteção Social de Cidadania e dos Regimes Especiais, atingem 9.376.310.669,66€, o que representa um acréscimo de 9,36% face ao valor recebido em igual período do ano anterior (8.573.461.843,81€), vide quadros seguintes.

Mais, no cômputo global, o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Proteção Familiar e o Subsistema de Ação Social receberam 7.047.841.468,00€, o que representa um acréscimo de 16,62% face ao valor recebido em igual período do ano anterior;

**Transferências do OE – LBSS, IVA Social e Regime Substitutivo Bancário no ano  
2013**

Euros

<b>Transferências do MSESS 2013</b>	
Rubricas	Execução
Subsistema da Solidariedade	<b>4.425.713.386,00</b>
Subsistema de Protecção Familiar	<b>1.108.595.178,00</b>
Lei de Bases - Lei 4/2007	383.595.178,00
IVA Social (Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro)	725.000.000,00
Subsistema de Acção social	<b>1.513.532.904,00</b>
Sistema Previdencial	<b>1.821.749.995,00</b>
P/ Sub. QREN	142.534.138,00
P/ Sub OQC	24.806.229,00
Compensação p/ cessação de contrato	1.422.500,00
Receitas cessantes	222.660.948,00
Transferência Extraordinária	1.430.326.180,00
Regimes Especiais	<b>506.719.206,66</b>
Regime Substitutivo Bancário	506.719.206,66
<b>Total das transferências do MSESS</b>	<b>9.376.310.669,66</b>

**Quadro 62 – Receita de Transferências do MSESS**

Naquele valor estão incluídos:

- A transferência extraordinária para financiamento do défice do Sistema de Solidariedade e Segurança Social no montante de 1.430.326.180,00€;
- As transferências do MSESS para financiamento da contrapartida pública nacional dos subsídios atribuídos às AFP's, no âmbito do QREN e de Outros Quadros Comunitários (Sistema Previdencial) que ascendem a 167.340.367,00€, evidenciando um decréscimo de 17,06% face ao valor recebido em igual período do ano anterior (201.749.711,00€);
- Os valores relativos ao IVA Social (Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro) que se cifram em 725.000.000,00€, evidenciando um acréscimo de 0,87% relativamente a igual período de 2012 (718.770.000,00€).

Ressalva-se, no entanto, que, relativamente ao exercício de 2012, esta receita deixou de ser transferida por parte do Ministério das Finanças e da

Administração Pública (MFAP), passando a ser integrada nas transferências do Orçamento de Estado.

De forma sintética, e para o biénio 2013/2012, apresenta-se o quadro seguinte no âmbito do financiamento nos termos da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e da Lei n.º 83/2013, de 30 de Dezembro.

Transferências do MESS				
Subsistema de Solidariedade				
Rúbricas	Exec 2012	OSS Corrigido 2013	Execução 2013	% E.O. ao OSS 2013
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transferências do MESS	4.373.928.257,00	4.425.713.386,00	4.425.713.386,00	100,00%
Sub-Total	4.373.928.257,00	4.425.713.386,00	4.425.713.386,00	100,00%
Subsistema de Protecção Familiar				
Rúbricas	Exec 2012	OSS Corrigido 2013	Execução 2013	% E.O. ao OSS 2013
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transf. MESS (Lei de Bases - Lei n.º4/2007)	391.846.219,00	383.595.178,00	383.595.178,00	100,00%
IVA Social (Lei n.º66-B/2012, de 31 de dezembro)	0,00	725.000.000,00	725.000.000,00	100,00%
Sub-Total	391.846.219,00	1.108.595.178,00	1.108.595.178,00	100,00%
Subsistema de Acção Social				
Rúbricas	Exec 2012	OSS Corrigido 2013	Execução 2013	% E.O. ao OSS 2013
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transferências do MESS	1.277.772.877,00	1.513.532.904,00	1.513.532.904,00	100,00%
Sub-Total	1.277.772.877,00	1.513.532.904,00	1.513.532.904,00	100,00%
<b>Subtotal Transf p/ Sistema P. S. C.</b>	<b>6.043.547.353,00</b>	<b>7.047.841.468,00</b>	<b>7.047.841.468,00</b>	<b>100,00%</b>
Sistema de Previdencial				
Rúbricas	Exec 2012	OSS Corrigido 2013	Execução 2013	% E.O. ao OSS 2013
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transferências correntes do MESS - QREN	201.749.711,00	142.534.138,00	142.534.138,00	100,00%
Transferências correntes do MESS - OQC	0,00	24.806.229,00	24.806.229,00	100,00%
Receitas Cessantes	234.379.945,00	222.660.948,00	222.660.948,00	100,00%
Compensação p/ Cessação Contrato	2.550.000,00	1.422.500,00	1.422.500,00	100,00%
Transferência Extraordinária	856.629.739,00	1.430.326.180,00	1.430.326.180,00	100,00%
Sub-Total	1.295.309.395,00	1.821.749.995,00	1.821.749.995,00	100,00%
Regimes Especiais				
Rúbricas	Exec 2012	OSS Corrigido 2013	Execução 2013	% E.O. ao OSS 2013
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Regime Substitutivo Bancário	515.835.095,81	506.961.566,00	506.719.206,66	99,95%
Sub-Total	515.835.095,81	506.961.566,00	506.719.206,66	99,95%
<b>Total das Transferências do MESS</b>	<b>7.854.691.843,81</b>	<b>9.376.553.029,00</b>	<b>9.376.310.669,66</b>	<b>100,00%</b>
Transferências do Ministério das Finanças e da Administração Pública				
Subsistema de Protecção Familiar				
Rúbricas	Exec 2012	OSS Corrigido 2013	Execução 2013	% E.O. ao OSS 2013
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
IVA Social (Lei n.º64-B/2011, de 30 de dezembro)	718.770.000,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Total das Transferências do MFAP</b>	<b>718.770.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total do Financiamento</b>	<b>8.573.461.843,81</b>	<b>9.376.553.029,00</b>	<b>9.376.310.669,66</b>	<b>100,00%</b>

Quadro 63 – Receita de Transferências do MESS e do MFAP no biénio 2013/2012

- **Transferências MAOTDR e IHRU**

Não se registaram quaisquer transferências do MAOTDR e do IHRU para o período em análise, referente ao financiamento do subsídio de renda e a encargos administrativos com os processos de subsídios de renda no âmbito do NRAU/2013, respetivamente.

- **Transferências do Ministério Defesa Nacional**

As transferências do Ministério da Defesa Nacional (MDN) cifram-se no montante de 131.392,84€, correspondendo a um acréscimo de 120,93%, quando comparadas com o período homólogo do ano anterior e são referentes aos reembolsos das prestações sociais pagas nos seguintes períodos:

- novembro de 2012 – 3.172,48€;
- dezembro de 2012 – 24.065,42€;
- janeiro de 2013 – 3.966,00€;
- fevereiro de 2013 – 10.770,16€;
- março de 2013 – 29.934,84€;
- maio de 2013 – 4.146,00€;
- agosto de 2013 – 45.844,62€;
- outubro de 2013 – 6.320,52€;
- novembro de 2013 – 3.172,80€.

Relativamente aos meses de abril, junho, julho, setembro e dezembro de 2013 não se regista despesa paga, pelo que não foi solicitado qualquer valor ao Ministério da Defesa Nacional.

No que se refere ao reembolso devido pelo MDN no âmbito do Fundo de Antigos Combatentes, relativo às pensões pagas e respeitantes ao período de 2004 a 2006, não foi recebida qualquer importância em 2013.



O MDN também não reembolsou quaisquer verbas à Segurança Social pelos “Benefícios” pagos aos ex-combatentes relativos ao período de 2004 a 2008, num montante global acumulado de 5.127.511,81€, à data de 31 de dezembro de 2013.

- **Transferências do Ministério Saúde**

O Ministério da Saúde deverá, nos termos legais, transferir para o IGFSS.IP as verbas que se referem à comparticipação daquele Ministério nos benefícios adicionais de saúde pagos aos beneficiários do “complemento solidário de idosos”.

Durante o ano 2013, a verba recebida do Ministério da Saúde ascende a 784.542,61€.

- **Transferências do MFAP - Desalojados Ex-colónias**

A rubrica “Transferências da Direção Geral do Tesouro”, que regista o reembolso das pensões pagas a desalojados das ex-colónias, apresenta no período em análise, o valor de 13.480.519,58€, correspondendo ao reembolso das pensões pagas pelo CNP nos períodos indicados no quadro seguinte:

Montante Total	Período de reembolso correspondente	Beneficiários das Ex-Colónias	Beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela
910.720,07	Outubro de 2012	729.677,96	181.042,11
901.031,76	Novembro de 2012	720.525,16	180.506,60
1.727.650,04	Dezembro de 2012	1.436.663,00	290.987,04
897.362,19	Janeiro de 2013	719.151,34	178.210,85
1.025.426,91	Fevereiro de 2013	823.322,21	202.104,70
933.205,13	Março de 2013	747.156,09	186.049,04
921.003,53	Abril de 2013	736.230,63	184.772,90
930.735,29	Maior de 2013	743.682,99	187.052,30
902.892,64	Junho de 2013	720.674,44	182.218,20
1.665.396,39	Julho de 2013	1.370.633,47	294.762,92
918.663,26	Agosto de 2013	726.952,99	191.710,27
878.223,41	Setembro de 2013	697.154,37	181.069,04
868.208,96	Outubro de 2013	687.738,64	180.470,32
13.480.519,58		10.859.563,29	2.620.956,29

#### Quadro 64 – Reembolso das pensões pagas a desalojados das ex-colónias

- **Transferências do Ministério da Educação**

A transferência do Ministério da Educação para fazer face à componente educativa do pré-escolar na rede social (IPSS's) atinge o valor de 129.000.000,00€ até dezembro de 2013 e no mesmo período de 2012 o valor ascendeu a 128.554.811,00€, evidenciando, desse modo, uma variação homóloga de mais 0,35%.

Foi ainda recebida a verba de 29.824.278,88€ referente à comparticipação de Bolsas do Ensino Secundário, ao abrigo do Decreto-Lei nº 201/2009, de 28 de agosto, o que corresponde a uma variação positiva de 0,14% face ao valor recebido no ano anterior (29.783.337,99€). Em 2013, a receita cobrada mensalmente cobre integralmente a despesa executada, com a exceção do mês de dezembro, em que o valor recebido foi calculado com base num valor previsional (variação positiva no montante de 38.308,85€ - verba que será regularizada no decorrer do ano 2014 após a correspondente aprovação de integração de saldo por parte de Sua Excelência o Secretário de Estado da Segurança Social).

- **Transferências da Caixa Geral de Aposentações – BPN**

As transferências da CGA, no âmbito da responsabilidade com os encargos relacionados com trabalhadores oriundos das entidades pertencentes ao BPN, cifram-se no montante de 336.643,92€, correspondendo a um acréscimo de 147,72%, quando comparados com o período homólogo do ano anterior.

Para esta significativa variação concorre o facto de a integração na Segurança Social das pensões do BPN ter ocorrido no mês de julho de 2012, o que corresponde apenas a seis meses de processamento nesse exercício económico.

- **Transferências da Caixa Geral de Aposentações – Rádio Marconi**

O valor transferido pela CGA para cobertura dos encargos com as pensões e complementos de dependência dos beneficiários da Companhia Portuguesa Rádio Marconi S.A. ascende a 15.854.074,32€, de acordo com o Decreto-Lei n.º140-B/2010, de 30 de dezembro, e corresponde ao reembolso das prestações sociais referidas nos períodos a seguir indicados:

### Transferência da Caixa Geral de Aposentações

							Euros
FUNDO	SUBSISTEMA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	
RA112004	Subs. Protecção Familiar	7.094,75	4.996,57	3.984,86	3.877,86	3.877,86	
RA211014	Subs. Previdencial	1.136.576,68	1.323.343,23	1.224.370,00	1.237.864,73	1.227.004,78	
<b>SUB-TOTAL Jan a Mai</b>		<b>1.143.671,43</b>	<b>1.328.339,80</b>	<b>1.228.354,86</b>	<b>1.241.742,59</b>	<b>1.230.882,64</b>	
FUNDO	SUBSISTEMA	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	
RA112004	Subs. Protecção Familiar	3.685,25	5.841,65	3.685,25	3.492,64	3.452,77	
RA211014	Subs. Previdencial	1.226.906,08	1.535.350,23	1.217.670,32	1.214.102,97	1.213.478,56	
<b>SUB-TOTAL Jun a Out</b>		<b>1.230.591,33</b>	<b>1.541.191,88</b>	<b>1.221.355,57</b>	<b>1.217.595,61</b>	<b>1.216.931,33</b>	
FUNDO	SUBSISTEMA	NOVEMBRO	DEZEMBRO				
RA112004	Subs. Protecção Familiar	3.452,77	4.554,23				
RA211014	Subs. Previdencial	1.213.496,78	2.031.913,50				
<b>SUB-TOTAL Nov a Dez</b>		<b>1.216.949,55</b>	<b>2.036.467,73</b>				
<b>TOTAL Ano 2013</b>		<b>15.854.074,32</b>					

### Quadro 65 – Transferências da Caixa Geral de Aposentações – Rádio Marconi

- **Transferências do Instituto de Emprego e Formação Profissional**

No âmbito do Despacho Normativo nº 6/2013, de 25 de fevereiro, o qual define a natureza dos custos considerados como elegíveis para efeitos de cofinanciamento do Fundo Social Europeu, no que respeita às ações de formação profissional que visam a melhoria das qualificações profissionais dos desempregados e dos beneficiários do rendimento social de inserção, o IGFSS.IP recebeu o montante de 120.000.000,00€.

#### **R.06.06 – Transferências de outras Instituições da Segurança Social e Regiões Autónomas**

Esta rubrica, registando as transferências de excedentes de disponibilidades das RA's e as transferências de valores a regularizar das ISS's, respeitante a excedentes de tesouraria, apresenta no ano de 2013 o valor global de 90.703.404,94€, sendo que destes se destacam as transferências de excedentes das Regiões Autónomas no valor de 15.671.644,39€.

Em termos globais verifica-se um aumento de 92,71% quando comparado com o período homólogo anterior (47.068.149,00€). O quadro seguinte apresenta de forma detalhada os valores recebidos:

#### **Análise evolutiva das transferências de outras ISS's e RA's no biénio 2013/2012**

	Euros		
	Ano 2012	Ano 2013	Δ 2013/2012
RAA	12.660.348,23	7.752.722,00	-38,76%
RAM	1.193.995,68	7.918.922,39	563,23%
Outras ISS's	33.213.805,09	75.031.760,55	125,91%
<b>TOTAL</b>	<b>47.068.149,00</b>	<b>90.703.404,94</b>	<b>92,71%</b>

#### **Quadro 66 – Receita das Transferências Outras ISS's e RA's no biénio 2013/2012**

No que se refere às transferências das Regiões Autónomas com impacto financeiro, vide quadro seguinte, refira-se que, relativamente a igual período de 2012, constata-se um acréscimo de 37,25%.

#### Transferência das RA's (com fluxo financeiro)

Euros						
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
2012	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2012	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00	0,00	1.000.000,00
2013	0,00	0,00	3.000.000,00	8.000.000,00	0,00	0,00
	Total			Δ 2013/2012 %		
2012	10.200.000,00			37,25%		
2013	14.000.000,00					

#### Quadro 67 – Transferências de excedentes das Regiões Autónomas

##### R.06.09 - Transferências do Resto do Mundo – União Europeia

Como transferências da UE/FSE para financiamento de AFP, no ano 2013, foram registados 1.193.653.991,72€ relativamente ao QREN e 153.111.656,35€ no que se refere ao QCAIII. No mesmo período de 2012 foram recebidos 1.110.208.005,49€ relativos ao QREN e 65.908.177,76€ relativamente ao QCAIII.

Assim sendo, regista-se uma variação positiva de 14,51% na sua totalidade, conforme vidé quadro seguinte:

#### Análise Evolutiva das transferências UE/FSE no biénio 2013/2012

Euros			
	Receita cobrada líquida		Varição
	2012	2013	%
	(1)	(2)	(3)=(2-1)/(1)x100
AFP-FSE-QCAIII	65.908.177,76	153.111.656,35	132,31%
AFP-FSE-QREN	1.110.208.005,49	1.193.653.991,72	7,52%
ANTIGO FUNDO	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.176.116.183,25</b>	<b>1.346.765.648,07</b>	<b>14,51%</b>

#### Quadro 68 – Receita das Transferências UE/FSE no biénio 2013/2012

A justificação para a significativa variação percentual de receita cobrada do FSE, no QCAIII, entre 2012 e 2013, decorre do processo de encerramento do QCA III.

No decorrer do ano de 2012, a Comissão Europeia transferiu o saldo final referente a 9 Programas Operacionais do QCA III, no valor total de 65,9M€. Em 2013, esse montante foi substancialmente superior, no montante total de 153,1M€, por ter sido recebido, entre outros, o montante final do maior Programa Operacional do QCA III, o POEFDS.

#### **R.07 – VENDA DE BENS E SERVIÇOS**

Conforme DL nº 26/2002 de 14 de fevereiro, neste capítulo "... incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços...".

A receita cobrada em 2013 e registada na rubrica R.07.02 inclui os reembolsos obtidos de prestações sociais pagas aos representantes legais dos menores no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores num total de 165.359,72€.

Relativamente ao valor recuperado em 2013, no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, refira-se que o mesmo regista um acréscimo de 44.122,19€, isto é, 36,39%, face ao montante obtido em igual período de 2012.

#### **R.08 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

Nesta rubrica, em 2013, encontra-se registado o valor de 7.776.883,84€, refletindo um acréscimo de 2,30% face a 2012, cuja receita se havia situado em 7.601.962,34€.

## II. RECEITAS DE CAPITAL

### R.09 – VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

No que diz respeito a receitas orçamentais provenientes da venda de património imobiliário, verificou-se um acréscimo de cerca de 25,42 % relativamente a 2012.

O valor total da receita orçamental em 2013 resultante da alienação de imóveis cifrou-se em 3.318.564,75€.

### R.10 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Conforme DL nº 26/2002 de 14 de fevereiro, “Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.”

Neste Capítulo são contabilizadas as transferências de capital obtidas do OE e da União Europeia – Feder para financiamento dos investimentos em equipamentos sociais no âmbito do PIDDAC e ainda devoluções de saldos de entidades inseridas no perímetro de consolidação da Segurança Social.

Em 2013, as transferências de capital obtidas registaram um valor de 3.439.951,02€, o que traduz uma variação negativa de 11,90% relativamente a igual período de 2012 (3.904.662,25€).

Na receita em análise estão incluídas:

- Transferências de capital da Administração Central – PIDDAC OE, no montante de 2.810.167,16€, refletindo uma evolução negativa de 15,11% comparativamente ao período homólogo de 2012 (3.310.295,43€);



Refira-se ainda no que concerne à cativação aprovada em PIDDAC OE que, em 2012, se cifrou no montante de 780.593,00€ e no ano 2013 em 709.203,00€.

Para o período em análise regista-se ainda o montante de 629.783,86€ referente a uma devolução de capital por parte do Instituto de Informática, IP.

#### **R.11 – ATIVOS FINANCEIROS**

Por definição, este capítulo compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, que no presente ano atinge o montante de 13.024.229.000,00€ no que se refere aos CEDIC's (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo).

#### **R.13 – OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL**

Não obstante esta rubrica não ter tido execução no ano de 2013, importa referir que, no ano de 2012, o valor registado diz respeito ao abate por retoma do imobilizado 426000003027 (máquina de abrir envelopes no valor de 246,00€).

### III. OUTRAS RECEITAS

#### R.15 – REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS (RNAP's)

Conforme o DL nº 26/2002 de 14 de fevereiro, no capítulo das reposições não abatidas nos pagamentos estão incluídas "... as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam. Contudo, neste capítulo só se registam as devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano financeiro em que ocorreu o pagamento. Caso contrário, ou seja, no caso de as devoluções terem lugar antes do encerramento do ano financeiro, estamos perante reposições abatidas nos pagamentos. Estas últimas implicam unicamente correções da dotação utilizada e do respetivo saldo disponível e, portanto, não são tidas como receita orçamental."

As RNAP's, atingindo em 2013, o montante de 47.442.436,29€, dizem respeito fundamentalmente à recuperação de valores pagos indevidamente em ações de formação profissional do FSE (7.061.721,54€) e ações de formação profissional CPN (8.881.949,64€) e à devolução de saldos de gerência do ano anterior por parte de alguns Organismos financiados pelo IGFSS.IP.

Os quadros seguintes apresentam de forma detalhada os valores recebidos pelo IGFSS.IP e registados em reposições não abatidas aos pagamentos, no biénio 2013/2012:

#### Análise evolutiva 2012/2013

R.15		2012		2013		Δ %
Fundo	Designação	Valor	Peso relativo no total	Valor	Peso relativo no total	Período Homólogo
AFP2*-205	Outras Receitas - Acções Formação OSS/CPN/OOC	4.977.070,12	6,16%	2.784.907,96	5,87%	-44,05%
AFP206	AFP206-AFP/QREN/OE	1.485.980,18	1,84%	6.097.041,68	12,85%	310,30%
AFP3*-305	Acções Formação FSE QCAIII	2.394.904,21	2,96%	4.653.419,15	9,81%	94,31%
AFP307	Acção Formação FSE QREN	5.140.026,85	6,36%	2.408.302,39	5,08%	-53,15%
RA113008	Outras Receitas Correntes	68.759,45	0,09%	43.882,97	0,09%	-36,18%
RA211004	Outras Receitas Correntes	360,20	0,00%	0,00		-100,00%
RA211005	Transferências de Saldos de Gerência	66.401.373,53	82,20%	31.419.926,79	66,23%	-52,68%
RA311001	Administração	311.822,21	0,39%	34.955,35	0,07%	-88,79%
<b>TOTAL</b>		<b>80.780.296,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>47.442.436,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>-41,27%</b>

#### Quadro 69 – Distribuição da receita obtida em reposições não abatidas aos pagamentos

## Análise evolutiva 2012/2013

R.15	2012		2013		Δ %
	Entidade	Valor	Peso relativo no total	Valor	Peso relativo no total
Agência Nacional para a Qualificação	2.592.092,04	3,90%	3.100.916,60	9,87%	19,63%
Autoridade para Condições Trabalho	3.104.381,00	4,68%	0,00		-100,00%
Casa Pia de Lisboa	0,00		1.560.315,91	4,97%	100,00%
Inspecção Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social	7.340,00	0,01%	26.862,62	0,09%	265,98%
Instituto do Emprego e Formação Profissional	58.713.889,49	88,42%	24.528.080,14	78,07%	-58,22%
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	857.452,00	1,29%	746.452,00	2,38%	-12,95%
Instituto Nacional para a Reabilitação	1.126.219,00	1,70%	820.589,06	2,61%	-27,14%
Secretaria Geral do Ministério da Economia	0,00		636.193,71	2,02%	100,00%
Secretaria Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social	0,00		516,75	0,00%	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>66.401.373,53</b>	<b>100,00%</b>	<b>31.419.926,79</b>	<b>100,00%</b>	<b>-52,68%</b>

## Quadro 70 – Devolução de Saldo de Gerência

## Evolução das Receitas por classificação económica no triénio 2013/2011

Capítulo	Grupo	Designação	Euros						
			Peso Relativo %	2011	Peso Relativo %	2012	Δ 12/11 %	Peso Relativo %	2013
02		<b>Receitas Correntes</b>	<b>99,60%</b>	<b>22.574.234.690,94</b>	<b>92,42%</b>	<b>23.180.645.380,27</b>	<b>2,69%</b>	<b>24.472.170.364,01</b>	<b>5,57%</b>
	01	Impostos indirectos		0,00	3,56%	891.894.979,54	100,00%	177.368.889,92	100,00%
	02	Sobre consumo		0,00	3,56%	891.894.979,54	100,00	0,00	-100,00%
03		<b>Contribuições para a Segurança Social</b>	<b>58,92%</b>	<b>13.353.726.700,96</b>	<b>50,68%</b>	<b>12.711.768.116,96</b>	<b>-4,81%</b>	<b>13.043.702.474,91</b>	<b>2,61%</b>
	01	Subsistema Previdencial	58,89%	13.347.899.562,72	50,66%	12.706.618.122,06	-4,80%	13.037.768.014,55	2,61%
	02	Regimes complementares e especiais	0,03%	5.827.138,24	0,02%	5.149.994,90	-11,62%	5.934.460,36	15,23%
04		<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>0,47%</b>	<b>105.826.341,65</b>	<b>0,39%</b>	<b>97.762.753,26</b>	<b>-7,62%</b>	<b>100.099.509,77</b>	<b>2,39%</b>
	05	Rendimentos da propriedade	0,40%	89.550.841,45	0,13%	32.439.862,29	-63,77%	17.877.605,85	-44,89%
05	01	Juros - Soc. e quase soc. não financeiras		0,00		0,00		0,00	
	02	Juros - Sociedades Financeiras	0,38%	87.141.614,33	0,12%	29.378.633,11	-66,29%	12.649.605,07	-56,94%
	03	Juros - Administração Pública	0,00%	8.890,10	0,00%	361.545,28	3966,83%	2.341.833,02	547,73%
	04	Juros - Instituições sem fins lucrativos	0,00%	8.427,14	0,00%	27.751,96	229,32%	59.221,90	113,40%
	05	Juros - Famílias		0,00		0,00		0,00	
	06	Juros - Resto do mundo		0,00		0,00		0,00	
	07	Dividendos e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não fin	0,00%	288,58		0,00	-100,00%	0,00	
	08	Dividendos e particip. nos lucros de soc. financeiras		0,00		0,00		0,00	
	09	Rendas	0,01%	2.391.621,30	0,01%	2.671.931,94	11,72%	2.826.945,86	5,80%
	10	<b>Transferências Correntes</b>	<b>39,78%</b>	<b>9.016.590.994,45</b>	<b>37,63%</b>	<b>9.439.056.468,35</b>	<b>4,69%</b>	<b>11.125.179.640,00</b>	<b>17,86%</b>
06	01	Soc. quase soc.n. financeiras	0,00%	651.879,48	0,00%	650.648,93	-0,19%	1.004.393,42	54,37%
	03	Administração Central	33,59%	7.613.703.722,65	32,07%	8.044.158.331,59	5,65%	9.686.706.193,57	20,42%
	04	Admin.Regional		0,00		0,00		0,00	
	06	Segurança Social	0,39%	87.911.401,81	0,19%	47.068.149,00	-46,46%	90.703.404,94	92,71%
	07	Instituições sem fins lucrativos	0,72%	163.599.668,55	0,68%	171.064.982,16	4,56%	0,00	-100,00%
09	Resto do mundo	5,08%	1.150.724.321,96	4,69%	1.176.114.356,67	2,21%	1.346.765.648,07	14,51%	

## Evolução das Receitas por classificação económica no triénio 2013/2011

Capítulo	Grupo	Designação	Euros							
			Peso Relativo %	2011	Peso Relativo %	2012	Δ 12/11 %	Peso Relativo %	2013	Δ 13/12 %
07	01	Vendas de bens e serviços correntes	0,00%	175.358,34	0,00%	121.237,53	-30,86%	0,00%	165.359,72	36,39%
		Vendas de bens	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
08	02	Serviços	0,00%	175.358,34	0,00%	121.237,53	-30,86%	0,00%	165.359,72	36,39%
		Outras Receitas Correntes	0,04%	8.364.454,09	0,03%	7.601.962,34	-9,12%	0,02%	7.776.883,84	2,30%
	01	Outras	0,04%	8.364.454,09	0,03%	7.601.962,34	-9,12%	0,02%	7.769.404,94	2,20%
		Subsídios	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	7.478,90	100,00%
		<b>Receitas Capital</b>	0,04%	8.208.104,16	7,26%	1.821.614.818,54	22092,88%	34,70%	13.030.987.515,77	615,35%
09		Venda de bens de investimento	0,02%	3.924.338,02	0,01%	2.645.910,29	-32,58%	0,01%	3.318.564,75	25,42%
10	03	Transferências de capital	0,02%	4.283.766,14	0,02%	3.904.662,25	-8,85%	0,01%	3.439.951,02	-11,90%
		Administração Central	0,01%	2.702.294,78	0,01%	3.310.295,43	22,50%	0,01%	2.810.167,16	-15,11%
11	06	Segurança Social	0,01%	1.581.471,36	0,00%	594.366,82	-62,42%	0,00%	629.783,86	5,96%
		Resto do Mundo	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
		Activos Financeiros	0,00%	0,00	7,24%	1.815.064.000,00	100,00%	34,68%	13.024.229.000,00	617,56%
12		Passivos Financeiros	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
13	05	Empréstimos a curto prazo	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	-100,00%
		Outras receitas de capital	0,00%	0,00	0,00%	246,00	100,00%	0,00%	0,00	-100,00%
		<b>Outras Receitas</b>	0,36%	82.486.116,79	0,32%	80.780.296,75	-2,07%	0,13%	47.442.436,29	-41,27%
15	01	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,36%	82.486.116,79	0,32%	80.780.296,75	-2,07%	0,13%	47.442.436,29	-41,27%
		Reposições não abatidas nos pagamentos	0,36%	82.486.116,79	0,32%	80.780.296,75	-2,07%	0,13%	47.442.436,29	-41,27%
		<b>TOTAL</b>		22.664.928.911,89		25.083.040.495,56	10,67%		37.550.600.316,07	49,71%

Quadro 71 – Receitas Correntes / Capital por classificação económica no triénio 2013/2011



O Departamento de Orçamento e Conta



(Maria Isabel Duarte Barreiros)

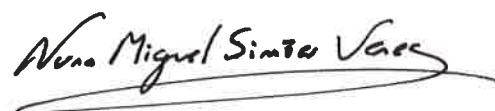


(Lisa Pedrosa)

O Conselho Diretivo



(Rui Filipe de Moura Gomes)



(Nuno Miguel Simões Venes)



(Rui Manuel de Freitas Corrêa de Mello)



(Beatriz Justina Sepúlveda da Fonseca Imperatori)





INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA  
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP  
Av. Manuel da Maia, N.º 58  
1049-002 Lisboa

[www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)  
T. 21 843 333 0  
F. 21 843 372 0

